

João Almino

Naturezas Mortas

A Filosofia Política
do Ecologismo

João Almino

Naturezas Mortas

A Filosofia Política do Ecologismo

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG
INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPRI

Brasília
1993

O presente texto foi originalmente apresentado pelo autor no Curso de Altos Estudos (CAE) em 1990 do Instituto Rio Branco. As opiniões contidas no trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não coincidindo necessariamente com as posições do Ministério das Relações Exteriores.

O CAE (Curso de Altos Estudos), instituído pelo Decreto-Lei nº 79.556, de 20 de abril de 1977, no âmbito de qualificação para promoção do Ministério das Relações Exteriores, é organizado pelo Instituto Rio Branco, constituindo-se num dos requisitos para promoção de Conselheiro para Ministro de Segunda Classe dentro da Carreira de Diplomata. Os trabalhos apresentados ao CAE, submetidos à consideração de banca especializada, composta de funcionários diplomáticos e professores universitários, são dossiês diplomáticos, onde os autores têm tratado de temas da política externa brasileira e da conjuntura internacional, baseados em suas experiências profissionais ou interesses intelectuais e acadêmicos.

© João Almino de Souza Filho

A 449

Almino, João.

Naturezas Mortas: A filosofia política do ecologismo / João Almino. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

155 p. – (Coleção Relações Internacionais; 17)
Inclui bibliografia.

I. Ecologia. I. Título. II. Série.

CDU 577.4

Para Bia, Elisa e Leticia

Agradeço a Flora Valladares, Sérgio Paulo Rouanet, Leila Frisch-tak, Celso Lafer, Clodoaldo Hugueney Filho e, especialmente, a Tadeu Valladares, pela leitura, perguntas e sugestões.

Em memória de Maria José Almino de Queiroz

ÍNDICE

Prefácio	9
Introdução: Natureza e progresso na modernidade	11
Capítulo I: A natureza política do ecologismo	21
Capítulo II: A pré-modernidade ecocêntrica	29
Capítulo III: O reducionismo tecnológico	41
Capítulo IV: O neo-humanismo ecológico	49
Capítulo V: Subdesenvolvimento insustentável	61
Capítulo VI: A oposição Norte-Sul e o desenvolvimento sustentável	71
Capítulo VII: O globalismo ecológico e seus mundos	93
Conclusão: Naturezas mortas	121
Notas	137
Bibliografia	139

PREFÁCIO

Este trabalho foi escrito em Washington, D.C., entre julho de 1988 e fevereiro de 1990, quando o submeti como dissertação ao XX Curso de Altos Estudos do Instituto Rio-Branco.

Minha principal intenção foi formular questões relativas ao tema da natureza na modernidade, que ajudassem a compreender as grandes linhas do debate atual sobre o meio ambiente, bem como a esclarecer o sentido político das várias correntes do ecologismo contemporâneo.

No bojo dessas questões maiores, outras surgiram: Qual a relação do ecologismo com as principais ideologias do século XIX que ajudaram a moldar os regimes políticos e o relacionamento político entre os Estados no nosso século? Pode o ecologismo contribuir para a fundação de uma nova política? Esta última questão parecia ganhar atualidade na medida em que perdiam força algumas das ideologias do século XIX e em que a evolução política e ideológica internacional apontava para o fim das divergências Leste-Oeste, o que, de fato, ocorreu de forma mais rápida do que o esperado.

Acima da retórica seja da confrontação Norte-Sul seja, ao contrário, da harmonia de interesses entre o Norte e Sul, quis, finalmente, verificar as implicações de uma nova forma de encarar o desenvolvimento - o chamado desenvolvimento sustentável - para o futuro dos países em desenvolvimento, de seu relacionamento com o mundo hoje considerado desenvolvido, bem como para a própria possibilidade de sobrevivência do Terceiro Mundo enquanto conceito e realidade política. Desde que terminei o trabalho, um importante fato creio ter dado maior relevo a algumas de suas análises e conclusões: a realização no Rio de Janeiro, em junho do corrente ano, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável.

O enfoque adotado por este ensaio, pouco orientado por fatores conjunturais, explica por que, passados dois anos e meio, não senti, ao fazer uma revisão, a necessidade de modificá-lo no fundamental.

São Francisco, setembro de 1992.

INTRODUÇÃO: NATUREZA E PROGRESSO NA MODERNIDADE

*"For I thought Epicurus and Lucretius
By Nature meant the Whole Goddam Machinery
But you say that in college nomenclature
The only meaning possible for Nature
in Landor's quatrain would be Pretty Scenery."
(Robert Frost)*

A reflexão sobre a natureza remonta a Epicuro ou Lucrecio e idéias que hoje chamaríamos de "ecológicas" são encontradas em textos da antiguidade clássica, de que são exemplo os escritos de Platão. De fato, em Platão já está presente a idéia de uma degradação e de uma corrupção (que implicam a noção de natureza) decorrentes da desobediência humana aos desígnios divinos. Para ele, em sua *República*, o que destrói e corrompe é o mal e o bem é o que preserva e é útil. As bases filosóficas de uma visão tanto anti-ecológica quanto ecológica da natureza podem ser também atribuídas a correntes da doutrina judaico-cristã. Esta doutrina teria sido anti-ecológica ao lançar os fundamentos da linearidade histórica, que reviu a noção de tempo cíclico da antiguidade clássica ocidental, sem o que seria impossível a noção de progresso, e ao fincar o marco de uma relação de exterioridade entre homem e natureza, sobre a qual se baseia a idéia antropocêntrica de dominação daquele sobre esta. O progresso, conquistado com esforço e trabalho, seria um sacrifício imposto ao homem como forma de recuperar a harmonia do estado natural paradisíaco perdido com o pecado original. A ética judaico-cristã, ao colocar o homem acima da natureza em nome de Deus, favoreceria o desenvolvimento da tecnologia, o industrialismo e a vontade de explorar. Por outro lado, a perspectiva ecológica é atribuída ao pensamento cristão medieval de São Francisco de Assis, que encarava o homem como igual às demais criaturas e não como um ser superior.

Seria, além disso, possível remontar a tempos imemoriais a história da degradação ambiental. São marcos nesta história a utilização do fogo, o inf-

cio da metalurgia, a introdução dos cultivos agrícolas e do pastoralismo, o início do aproveitamento da água e do vento como fonte de energia, a invenção da pólvora, da máquina a vapor, da eletricidade, do motor a explosão e da energia nuclear. Um resumo da história da degradação ambiental teria que concentrar-se em dois momentos de aceleração da história. O primeiro deles foi a revolução neolítica, que correspondeu ao desenvolvimento da agricultura, da tecelagem e da cerâmica, à domesticação de animais e à sedentarização humana.

Mas foi apenas no segundo momento, com a revolução industrial, que houve densidade e generalização da degradação ambiental, facilitada pela fusão entre ciência (especulativa) e tecnologia (empírica), pela mentalidade dominante no tipo de sociedade inaugurada com o capitalismo e, de forma mais ampla, por determinada visão de progresso e natureza que vinha pouco a pouco se firmando na modernidade, ou seja, desde o Renascimento.

É inegável a vinculação entre as várias formas de manifestação da preocupação ecológica e as conseqüências da revolução industrial. Entretanto, esta preocupação não é expressão mecânica de uma realidade que precisa ser urgentemente modificada. Se assim fosse, a ecologia não teria aguardado até a segunda metade do século XIX para se desenvolver. Seria importante, por conseguinte, analisar o contexto geral da discussão filosófica da modernidade que fornece os fundamentos para a questão ecológica.

Ao longo da modernidade, a natureza, do latim "natura" - nascimento - tem sido definida sobretudo de forma negativa, pelo que **não é** mais do que pelo que **é**. Em primeiro lugar, ela pode ser oposta a uma sobrenatureza ou ao espírito. O natural, antônimo de sobrenatural, corresponderia ao mundo físico, à "physis" (natureza) grega, entendida como o conjunto da matéria, a base atomística do mundo ou todos os processos físicos, químicos e biológicos. Embora Heidegger, em *Introdução à metafísica*, acredite que esta concepção deriva de uma leitura do cristianismo, esta tem sido a interpretação mais corrente do sentido da "physis". Mas a natureza pode também ser vista como o nascimento, o estado original, por oposição a toda história. Ou então como a história que se repete, ou seja, o costumeiro. Uma variante é opor natureza e cultura, por exemplo quando esta é contestada em nome daquela ou vice-versa. Estas oposições derivam de outra, a que confronta natureza com artifício, entendido como obra do homem, ele mesmo parte da natureza. Não se concebe aqui a extensão do dom do artifício a outras espécies, pois sua intervenção cíclica e não acumulativa na natureza não a altera. A natureza seria o contrário da "ars", técnica ou arte. Seria o que se faz por si mesmo, o que não foi transformado ou mesmo tocado pelo homem. Atribui-se em geral neste caso sentido à natureza, o que pressupõe que ela não seja mero acaso, mas, ao contrário, algo ordenado, regulado por princípios ou leis.

Esta conceitualização antitética está na base tanto do artificialismo quanto do naturalismo. Ela pode aplicar-se também *mutatis mutandi* às

noções de estado de natureza e de natureza humana. De um lado, o conceito de estado de natureza, básico para os contratualistas e os jus-naturalistas, deve ser entendido, em contexto histórico-filosófico específico, como peça da explicação do surgimento das sociedades políticas e não se confunde com o de natureza. De outro, ele não é estranho ao conceito de natureza e está baseado nos mesmos fundamentos deste último conceito. De fato, o estado de natureza é o estado original, o nascimento, aquele que a humanidade recebeu como um dado, opondo-se à construção política e social humana. Coerente com esta definição, o estado de natureza é, ademais, pensado, às vezes, como oposto ao de civilização. Além disso, é possível conceber que o homem, parte da natureza (e, portanto, natural) tenha uma natureza, cujo conceito, da mesma forma, envolveria a idéia de uma origem e a de ausência da obra civilizadora. Assim, o homem natural e com natureza criaria, por sua intervenção, a anti-natureza, superaria, por própria vontade, o estado de natureza e se afastaria, através de sua obra de civilização, de sua natureza.

Para o artificialismo, a natureza é ilusória, porque inexistente ou é impossível determinar o estado original. Alternativamente, é puro artifício, fruto da civilização. A natureza, criação do homem, poderia ser por ele sempre aperfeiçoada, como na composição da paisagem. O filósofo francês contemporâneo Clément Rosset, em *A anti-natureza*, ele mesmo assumindo esta perspectiva, crê que, na modernidade, Maquiavel e Hobbes não têm como ponto de partida para suas filosofias uma natureza. Porque inexistente uma natureza, base de uma moral passível de ser violentada, os meios preconizados por Maquiavel não poderiam ser considerados imorais. O ponto de partida de Hobbes não seria, por sua vez, uma natureza, pois o que ele assim denomina é o produto do acaso.¹ Em Hobbes, além disso, o estado de natureza universal, do qual derivaria (como consequência lógica e não histórica) o *bellum omnium contra omnes*, é uma pura hipótese da razão. Jamais existiu nem existirá. Não existiu sequer uma vez no tempo, no início da história da humanidade, não podendo, portanto, ser considerado estado originário.² Se aceitarmos a interpretação de Rosset, em Hobbes nenhum sentido de bem e de mal vincula-se ao estado de natureza, pois o estado de guerra, que nele, em princípio, caracterizaria o mal, é independente da idéia de uma agressividade natural necessária, já que, fora da instituição, os desejos do homem são sobretudo erráticos. Aquilo que chamaríamos de natureza humana é produto cultural ou social, não sendo, portanto, uma natureza, mas sim artifício. Se Maquiavel nunca fala de moral é porque ignora a natureza humana, instância necessária a toda moral. O ponto de partida de Hobbes, por sua vez, não é uma natureza humana: chama de "natureza humana" o produto da instituição social. Para ele, os homens não dispõem de natureza sequer para concluir o contrato social, pois este também é obra do acaso, como esclareceu em *De cive* (I,2): "se se consideram com acuidade as causas pelas quais os homens se reúnem e se comprazem numa sociedade mútua, percebe-se

logo que isto não ocorre senão por acidente, e não por uma necessária disposição da natureza."

Para o naturalismo, ao contrário, a natureza é a origem de todos os seus opostos. É, portanto, a substância básica a partir da qual pode existir ou se pode pensar a história, a cultura, a civilização, a arte, o sobrenatural. Como afirmou Heidegger: "Quaisquer que sejam a força e o alcance atribuídos à palavra 'Natureza' nas diversas fases da história ocidental, cada vez esta palavra contém uma interpretação do ser em seu conjunto - mesmo ali onde aparentemente ela é apenas entendida como noção antitética. Em todas estas distinções (Natureza-Sobrenatureza, Natureza-Arte, Natureza-História, Natureza-Espírito), a natureza não adquire somente significado como termo de oposição, mas é ela que é primeira, na medida em que é sempre e em primeiro lugar por oposição à natureza que as distinções são feitas; por conseguinte, o que se distingue dela recebe sua determinação a partir dela."³

Os autores que crêem na existência da natureza têm se debatido sobre se ela é intrinsecamente boa ou má, daí decorrendo uma moral e proposições sobre a relação homem-natureza. O deus Pan, espírito local da natureza na Arcádia, e no Império Romano deus da natureza, transformado em símbolo do universo porque seu nome era sinônimo de "todos", causava medo irracional nos viajantes, dele originando-se a palavra "pânico". De fato, não foram naturais as eras glaciais bem como os grandes terremotos e erupções vulcânicas que destruíram cidades inteiras? Num naturalismo negativo, a natureza pode, assim, aparecer como ameaçadora ao homem, dotada de grande capacidade de destruição, base da idéia de necessidade de controle humano sobre seus ímpetus destrutivos, da crença baconiana de que o conhecimento científico significa poder tecnológico sobre a natureza e da proposta cartesiana de que o homem atinge o conhecimento e a verdade para tornar-se mestre e possuidor da natureza. Não sem uma dose de ironia, dizia Nietzsche no aforismo 225 de seu livro *A gaia ciência*: "'O mal sempre se assegurou do maior efeito! E a natureza é má! Sejamos portanto naturais!' Assim concluem secretamente aqueles que na humanidade visam aos grandes efeitos, os quais muito frequentemente temos contado entre os grandes homens!"

O naturalismo negativo também pode aplicar-se às concepções sobre o estado de natureza e a natureza humana. Em Locke e Kant, apesar de ser o estado de natureza associado ao bem, este bem não é estável e permanente. Locke defendeu que, precedendo o estado civil, o estado de natureza é inato ao homem, nele já existindo a posse, embora ainda não a propriedade, sobre os bens da natureza. No *Segundo Tratado de Governo*, o estado de natureza comporta uma razão natural, uma justiça natural e leis naturais e está associado ao bem. No entanto, para ele, a partir da introdução da moeda e a possibilidade de acumulação, este estado pode degenerar num estado de guerra. Mesmo em Kant está presente a idéia de um estado de natureza original não

corrompido, estado, contudo, provisório, que, embora podendo comportar a justiça e o contrato entre os homens, estava desprovido de qualquer garantia legal, nele não podendo o homem continuar a viver indefinidamente.⁴ Quanto à natureza humana, na ética judaico-cristã, embora o homem tenha sido criado à imagem e semelhança de Deus e sua natureza, anterior ao pecado, seja vista como boa, existe também paradoxalmente a percepção de que, para chegar a Deus, os homens devem superar em si mesmos os ímpetos de sua natureza primitiva. O estado de natureza humana é considerado aqui estado de perdição, o oposto do estado de graça.

No início da modernidade, porém, era mais corrente vincular a natureza com o bem original. De fato, entre os autores do Renascimento é frequente a associação entre natureza e Deus, e entre a produção (artificial) do homem e o diabólico. Erasmo afirma, por exemplo, em *Dulce bellum inexpertis*, que, quando se afasta da natureza, o homem necessariamente realiza uma obra diabólica, sobretudo através da técnica, das tecnologias da guerra, com as quais inventa armas cada vez mais destruidoras. Mais tarde, no século XVIII, Rousseau talvez seja o expoente maior deste naturalismo positivo. Para ele, a natureza presente é apenas residual, não correspondendo mais inteiramente à natureza original, ainda não corrompida e por isso intrinsecamente boa. Rousseau, além disso, vê o estado de natureza inequivocamente de forma positiva e, de uma maneira geral, recusa o artifício. Embora alguns de seus textos sugiram que não considerou possível nem desejável a volta ao "estado de natureza", tanto no seu *Discurso sobre a origem das desigualdades* quanto no *Contrato Social* está presente a idéia de um estado de natureza que precede um estado de civilização pervertido, para cuja recuperação serve como referência, o que é ilustrado pelo mito do bom selvagem. O estado de natureza é, para Rousseau, o estado original a partir do qual a humanidade decai para entrar na "sociedade civil". Quanto à natureza humana, em Erasmo, La Boétie ou em Rousseau está presente a associação entre decadência do homem e sua desnaturação.

Na modernidade, a definição da relação homem-natureza não depende, porém, somente do valor atribuído à natureza, ao estado de natureza ou à natureza humana. Ela assenta-se também e principalmente no reforço da idéia cristã do homem como centro do mundo. O homem passa a ser pensado como ser autônomo e como sujeito de uma história linear terrena, o que permitirá não apenas o surgimento de uma visão de progresso ligada à imagem de um domínio crescente sobre a natureza, mas também o aparecimento de reações críticas a esta visão, entre as quais vieram a incluir-se as do ecologismo.

O marco para a modernidade é o Renascimento, base tanto do subjetivismo quanto do humanismo. É com o iluminismo, contudo, que a proposta moderna, que implica a autonomia da razão humana, atinge sua maturidade. Para o filósofo político Claude Lefort, o humanismo nasce em Florença, seu significado não podendo reduzir-se a um tipo de ensino oposto à escolástica.

"E a idéia de que o mundo é o único teatro da aventura humana, de que o homem nele é autor, ator e espectador de sua história; é a idéia de uma auto-inteligibilidade de princípio do discurso humano, é a emancipação desse discurso de toda autoridade que lhe fixasse de fora os critérios de legitimidade, que dão ao humanismo sua plena significação..."⁵ Alain Renaut considera que o humanismo é a concepção e a valorização da humanidade como capacidade de autonomia e que o homem do humanismo é aquele que não julga mais receber suas normas e suas leis nem da natureza das coisas nem de Deus, mas as funda ele mesmo a partir de sua razão e de sua vontade. O humanismo contém, assim, uma promessa de liberdade para o homem, consistindo em nele valorizar a dupla capacidade de ser consciente de si mesmo (auto-reflexão) e de fundar seu próprio destino (a liberdade como auto-fundação), incluindo-se, entre seus valores, a consciência, o controle, a vontade, a auto-fundação e a autonomia.⁶

Há quem, como Louis Dumont, associe a sociedade moderna ao individualismo e considere que, na ideologia moderna, o indivíduo aparece como o ser moral independente. O valor individualista, para ele, reina sem restrições nem limitações e está na base do artificialismo moderno, que remonta às expressões pós-renascentistas do cristianismo, como em Calvino, para quem a extramundandade se concentra na vontade individual. Segundo Dumont, o holismo não é moderno. O próprio totalitarismo não apenas não poderia dissociar-se do individualismo, mas também teria expressões individualistas. Ele seria "uma doença da sociedade moderna" resultante da tentativa, numa sociedade onde o individualismo está profundamente enraizado e é predominante, sobretudo no campo da cultura e das criações pessoais, de o subordinar ao primado da sociedade como totalidade. Os traços individualistas (ou modernos) do nazismo, por exemplo, estariam evidenciados pela doutrina a que estava "realmente ligado" o pensamento de Adolf Hitler, a da luta de todos contra todos, um darwinismo social em que os sujeitos reais são os indivíduos biológicos.⁷

No entanto, um humanismo que reduzisse sua proposta à completa independência humana e que implicasse a idéia de controle total do homem sobre sua história e sobre a natureza, assim como um progressismo disto resultante, seria, na concepção de Alain Renaut e Luc Ferry, em *La pensée 68*, "metafísico" e "ingênuo". Talvez se deva dizer que ele não é necessário, embora tenha sido predominante a partir do século XIX, quando gerou, entre outras, reações românticas e ecológicas.

O ecologismo, em parte, desenvolve-se como uma crítica naturalista de uma visão moderna, humanista e artificialista que culminou, sobretudo no século XIX, no individualismo à *outrance* e na redução da natureza a recursos para a exploração ávida e predatória por parte do homem. Funda-se principalmente numa crítica a uma concepção de progresso derivada de uma história essencial e tornada natural. A própria "história" que se estabelece a

partir do século XVIII é herdeira da história natural e, segundo Foucault, para que esta existisse, foi necessário, primeiro, que a história se tornasse natural, ou seja, que deixassem de existir histórias e passasse a existir "a" história essencial (*Les mots et les choses*, Capítulo V, "Classer"). Essa história essencial e naturalizada veio a ser a expressão moderna da natureza, base de toda evolução e da crença de que a história humana segue um curso linear progressivo resultante de um conjunto de ações humanas individuais e egoístas. Ou seja, a história transforma-se em outro nome para a natureza, na medida em que é **uma** e passa a desempenhar o papel, que antes era da natureza, de servir como referencial a partir do qual o mundo e as ações humanas ganham significado.

Esse humanismo moderno artificialista atribuiu ao indivíduo um papel central como explorador da natureza. Acreditando demasiado no progresso histórico, endeusando o novo e o moderno, favorecendo uma razão puramente instrumental e a crença na capacidade transformadora ilimitada da tecnologia, levou à destruição da natureza para atingir objetivos estreitos do presente, prejudiciais ao homem numa perspectiva longa de história. Segundo a formulação do filósofo brasileiro Gerd Bornheim: "O espetáculo da construção da história parece totalmente entregue às forças transformadoras da razão instrumental. E tais forças tendem a desrespeitar, como é notório, qualquer limite, qualquer forma de autocontrole. Elas são constituídas por um complexo de fatores que se estende do individualismo capitalista à suficiência por assim dizer fatalista das inovações tecnológicas."⁸

A noção de progresso serviu à construção de uma ética de apropriação, exploração e controle da natureza. Robert Nisbet, em seu livro *História da idéia de progresso*, defende que esta idéia existe desde a antiguidade. Não há dúvida, contudo, que ela somente poderia ter eficácia social nas sociedades históricas, entendidas aqui não em oposição às primitivas (ou pré-históricas), mas como aquelas empenhadas na busca de sua origem e de seu fim terrenos, com as quais se inaugura um imaginário distinto do medieval. Se a tradição judaico-cristã implica uma linearidade histórica, esta é concebida como passagem do terreno ao divino. Seria difícil comprovar que nela já estivesse concebida a idéia de progresso terreno conduzido pelo próprio homem. Como a ordem da natureza e a das sociedades humanas eram divinas, assim como todo poder, os homens somente poderiam almejar a sua plena realização após a morte, já que eram incapazes de modificar esta ordem. E mesmo na modernidade, não apenas a idéia de progresso está ausente em alguns de seus grandes autores, como Maquiavel, para quem a história era repetitiva, mas também alguns dos primeiros embriões da idéia de progresso, no século XVI, apontaram em sentido negativo, como na descrição do processo de degenerescência da humanidade que faz Erasmo em *Dulce Bellum Inexpertis* e na imagem do "mau encontro", com a qual La Boétie, em *Da Servidão Voluntária*, descreve a transição das sociedades primitivas, que vivem em estado natural, para as sociedades com Estado. Ainda no sé-

culo XVIII, Rousseau, com a noção de progresso da desigualdade, se alinha a esta corrente. Sobretudo em Erasmo e La Boétie, o progresso criticado significava seu distanciamento da natureza e da natureza humana.

A noção de progresso, contudo, foi se firmando pouco a pouco na modernidade num sentido positivo e veio a ser instrumental para a revolução industrial inglesa. Entre os autores artificialistas, Hobbes valorizou positivamente a mudança do passado para o presente. Entre os naturalistas, Locke, apesar de associar o estado de natureza ao bem, achava necessário, por considerá-lo inseguro, sua superação através do contrato e a criação do estado civil. Foi somente na época da revolução industrial que se estabeleceu, porém, amplamente a idéia de que o progresso leva a humanidade para um mundo melhor, através do domínio da natureza pelo homem, na linha das formulações de Bacon e Descartes. Como afirma David Pepper, em importante trabalho sobre as raízes do ambientalismo moderno, "para o homem racional do século XVIII a beleza era a terra bem conformada e cultivada, e as áreas silvestres não exerciam atração."⁹ O iluminismo, por sua vez, se, de um lado, endeusou a natureza, de outro, acreditando na autonomia do homem e de sua razão, favoreceu a consolidação da idéia de progresso. Em fins do século XVIII, esta idéia conquistou definitivamente o espaço histórico-filosófico, sendo *Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, de Kant, talvez sua expressão mais acabada. Ali Kant defendia que a humanidade caminha sempre para seu aperfeiçoamento, através das oposições e dos conflitos. Lançava, com isso, a base para as filosofias da história de Hegel e de Marx. A idéia de progresso veio a ser dominante no século XIX, sendo alçada quase ao nível de uma religião.

A ecologia tem como uma de suas raízes a reação romântica no próprio século XIX ao iluminismo e à revolução industrial. De uma forma geral, o culto da natureza é subproduto da sociedade industrial. Na formulação de Pepper, "...os românticos se revoltaram contra as 'excrecências' do capitalismo industrial," entre as quais "a pobreza, a imundície, o materialismo e a poluição... Estas excrecências foram simbolizadas na cidade do século XIX, e o anti-urbanismo é um dos principais traços do pensamento romântico."¹⁰ Há uma subversão da simbologia medieval, que contrastava o "sagrado" da cidade, como santuário a Deus e expressão das mais altas conquistas espirituais do homem, ao "profano" dos campos virgens. A reação romântica cresceu na medida em que a agricultura foi tomando os campos e, mais tarde, o processo de industrialização transformou terras e espécies em recursos e matérias primas.

Mas se, de um lado, surgiu como reação às conquistas da Revolução Industrial, a consciência ecológica, de outro, foi alimentada pelo próprio progresso tecnológico e o desenvolvimento científico, em especial da biologia e da economia. No final do século XVIII e início do século XIX, a partir da História Natural e após o surgimento do conceito de "vida", sistematizou-se a ciência da biologia, para estudá-la. Como diz Foucault, "pretende-se fa-

zer histórias da biologia no século XVIII, sem se dar conta de que a biologia não existia... a própria vida não existia. Existiam somente seres vivos, e que apareciam através de uma malha do saber constituída pela **história natural**."¹¹ No bojo do processo de crescente fragmentação do saber, os estudos sobre a riqueza, que datam dos séculos XVII e XVIII, levaram também à consolidação, a partir da segunda metade do século XVIII, da ciência econômica.¹² Embora grandes clássicos da economia política, como a *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, datem da segunda metade do século XVIII, a nova ciência somente foi ministrada pela primeira vez, em Oxford, nos anos vinte do século XIX. Os conceitos de crescimento e desenvolvimento, que, como o de ecologia, são herdados da biologia, foram incorporados à economia num momento em que esta alçou-se ao primeiro plano das preocupações internas e internacionais dos Estados.

Na biologia, o marco para o pensamento ecológico é o enfoque holístico do zoólogo e biólogo alemão Ernst Haeckel, que empregou a palavra ecologia (em alemão "Oekologie") pela primeira vez em 1866, em seu livro *Morfologia geral dos organismos*, que relaciona a teoria da evolução das espécies por seleção natural, de Charles Darwin, à morfologia animal. A nova disciplina proposta por Haeckel, circunscrita ao universo da biologia, teria como objetivo estudar a relação das espécies com seus meios ambientes orgânico e inorgânico. Ela contribuiu para ressaltar os vínculos do homem com os demais animais, enfatizando, ademais, sua interdependência, num meio ambiente em equilíbrio, com a terra, o ar e as várias fontes de alimentação.

Na economia, Malthus sublinhou a desproporção entre o crescimento geométrico da população e o crescimento aritmético da produção de alimentos. O malthusianismo enfocou o problema dos recursos escassos e não renováveis, seguindo mais Ricardo do que Adam Smith, e adotando uma concepção mais próxima da visão hobbesiana da escassez e da impossibilidade de plena satisfação das necessidades humanas, do que da perspectiva lockeana da abundância. Ainda dentro da economia, o problema dos custos ambientais, das economias ou deseconomias externas, começava, com Marshall, em seus *Princípios de economia*, a ser analisado no fim do século passado.

O ecologismo está, assim, no cerne da própria proposta moderna. Ele se indaga sobre a relação entre o homem e a natureza e o papel desempenhado pelo homem no mundo; sobre o sentido da história e a idéia de progresso. Pode adotar, neste contexto, uma posição de reforço do humanismo individualista e do progresso "metafísico", baseado na crença cega na capacidade de aprimoramento crescente do homem e de seu meio, através da técnica e da ciência. Pode assumir, ao contrário, uma postura anti-humanista, descrente na capacidade que teria o homem de controlar seu destino, de aprimorar o mundo ou transformar positivamente a natureza, tendo como fundamento a negação do progresso e do desenvolvimento tecnológico. Ou pode

contribuir para a revisão de aspectos da modernidade, sem fugir de seus pressupostos básicos, através de um neo-humanismo. Ao traçar os contornos de cada um destes possíveis enfoques do ecologismo, este trabalho visa a melhor compreender suas dimensões políticas e morais.

Capítulo I: A natureza política do ecologismo

*"Conformity to nature has no connection
whatever with right and wrong."
(John Stuart Mill).*

Embora parecesse lógico que a ecologia, em suas primeiras expressões, fosse contemporânea da revolução industrial, ela aguardou até a segunda metade do século XIX para nascer. Encontrou terreno mais fértil na Grã-Bretanha, na Alemanha e nos Estados Unidos da América, talvez por seu relativo industrialismo e urbanização. Esta demora não pode explicar-se pelo "laissez-faire" dos primórdios da revolução industrial, por mais difundido e enraizado que estivesse, pois, ao levar à deterioração da qualidade do ar, por exemplo, nas cidades industriais inglesas, poderia teoricamente também ter servido à aceleração da tomada de consciência para os problemas ecológicos. Já se levantou a hipótese de que, estando, no início, a aristocracia e a burguesia nascente a salvo dos danos ambientais, só ocorreu maior atenção aos problemas ecológicos quando houve generalização da poluição, atingindo não mais apenas a classe de pobres e miseráveis dos subúrbios industriais.¹³

O primeiro grupo ambientalista, o "British Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society", surgiu em 1865 na Inglaterra. Por volta de 1880, a ecologia já começou a tomar forma na Europa e na América do Norte e nos anos noventa do século passado sua repercussão pública já era sensível, com a criação de sociedades influentes na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos.¹⁴ As bases estavam criadas para o desenvolvimento da ecologia no presente século, que atinge expressão política nos anos vinte e trinta na Alemanha e após 1968 em vários países da Europa e nos Estados Unidos.

Ecologismo pré e pós 68

Embora a evolução da ecologia como tal remonte à segunda metade do século XIX, o uso normativo da palavra "ecologia", como afirma a historiadora Anna Bramwell em seu livro *Ecology in the 20th. century*, só ocorreu

pela primeira vez na Alemanha em 1915 e foi somente ali na década de vinte que os ecologistas começaram a se definir como tais. De fato, naquela década, a Alemanha foi o grande centro de mobilização ecológica, que coincidiu com a ascensão do nazismo.

O ecologismo estava então relacionado com os movimentos sociais em favor da vida rural e da natureza. O movimento "blut und boden", "sangue e solo", vai esposar ideais ecológicos: o apego ao solo, à natureza e à Mãe Terra, a crítica ao progresso, ao mundo industrial e ao artificialismo da tecnologia moderna, a valorização da vida rural e uma ideologia patriarcal que rejeita o que considera ser o princípio patriarcal dominante que implicaria explorar, de forma insensível, a natureza. O reacionarismo destas idéias está calcado no forte sentimento nostálgico e na busca das origens puras do espírito nacional. O ecologismo vai também reforçar a tendência do nazismo de recusar tanto o capitalismo e seu consumismo de mercado quanto o socialismo, propondo uma via alternativa. Anna Bramwell, que já havia dedicado seu livro *Blood and soil* à análise do relacionamento entre ecologismo e nazismo, mostra em *Ecology in the 20th. century* que o nazismo possibilitou que o ecologismo se apresentasse como ideologia de Estado, havendo inclusive ideólogos ecologistas entre a liderança nazista, e pudesse alçar-se às políticas do Estado, expressas na tentativa de manter o pequeno agricultor em sua terra e promover a autarquia nas regiões rurais, bem como nas políticas destinadas à plantação de árvores, à criação de reservas naturais, ao apoio da chamada agricultura biodinâmica e à ruralização da Alemanha com base na idéia de que o mundo industrial não era sustentável.

Ainda no início da década de oitenta, Cornelius Castoriadis e Daniel Cohn Bendit denunciavam, no livro *De l'écologie à l'autonomie*, a existência de fascistas no movimento ecológico alemão e um retorno ao movimento "sangue e solo." Dizia Cohn Bendit haver na Alemanha uma direita staliniana do movimento ecológico, com Haarisch, e outra corrente que se agrupava em torno de Gruhl, um antigo democrata cristão. Na versão de Cohn Bendit, a solução de ambos para o problema ecológico no plano internacional é a ditadura mundial, com os melhores nos postos de comando, decidindo sobre a utilização e repartição racional dos recursos em todo o mundo. Segundo Castoriadis, estes grupos crêem que a solução dos problemas ecológicos somente pode ser alcançada dentro de uma sociedade hierárquica, onde uma categoria de pessoas detém o poder e tudo decidem para os demais.

Não existe, contudo, relação causal ou vinculação intrínseca entre ecologismo e fascismo. Entre as duas grandes guerras, "o nacional socialismo alemão era o único entre os partidos fascistas europeus a expressar preocupações ecológicas."¹⁵ Além disso, houve, na mesma época, em outros países europeus, expressões do ecologismo, embora menos importantes que as alemãs, desvinculadas do fascismo, embora pertencessem, em geral, a

"uma direita alternativa", "anti-capitalista e anti-sistema", que nenhum partido existente podia plenamente incorporar.¹⁶

Acrescente-se que, apesar da sobrevivência do ecofascismo até a atualidade, não houve continuidade entre o econazismo alemão e o ecologismo dos anos sessenta. Terminada a experiência nazista com a vitória dos aliados na segunda guerra mundial, o ideal ecológico permaneceu relativamente adormecido, à exceção de movimentos pontuais e circunscritos a causas específicas, como o movimento pacifista inglês da década de cinquenta. Além disso, nos anos sessenta, o ecologismo adquiriu nova forma. De fato, se o ecologismo alemão dos anos vinte marca o início do caráter normativo do ecologismo, foi somente no movimento ecológico da década de sessenta que pôde haver a perfeita fusão das duas raízes científicas do ecologismo, a econômica e a biológica.¹⁷ Foi também somente a partir dos anos sessenta que o "movimento ecológico" como tal começou a se estruturar politicamente e a organização política do ecologismo em partidos só se iniciou na década de setenta.

O ecologismo beneficiou-se de uma mudança cultural na própria sociedade. De fato, sobretudo a partir de 1968 alguns segmentos sociais trataram de romper com os valores da Civilização Industrial do Ocidente. As tentativas de mudanças no estilo de vida e a recusa à sociedade de consumo, que acompanharam o movimento "hippie", por exemplo, fazem parte deste processo de revisão dos valores. Em várias partes do mundo, as políticas estabelecidas, quaisquer que fossem suas orientações ideológicas, sofriam forte oposição, principalmente do meio estudantil. A Leste e a Oeste, as instituições eram questionadas, na revolta de maio de 1968 em Paris, nos movimentos de direitos civis e contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, nas guerrilhas urbanas na América Latina e nos protestos anti-stalinistas em Praga. O movimento "hippie", o movimento feminino, dos homossexuais, a chamada revolução sexual, a defesa das minorias, levaram a significativas transformações culturais e comportamentais.

Embora existisse desde o início da década sensibilidade de setores da opinião pública, principalmente nos Estados Unidos, para problemas ecológicos, de que foi indicação a enorme repercussão, em 1962, do livro de Rachel Carson *Silent spring*, a ascensão dos "verdes" como movimento político esteve, em grande medida, ligada à contestação de 1968. Para o ecologismo podiam convergir o movimento "hippie", que continha ingredientes de culto à natureza, e também o anti-nuclear (os dois, aliás, caminhando frequentemente lado a lado, já que o desengajamento político "hippie" não necessariamente se opunha às lutas particulares). Junto com a modificação das mentalidades e dos hábitos, a liberação sexual e das sexualidades, a revisão dos papéis sociais do homem e da mulher, talvez a preocupação com o meio ambiente seja o resultado mais conseqüente daquele período de contestação.

Enquanto os demais movimentos nascidos em 1968 amorteceram-se nas décadas de setenta e sobretudo de oitenta, até mesmo em razão de seu

relativo êxito, o movimento ecológico pôde ter fôlego mais longo, porque a crítica que propunha não podia se esgotar com mudanças comportamentais imediatas, já que implicava, em sua dimensão mais profunda, revisão de todo um modelo de civilização.

O ecologismo, além disso, fortaleceu-se pelas circunstâncias econômicas das décadas de setenta e oitenta. De fato, depois da expansão econômica mundial que marcou os anos cinqüenta e sessenta, aquelas duas últimas décadas são percebidas como época de crise. Desde o nascimento da ecologia, os momentos em que houve maior preocupação com problemas ambientais, ou seja, os anos 90 do século passado e os anos 20, fim dos anos 50 e início dos anos setenta deste século, corresponderam a fins de período de expansão econômica sustentada, "quando as pessoas estão talvez mais inclinadas a reagir contra valores altamente materiais."¹⁸ Em tais momentos, torna-se mais fácil relativizar os benefícios da revolução industrial e tecnológica. Acrescente-se a isso que a chamada crise do petróleo, na década dos setenta, funcionou como alerta para o problema da escassez dos recursos.

O grande renascimento do ecologismo na década de sessenta se deu, sem dúvida, a partir de um ideário semelhante ao dos anos vinte e trinta na Alemanha, quanto à recusa do capitalismo e do comunismo, a crítica ao industrialismo e a desconfiança em relação aos avanços tecnológicos, além do apego à vida rural e, de forma mais genérica, a veneração à natureza. Mas esta coincidência não é suficiente para caracterizá-lo politicamente.

Do ponto de vista político, quais seriam, então, as características específicas desse novo ecologismo?

Existe, em primeiro lugar, a idéia, difundida principalmente por ecologistas, de que o ecologismo pós-68 esteja fora da política tradicional ou estabelecida. Ele implicaria projetos políticos que constituem alternativas para a política moderna que se firmou após o iluminismo.

Em geral, a crítica do ecologismo desde os anos sessenta tem-se orientado tanto contra o capitalismo quanto contra o socialismo real e correntes ecológicas desprezam a distinção entre direita e esquerda. O lema do Partido Verde alemão é, por exemplo: "não somos de esquerda ou direita; estamos à frente."

Será, então, que poderíamos pensar o ecologismo como fundador de um campo radicalmente novo da ideologia e da política, como fez o marxismo no século XIX? É o que crêem alguns estudiosos da ecologia contemporânea, como Andrew Brennan e a historiadora Anna Bramwell. Diz o primeiro que "os atuais movimentos verdes representam tentativas de modificar o paradigma dominante, substituindo-o por uma alternativa que motivaria atitudes, modos de comportamento e disposições de tal forma a tornar nossa sociedade mais sustentável e mais dócil no planeta"¹⁹. A segunda levanta a hipótese de que os ecologistas formam uma nova categoria política, com uma história, alas direitas e alas esquerdas, com líderes, seguidores e um nicho epistemológico especial próprio.²⁰ De fato, aplicados os critérios

da política no século XIX, o marxismo também poderia ser entendido como estando fora do espectro político do presente, não apenas porque procurava uma nova fundação para a política - a ciência da história, ou seja, o materialismo histórico e dialético - , mas também porque propunha uma nova maneira de ver o mundo e desviava o eixo central da discussão política para a relação de classes, distanciando-se das querelas entre republicanos e monarquistas.

Não faria, assim, sentido julgar o ecologismo a partir de categorias anacrônicas da política. Na realidade, ele estaria além da política ou inserido dentro de uma nova forma de política, voltada não mais para a conquista do poder do Estado, mas para mudanças "moleculares" da sociedade, que, por seu turno, repercutem sobre o Estado.

No entanto, se é verdade que o ecologismo expande as fronteiras do político, em especial por alargar o campo dos direitos, ao assim proceder ele tem se movido, queira ou não, no âmbito das concepções político-ideológicas estabelecidas. É o que diz Sérgio Paulo Rouanet: "Vejo na emergência dos movimentos sociais, como o das mulheres, dos homossexuais, dos pacifistas e dos ecologistas, muito mais um enriquecimento do campo do político que a superação da política moderna por uma nova política..."²¹ Isto não significa dizer que o ecologismo contemporâneo esteja em descompasso com as necessidades políticas do presente, pois "em grande parte do mundo... não se trata de ultrapassar a política tradicional, mas de torná-la possível."²² O ecologismo pós-68 é, portanto, mais definido em seu curso político e mais sintonizado com os problemas políticos do presente, não quando pretende superar a política ou inaugurar uma nova política, mas, ao contrário, quando contribui para a consolidação de ideais políticos da modernidade, inserindo-se, por exemplo - como, aliás, o fez na prática -, numa tradição da permanente revolução democrática de reforço dos mecanismos de representatividade política e de ampliação dos direitos humanos. O traço marcante do novo ecologismo não é, portanto, estar ou querer estar acima da política ou contra ela, o que o aproximaria de seus antecedentes nazistas, mas, ao contrário, sua opção dentro do espectro político estabelecido.

Isto não fica invalidado pelo fato de que, a exemplo de outros movimentos específicos surgidos após 1968, frações do movimento ecológico tenham procurado realçar sobretudo seu apoliticismo ou anti-politicismo, negando inclusive a validade da distinção entre esquerda e direita. Esta classificação inaugurada pela Revolução Francesa tornou-se, sem dúvida, contestável com a associação, após a Revolução Soviética, entre as experiências de dominação burocrática do Leste Europeu com a esquerda. Mas se partirmos do ponto de vista de que vivemos, a Leste ou Oeste, em sociedades hierarquizadas e marcadas pela dominação social, é possível optar entre tomar o partido dos dominados ou dos dominantes e entre fragmentar ou democratizar o poder ou concentrá-lo em poucas mãos. Se definirmos como de esquerda o primeiro curso, foram certamente de esquerda, ainda quando di-

zendo-se apolíticas, as preferências inequivocamente demonstradas pelo ecologismo pós-68 na vinculação com o pacifismo, a luta contra o poder nuclear e o autonomismo político.

Aliás, o suposto rompimento do ecologismo pós-68 com a política estabelecida defronta-se com o fato de que ele nasceu de uma dinâmica própria à esquerda e ocupou parcialmente o vazio deixado pela crise do marxismo na década de setenta. É verdade que, dentro da esquerda tradicional, houve resistências ao movimento ecológico pós-68. Para os comunistas ortodoxos, por exemplo, o movimento tinha conotações burguesas e poderia ter consequências adversas sobre a estratégia e a tática revolucionárias. Como indicação de que isto se refletiu também sobre o meio sindical, em pleno movimento anti-nuclear alemão, em princípios da década de setenta, "a única grande mobilização pró-energia nuclear na Alemanha, foram os sindicatos alemães que organizaram."²³ Os próprios Marx e Engels haviam incluído "as pessoas que se ocupam de proteger os animais" naquela fração da burguesia praticante de um socialismo conservador ou burguês que busca "remediar as anomalias sociais, a fim de consolidar a sociedade burguesa".²⁴ Muitos dos verdes e seus principais líderes, porém, vieram da esquerda (embora em geral não ortodoxa), por exemplo dos protestos contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, das barricadas de 68 na França ou da luta armada contra o regime militar no Brasil.²⁵

Além disso, grupos do novo ecologismo, mesmo quando se apresentaram como estando fora das fronteiras ideológicas tradicionais, se autodefiniram como movimentos democráticos ou de esquerda. Esta autodefinição esteve relacionada ao novo fervor político e ideológico criado pelo autonomismo. O movimento ecológico, expressando-se em bases locais e moleculares, associava sua luta à sobrevivência e à segurança de cada indivíduo, em sua comunidade. Frações do ambientalismo derivam sua inspiração até mesmo da tradição filosófica anarquista de Kropotkin e Thoreau.²⁶ Entre os textos do início dos anos setenta que influenciaram correntes ecológicas em sua visão de autonomismo comunitário descrente das grandes estruturas de organização, encontram-se *Blueprint for survival* (Goldsmith e outros, 1972) e *Small is beautiful* (Schumacher, 1973). A ênfase do ecologismo dos anos sessenta-setenta nos movimentos sociais, nas ações comunitárias e dos pequenos grupos, na necessidade de que cada grupo, cada comunidade, possa decidir sobre aquilo que lhes afeta diretamente foi, muitas vezes, transposta para uma visão mais ampla de mudança da sociedade, que encampou as lutas pela autogestão, a auto-organização, a auto-instituição social e defendeu uma mudança cultural nos modos e estilos de vida.

Se o novo ecologismo é politicamente tão distinto daquele dos anos vinte, está claro não apenas que inexiste vínculo profundo entre ecologismo e fascismo, mas também que o ecologismo pode inserir-se em projeto político outro, socialista, democrático ou autonomista. Fica evidente que o eco-

logismo tem sido politicamente conseqüente, mas tem tido, ao longo da história, implicações políticas variadas.

Afirmar isto é levantar, porém, novas questões, de cujo esclarecimento ainda depende a compreensão das possibilidades para o ecologismo de fundar um campo radicalmente novo da ideologia e da política. A diversidade, em termos históricos, da experiência ecológica ainda não nos permite concluir que inexistente coerência política necessária no projeto ecológico, por duas razões. Em primeiro lugar, porque o ecologismo contemporâneo pode ser essencialmente distinto de outras experiências históricas do ecologismo. Já fora de um enfoque histórico, caberia então aprofundar a análise do ecologismo **contemporâneo**, dos vários aspectos de sua ideologia, para verificar se nele encontramos uma contribuição política e ideológica específica, ou seja, se é possível comprovar a hipótese de que esse ecologismo atual, em suas várias expressões, é politicamente **um**, dentro de uma visão distinta das tradicionais ou estabelecidas. Apesar das experiências históricas politicamente diversificadas, o ecologismo poderia talvez, assim, oferecer, a partir de agora, um modelo político e social alternativo. A partir da análise das experiências políticas históricas diversificadas do ecologismo realizada neste capítulo, seria, em segundo lugar, precário concluir pela falta de coerência política do projeto ecológico, porque, como frisam correntes ecologistas, não seria justo analisar politicamente o ecologismo a partir das categorias políticas que ele mesmo, em grande medida, nega; não seria suficiente inseri-lo dentro de correntes da política estabelecida para compreender seu comportamento político em termos históricos; seria confundir sua crítica ampla com manifestações ecológicas específicas. Segundo este ponto de vista, se, de um lado, o ecologismo toma partido dentro da política estabelecida, de forma mais profunda tem o poder de subvertê-la. Ele teria, portanto, contribuições político-ideológicas próprias. Seria importante, então, aprofundar a análise do ecologismo **contemporâneo** em sua contribuição ideológica **específica** - e não em sua relação com as ideologias políticas estabelecidas -, tema dos próximos capítulos.

Capítulo II: A pré-modernidade ecocêntrica

*"Tout est bien sortant des mains
de l'Auteur des choses, tout dégénère
entre les mains de l'homme."
(Rousseau)*

Para discutir se o ecologismo tem contribuições político-ideológicas próprias, é necessário não só entender, em suas grandes linhas, o pensamento ecológico contemporâneo, como também, a partir de seu discurso, aquilo que afirma nas entrelinhas, que não aparece no nível ostensivo ou consciente do discurso, mas o permeia. Há aparentemente espectro ideológico amplo no ecologismo. Algumas classificações têm sido propostas. Uma delas baseia-se nas ligações dos movimentos ecológicos com a política estabelecida, opondo eco-socialismo²⁷, a ecofascismo ou eco-liberalismo. Outra, a de O'Riordan, em "Environmental ideologies", distingue entre ecocêntricos (que derivam toda reflexão e toda prática da noção de ecossistema) e tecnocêntricos (otimistas quanto à possibilidade de se encontrarem soluções para os problemas ecológicos através do aprimoramento tecnológico). Os ecocêntricos, por sua vez, se dividiriam em conservadores e liberais (com a conotação política dada à palavra na tradição anglo-saxônica). A ideologia ecocêntrica conservadora seria aquela que abraça a moralidade dos limites (dos recursos, dos alimentos), que implica controle ou coerção, seus simpatizantes aderem à escola do não-crescimento, do planejamento ecológico e do preservacionismo. A ideologia ecocêntrica liberal seria a do "ativista ecológico radical" ou ambientalista, ou seja, um educador ambiental ou cidadão empenhado em buscar mudanças nos valores, nas atitudes, no comportamento dos indivíduos e das instituições através do exemplo e do esclarecimento. Esta subclassificação do ecocentrismo talvez corresponda, em grandes linhas, a uma terceira classificação que tem sido proposta, a que distingue entre os conservacionistas e os ambientalistas. Os conservacionistas colocam sua atenção no ecossistema ou no meio ambiente enquanto tais, dirigindo suas atividades à modificação do comportamento humano diante dos recursos naturais, por considerá-lo predatório e inconsequente. Os ambientalistas, ao contrário, relacionam os problemas ambientais com modelos de desenvolvimento, distribuição de renda e políticas públicas,

concebendo o homem como parte inseparável do problema ambiental e de sua solução. Para o ambientalista, ao contrário do conservacionista, a proteção de uma área florestal, por exemplo, não necessariamente se dá pela ausência da intervenção humana, mas, ao contrário, pelo reconhecimento do papel que o homem pode cumprir nesta proteção, como no caso das reservas extrativistas da Amazônia brasileira.²⁸ Há também que acrescentar a distinção entre o conservacionismo e o preservacionismo, sendo o segundo interpretado como defendendo, de forma mais rígida do que o primeiro, a intocabilidade dos ecossistemas. Stephen Cotgrove, em *Catastrophe or cornucopia*, divide os ambientalistas em tradicionais e radicais. Os ambientalistas tradicionais correspondem, em grande medida, aos conservacionistas ou preservacionistas, na medida em que pretendem submeter o homem à ordem natural, chegando a justificar, a partir dela, a desigualdade e a hierarquia. Os "radicais" da classificação de Cotgrove estariam mais próximos do ambientalismo propriamente dito, na medida em que se sentem atraídos pela promessa, inerente às pequenas comunidades auto-suficientes, de autonomia pessoal e de fuga às restrições das estruturas burocráticas e hierárquicas. Embora estas classificações, que opõem o ecologismo conservacionista ao ambientalista ou o ambientalismo tradicional ao radical, em parte possam corresponder à subclassificação do ecocentrismo proposta por O'Riordan, é possível também interpretar que o ambientalismo, na medida em que não deixe o homem no papel de mero protetor de uma natureza vista como estática e como exterior a ele, não se circunscreve ao universo do ecocentrismo.

Se a intenção aqui for, diferentemente do primeiro capítulo, concentrar na identificação daquilo que seria a contribuição ideológica própria do ecologismo, deveríamos eliminar, por enquanto, sua expressão liberal, socialista ou fascista, o que recomenda que não sigamos o roteiro da primeira classificação acima proposta. Das outras classificações, parece-me importante reter as idéias de ecocentrismo e tecnocentrismo da classificação de O'Riordan, além do critério, utilizado nas demais, do papel atribuído ao homem como ser social e econômico.

Pretendo usar tecnocentrismo em sentido mais amplo que o utilizado por O'Riordan, para incluir não apenas o tecnocentrismo otimista, mas também o pessimista, ou seja, aquele que põe a tecnologia no centro dos problemas ambientais. Neste último caso, ecocentrismo e tecnocentrismo, em vez de serem opostos, são complementares, face positiva e face negativa de um mesmo questionamento ecológico, já que o ecocentrismo pode colocar a ênfase de seu ativismo na crítica à tecnologia. Haveria, assim, um tecnocentrismo contrário às tecnologias modernas e outro que não é contra a tecnologia, mas favorável a seu aperfeiçoamento. Este tecnocentrismo otimista situa-se dentro das fronteiras do humanismo e da modernidade de forma conservadora e, no fundo, reafirma a ideologia do progresso. Mas tem em comum com o tecnocentrismo pessimista uma crítica sobretudo de ordem

tecnológica, ou seja, suas principais proposições visam a mudanças na própria tecnologia.

Defino o ecocentrismo de forma mais restrita do que O'Riordan, limitando-o ao que ele chama de "bioética", que sublinha, entre outros aspectos, os direitos da natureza, e deixando de lado, por enquanto, expressões neo-humanistas do ecologismo contemporâneo voltadas para os direitos do homem na defesa da natureza e do ecossistema e interessadas no reforço da democracia participativa, que me parece estarem melhor classificadas em categoria à parte, a do neo-humanismo ecológico.

Minha intenção não é, portanto, a de seguir ou explicar pormenorizadamente as classificações propostas, mas apenas tomá-las como base para a identificação de características específicas do ecologismo contemporâneo. Creio que, em síntese, algumas das principais contribuições ideológicas específicas do ecologismo fundam-se na negação do antropocentrismo feita a partir da perspectiva ecocêntrica, questão que discuto neste capítulo, e na crítica, otimista ou não, a determinado padrão tecnológico desenvolvido desde a revolução industrial, tema do próximo capítulo. É sintomático, aliás, que Cotgrove, embora distinguindo entre ambientalistas radicais e tradicionais, considera que "ambos são críticos da ciência e da tecnologia e da crença de que a crise contemporânea pode ser resolvida por algum tipo de 'reparo tecnológico'" e acaba admitindo a existência de um terceiro grupo, que constituiria "uma exceção" dentro das expressões do ambientalismo radical: o do movimento tecnológico alternativo, que não rejeita a tecnologia em si, mas busca novas formas tecnológicas.²⁹

Procurarei refletir neste e no próximo capítulo sobre traços comuns de cada uma destas duas contribuições ideológicas específicas do ecologismo, o ecocentrismo e o tecnocentrismo, sabendo, de antemão, que tal enfoque implica necessariamente simplificações. Considerarei também, ao longo do trabalho, estas características específicas do ecologismo contemporâneo à luz do critério do papel do homem em seu mundo, que oporá a visão da ausência de um sujeito humano, às do sujeito independente e, finalmente, do sujeito autônomo, confrontando um anti-humanismo ecológico, a um humanismo conservador ecológico e um neo-humanismo ecológico.

Ecocentrismo

O ecocentrismo domina setores influentes do ecologismo contemporâneo, entre os quais o chamado "ecologismo profundo", que se define basicamente por sua visão ecocêntrica. Apóia-se na negação do antropocentrismo. Ao afirmar que o homem é nada mais que parte da natureza e deve, diante dela, mostrar-se humilde, critica o papel central atribuído ao homem na modernidade como sujeito da história. Um argumento freqüente é o de que, numa escala de bilhões de anos em que existe vida no universo, os homens só existem há um milhão de anos, havendo registrado sua passagem

por vários milhares de anos. O homem seria uma experiência de ponta, conquista evolucionária no topo de um ecossistema global. É, portanto, apenas resultado de processo que absolutamente não controlou. De forma mais radical, o ecocentrismo partilha a crítica da filosofia do sujeito. Parte de uma perspectiva holista para negar ao homem o papel de sujeito de seu mundo e de sua história. Denuncia sobretudo a subjetividade instrumental, voltada para a dominação e a conquista da natureza.

Frisa que o esforço vão do homem para controlar a natureza e sua tentativa de desobedecê-la, apenas levou à vingança desta, que, ameaçada, ameaça agora a humanidade. Superpõe, assim, à imagem de uma natureza frágil que está sendo morta pelo homem, outra imagem, a de uma natureza violenta e vingativa, capaz de destruir uma humanidade sem defesas. Afirma que a natureza existe por si própria, independentemente do homem, ao mesmo tempo em que a diviniza ou a antropomorfiza. Crê que a natureza sabe, se ordena, é boa e pode até punir quem, como o homem, se ponha no seu caminho. Gaia, por exemplo, seria um ser vivo, perfeito e belo, que, se necessário, por instinto de conservação, poderá sacrificar a espécie humana. Teria destino próprio, independente do homem e acima dele, sendo capaz de puni-lo ou a quaisquer outras espécies se perturbarem seu curso.

O ecocentrismo, de um lado, critica a concepção da relação de exterioridade entre homem e natureza e afirma que o homem é parte da natureza. Mas, de outro, implicitamente defende, de forma contraditória, esta relação de exterioridade, já que, se o homem fosse efetivamente parte integrante da natureza, não poderia ser a fonte de seu desequilíbrio; para que sua intervenção perturbe a harmonia da natureza, é necessário que homem e natureza sejam pensados numa relação de exterioridade. Ou seja, se o homem integra a natureza, é apenas como corpo estranho. O homem, no fundo, não seria parte da natureza. Fora dela, é causa de desequilíbrio de uma natureza que, sem sua intervenção, é harmoniosa. Nesta relação de exterioridade, o ecocentrismo é otimista quanto à natureza, vista como harmoniosa, e pessimista quanto ao homem, considerado esbanjador e destruidor. A separação do homem e da natureza é o que permite a predominância de um determinismo naturalista, segundo o qual os ecossistemas devem condicionar até mesmo as formas de ocupação e de organização humana.

A ética cosmológica

Da concepção ecocêntrica da relação homem-natureza deriva uma ética cosmológica. A natureza, que é a inocência, pureza primitiva, é a base a partir da qual é possível pensar a infração humana. A natureza é fundamento para uma moral e tem caráter normativo, legisferante, ditando regras ao homem.

De fato, em geral, os ecocentristas partem da perspectiva de que "a natureza sabe melhor", e por esta razão os homens devem segui-la. É neces-

sário, porém, esclarecer que se a natureza é entendida como "physis", conjunto de todos os processos químicos, físicos e biológicos, o homem não tem alternativa senão segui-la, suas intervenções nada mais podendo ser senão naturais e não podendo resultar a não ser na transformação da natureza nela própria. Se ela é vista como o oposto do artifício, sendo este, por definição, o produto da intervenção humana, então os homens não podem em hipótese alguma seguir a natureza, pois as ações humanas são necessariamente não naturais. Foi percebendo estas armadilhas conceituais, que um formulador contemporâneo da ética ambiental defende que o homem siga a natureza não em sentido absoluto mas em sentido relativo, pois "os humanos são os animais com opções que, quando agem, escolhem quão naturais ou artificiais suas ações serão."³⁰ O homem pode, por exemplo, optar ou não por ações que ajudam a manter a estabilidade de um ecossistema, sendo de seu próprio interesse que o faça.³¹ Às vezes o que está implícito nesta visão é a idéia naturalista de que, embora o resultado da ação humana seja o artifício, este será tanto mais benéfico ou menos prejudicial quanto melhor copie a natureza. Era o que já defendia Diderot, em seu ensaio *Da interpretação da natureza*, onde afirmava que "as produções da arte serão comuns, imperfeitas e fracas enquanto não se propuserem uma imitação mais rigorosa da natureza."³²

Seguir a natureza em sentido relativo implica, assim, o reconhecimento de que o homem não sobrevive sem algum tipo de intervenção na natureza; sem, portanto, criar artifício. Ele planta, por exemplo, para se alimentar. O importante seria ter presente a questão de escala e as formas - cíclica ou acumulativo-predadora - do relacionamento do homem com a natureza. As ações humanas poderiam ser menos ou mais artificiais segundo sua distância de um modelo original que se supõe conhecido.

Talvez aqui o que implicitamente se coloque seja o tema da **natureza humana** e de sua relação com a qualidade da intervenção humana na natureza. Pois se as intervenções humanas são diferenciadas, produzindo umas, mais que outras, artifícios prejudiciais, talvez isto decorra do próprio foro íntimo do homem, de sua consciência, mentalidade ou cultura. O ponto de partida é o naturalismo positivo que, como vimos na introdução, considera a natureza como a pureza original, intrinsecamente boa, crê na bondade ou harmonia da natureza humana (original, primitiva) e no fato de que o homem (civilizado, moderno, burguês ou ocidental) vem se afastando de sua natureza, ou seja, se desnaturou. Quanto mais distante esteja o homem de sua natureza, mais provável será que o produto de sua intervenção seja o artifício prejudicial, porque igualmente distante da natureza. Inversamente, quanto mais próximo de sua própria natureza, mais facilmente o produto de sua intervenção, embora artificial, se acercará à natureza. Espera-se que o homem mais próximo de sua natureza esteja em harmonia com a natureza que o envolve, enquanto desta se afasta aquele que se distancia de sua própria natureza. É com base nesta concepção que se defendem como mais na-

turais as tribos primitivas do que as sociedades civilizadas, não apenas pela associação entre civilização e artificialidade, mas também porque o homem civilizado é aquele que já perdeu sua natureza. Apesar de humanas, as tribos primitivas, por serem consideradas mais próximas à natureza, não a desnaturariam, seguindo-a em sentido relativo.

Além disso, o ecocentrismo implica uma ética não apenas de defesa ou restauração da natureza, mas também de dever e respeito em relação a ela: "a ética ambiental... é atingida somente quando os humanos fazem perguntas não meramente de uso prudente mas de respeito e dever apropriado"³³,... "o que se requer não é prudência mas responsabilidade capital para com a Terra biosférica".³⁴ Nesta formulação, a natureza em si e, portanto, as espécies têm direitos, que os homens devem respeitar.³⁵ Uma alternativa é "dizer que a proibição de extinção não se baseia em direitos que as espécies têm mas (por assim dizer) em direitos que os humanos não têm. Uma espécie não tem direito de existir, mas os humanos tampouco têm liberdade de destruir espécies. Mas tal proibição parece depender de algum valor nas espécies como tais, pois não há necessidade de haver proibição contra destruir uma coisa sem valor."³⁶ O conceito de direitos da natureza reforça os princípios da responsabilidade e obrigação humanas e chega às vezes a contradizer a noção moderna dos direitos do homem. Em algumas formulações, os direitos das espécies estão vinculados também a **interesses das espécies**.³⁷

Em outras palavras, os homens teriam obrigações não apenas diante de outros homens em relação à natureza, mas também obrigações diretamente para com a própria natureza. Esta concepção defende que não se pode, portanto, reduzir as obrigações concernentes às espécies a obrigações para com pessoas em relação às espécies. Julga insuficiente o argumento arrolado para a preservação das espécies com base em considerações econômicas, que, ao defender a preservação de outras espécies em nome da obrigação do homem em relação à sua própria espécie, frisa que a extinção de espécies pode afetar amplamente a economia, as potencialidades industriais e agrícolas, o desenvolvimento da química e da medicina, já que estes setores econômicos dependem em grande medida dos recursos genéticos encontrados em animais e plantas. Tal argumento econômico é considerado pelo ecocentrismo ainda preso à tradição judaico-cristã de ver a relação homem-natureza como relação de exterioridade em que o homem domina as outras espécies. Para os defensores ecocêntricos de uma ética ambiental, as espécies não devem ser consideradas como recursos, pois se limitássemos as obrigações para com espécies aos interesses dos homens em "recursos", criaríamos uma ética que justificaria o desaparecimento de muitas espécies ameaçadas que não têm valor como recurso. Seria, portanto, imoral e egoísta valorar as outras espécies por interesses humanos. Seria com base num valor próprio das outras espécies, que se estabeleceria a proibição de sua destruição. A subordinação da espécie humana a supostos direitos da

natureza pode chegar a justificar o cerceamento das vontades e da criatividade humana.

O ecocentrismo nem sempre defende uma natureza ou um ecossistema estáticos, contra uma intervenção humana que os modificaria. Frequentemente deixa claro que a natureza ou o ecossistema, embora em equilíbrio, são dinâmicos. Mas encara os sistemas naturais, no fundo, como fechados, porque cíclicos e com leis imutáveis. Diferencia um dinamismo natural, que independe do homem, de um dinamismo espúrio da natureza, que resulta da intervenção humana. Não reconhece, assim, aos homens, embora partes da natureza, um direito de interferir no dinamismo considerado natural da própria natureza. Esta tem sua ordem dinâmica própria, através da qual alcança seu equilíbrio, essencial para a preservação das espécies, inclusive a humana, e tudo o que se requer do homem é que não altere tal ordem e equilíbrio. A natureza, portanto, envolve o homem, mas ao envolvê-lo, o apaga. Tendo de omitir-se de ser parte ativa no seu dinamismo, o homem perde sua capacidade de ação própria e autônoma.

O enfoque heteronomista

A negação da autonomia humana e da visão do homem como sujeito da história, leva, na realidade, à restauração de um enfoque heteronomista que, substituída a idéia de natureza pela de Deus ou acrescentada à natureza seu caráter divino, era utilizado no pensamento clássico e medieval. De fato, neste pensamento, contrariamente ao que vem a prevalecer na modernidade, era da natureza das coisas ou da ordem do mundo que derivava todo princípio de comportamento ou de organização humana.

Este heteronomismo corre o risco de inscrever-se numa idolatria ou numa espécie de religião da natureza. Não afasta este risco contrapor natureza a religião, pelo fato de que o natural se opõe ao sobrenatural, pois "a idéia de natureza precede a idéia de sobrenatureza e, longe de criticá-la, favorece-a pela simples razão de ser a única que a torna possível."³⁸ Embora desde a antiguidade haja exemplos de dissociação entre Deus e natureza, como na obra de Lucrécio, para quem a natureza não é criação divina, sendo o fogo, a água, a terra e o ar obra do acaso, é frequente, ao longo de toda a história do pensamento filosófico e teológico, a associação entre natureza e Deus ou entre representações naturalistas e representações religiosas. Este fato favorece a veneração da natureza sob várias formas, entre as quais a geolatria ecocêntrica, presente na forma quase divina com que frequentemente se representa Gaia. Contrariar a lei da natureza seria como contrariar a vontade divina.

Mesmo quando não se acredita, contudo, no caráter divino da natureza, a crença numa ordem natural e em desígnios naturais, que não são apenas obra do acaso mas representam necessariamente o bem, por ser a natureza

sempre sábia, leva, como na ética ambiental já analisada, à defesa da natureza pela natureza.

A predominar o enfoque heteronomista, estaremos seguindo uma via anti-humanista, pois o humanismo, como assinali na introdução, pressupõe a autonomia humana e o homem como sujeito racional de sua história. O homem se distinguiria das demais espécies por ser capaz de usar sua razão. O ecocentrismo vê no homem a única espécie capaz de ser nociva à natureza, justamente porque faz uso de uma razão e consciência, o que permitirá o surgimento de sua arrogância, de sua vontade de domínio sobre as demais espécies e de sua ambição de exploração, progresso infinito e acumulação. Não sendo mero acaso e tendo um sentido, que deve ser imitado pelo homem, a natureza seria, ela também, racional. A razão humana contrariaria, portanto, a razão da natureza. Não se vê no efeito destruidor da natureza, mesmo quando mais devastador do que o dos homens, uma maldade a ela inerente. Quando cruel com os homens e outras espécies, a natureza apenas estaria se renovando, seguindo seu curso e seu processo, ou então respondendo às ameaças a ela lançadas pelos homens. Por outro lado, a razão e a consciência humanas são consideradas um agravante para a maldade praticada pelo homem contra a natureza.

Sérgio Rouanet identificou no Brasil o surgimento de um novo irracionalismo, em parte moldado por influências externas e que, em sua variedade "existencial", talvez tenha sua origem externa na contracultura americana dos anos 70, que pretendia reinventar a vida, e sua origem interna numa incultura engendrada politicamente pelo regime autoritário. Diz ele que "reconstitui-se, espontaneamente, sem que os jovens saibam disso, a polarização clássica entre a vida e a teoria, que floresceu, por exemplo, no *Sturm und Drang*, no romantismo, no atual movimento ecologista e em outras correntes direta ou indiretamente influenciadas pela máxima de Goethe: 'cinzenta é toda teoria, e verde apenas a árvore esplêndida da vida'."³⁹ O irracionalismo, portanto, estaria presente em movimentos ecológicos. Se isto é verdade, parece plausível que tal irracionalismo se encaeste precisamente no ecologismo ecocêntrico.

O ecocentrismo, por seu heteronomismo e sua desconfiança em relação à autonomia do homem racional, é, portanto, anti-humanista. Será que poderíamos dizer que ele é também anti-moderno? Ou será que presenciamos o fim da modernidade e, justamente por ser anti-moderno, o ecocentrismo é pós-moderno?

Segundo o filósofo francês Alain Renaut, "o que constitui a modernidade é o fato de que o homem vai se pensar como a fonte de suas representações e de seus atos, como seu fundamento (sujeito) ou ainda como seu autor." "A modernidade surge culturalmente com a irrupção do humanismo e filosoficamente com o advento da subjetividade", segundo formulações que vão de Heidegger a Cassirer. Enquanto, para os antigos, a "idéia de autonomia não fazia sentido (a autoridade se fundando não no concurso das

vontades, mas na natureza das coisas ou na ordem do mundo),⁴⁰ para os modernos, segundo Cassirer, "o ideal de humanidade compreende em si mesmo o ideal de **autonomia**."⁴¹

Embora o marco básico da modernidade seja o Renascimento, o iluminismo, por ter realçado a autonomia da razão humana, tem sido considerado como seu verdadeiro ponto de partida. Para Weber a modernidade, tanto da sociedade quanto da cultura, está vinculada a um processo de racionalização, tendo como referência o iluminismo. A modernidade cultural foi por ele caracterizada "como a separação da razão substantiva expressa na religião e na metafísica em três esferas autônomas...: ciência, moralidade e arte. Estas tornaram-se diferenciadas porque as visões unificadas de mundo da religião e da metafísica caíram por terra."⁴² Kant talvez seja o marco da modernidade iluminista, ao ressaltar em seu ensaio "O que é o iluminismo?", de 1784, o papel da razão na ascensão do homem a sua maioridade e ao esclarecer, em "Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita", do mesmo ano, o processo e o sentido da história e do progresso humano.

Estaria superada esta modernidade iluminista? Em ensaio publicado em 1977, que tinha por título "1992: Threshold of the postmodern world", Lynton K. Caldwell, um dos mais eminentes especialistas norte-americanos sobre as relações entre políticas públicas e questões ambientais, propunha que a passagem da modernidade à pós-modernidade já estaria ocorrendo e se consolidaria a partir da última década do século, baseando-se fundamentalmente numa nova forma de relação entre o homem e a natureza, advinda das necessidades ecológicas. Para ele, enquanto a modernidade se caracterizaria, entre outros elementos, pelo primado da noção dos direitos "populares" ou do homem, pelo egoísmo autônomo e pela expansão progressiva, entre os conceitos predominantes na pós-modernidade estariam incluídos os das responsabilidades sociais, da interdependência orgânica e do equilíbrio dinâmico.

De fato, fala-se atualmente de crise da modernidade. Crise é decisão, como diz sua raiz grega, que implica a reorganização das partes de um todo, uma reorganização sob outro prisma e sob nova forma. Admitir que a modernidade está em crise requer, portanto, a verificação das tendências dessa reorganização. Se a modernidade for, contudo, entendida no sentido amplo acima exposto, é possível que não haja crise da modernidade, mas somente percepção de crise, isto é, que a ruptura que se imagina seja apenas aparente. É o que defende, entre outros, Habermas.⁴³ A chamada pós-modernidade, ao negar a modernidade e ao propor um novo começo, adota, na melhor das hipóteses, uma atitude não conformista e anti-conservadora própria da modernidade. Essa pós-modernidade não sai, portanto, das fronteiras da modernidade e seria melhor caracterizada, segundo a sugestão de Sérgio Paulo Rouanet, em *As razões do iluminismo*, de neo-modernidade.

A existência de uma neo-modernidade, porém, não impede que existam, dentro da modernidade, correntes anti-humanistas que rompem definitivamente com a tradição moderna. Seria o caso do cosmologismo ecocentrista, que propõe uma visão unificada de mundo semelhante à da religião e da metafísica.

No anti-humanismo ecológico, o passado surge sob a forma mitificada da origem imaculada. Criam-se utopias negativas do futuro sob a forma de modelos de ameaça, ao mesmo tempo em que as utopias positivas do futuro projetam as idealizações do passado. Existe uma recusa do presente, visto como ameaçador, e, de forma mais ampla, uma recusa da própria modernidade.

Enquanto a ideologia do progresso confiava quase irrestrita e cegamente no futuro, propondo o sempre novo, o ecocentrismo anti-humanista, que a critica, assume apenas posição defensiva em relação ao presente e ao futuro. Ele se empenha não em criar, mas em defender, conservar, preservar, controlar, restaurar ou recuperar. Trata-se de conservar a natureza, recuperar os solos, preservar a biosfera ou o ciclo das águas, controlar a população, etc. Ele visa, em geral, a restabelecer algo que foi perdido, precisamente em decorrência do progresso econômico, da industrialização, do processamento e transformação dos recursos naturais. É, neste sentido, ideologia do medo e do desespero, pois teme que o presente acabe de destruir os resquícios ainda sobreviventes do passado natural.

Mas se a modernidade não acabou e é ainda a partir dela que se elaboram as críticas sociais e as propostas de mudança, tais correntes anti-humanistas e anti-modernas seriam não pós-modernas, mas simplesmente reacionárias. Quando deseja mudanças, o anti-humanismo ecológico propõe a volta ao passado. Negando o presente, sendo pessimista quanto ao futuro e idealizando o passado, em que se refugia, ele é **pré-moderno**. Era provavelmente um tipo de pensamento como o do ecocentrismo que Habermas evocava ao afirmar: "Temo que as idéias de antimodernidade, junto com um toque adicional de pré-modernidade, estejam se tornando populares nos círculos da cultura alternativa."⁴⁴ O anti-humanismo ecocêntrico é arcaico e pré-moderno, pois subordina o homem e sua razão ao absolutismo da natureza como princípio fundador de todas as coisas. As próprias éticas e políticas humanas estariam subordinadas a uma ética cosmológica mais ampla. Os que compartilham o anti-humanismo ecocêntrico poderiam, assim, talvez ser incluídos na categoria dos "velhos conservadores", que, segundo Habermas, "não se permitem contaminar pelo modernismo cultural. Observam o declínio da razão substantiva, a diferenciação da ciência, da moralidade e da arte, a visão moderna do mundo e sua racionalidade meramente instrumental, com tristeza e recomendam o recuo para uma posição anterior à modernidade. O neo-aristotelismo, em particular, goza de um certo sucesso hoje. Em vista da problemática da ecologia, ele se permite clamar por uma ética cosmológica."⁴⁵

Do ponto de vista político, o ecocentrismo constitui, sem dúvida, uma contribuição própria do ecologismo. Mas tal contribuição, ao dialogar com as ideologias hegemônicas contemporâneas, talvez assim se definisse, ao contrário do Partido Verde alemão: "não somos de esquerda ou direita; estamos atrás." É importante salientar que nem todo o ecologismo é ecocêntrico e, portanto, anti-humanista ou pré-moderno. O ecologismo pode situar-se dentro das fronteiras do humanismo e da modernidade e é possível até mesmo conceber, em várias de suas manifestações contemporâneas, as bases de um neo-humanismo ecológico, questão que discutirei mais adiante.

Resta agora saber se a questão tecnológica pode, à diferença do ecocentrismo, implicar um modelo político e social, o que analisarei no próximo capítulo.

Capítulo III: O reducionismo tecnológico

*"Si se opone la naturaleza,
lucharemos contra ella,
y la haremos que nos obedezca."*
(Simon Bolívar)

A dimensão instrumental da tecnologia tem sido um dos pontos focais da crítica desenvolvida pelo ecologismo ao progresso, tal como concebido desde a revolução industrial. A tecnologia tem sido vista, numa perspectiva que poderia ser definida como tecnocêntrica pessimista, que, no fundo, é a outra face do ecocentrismo, como o instrumento utilizado pelo homem para perpetrar seu crime de transformação do natural em artificial.

Heidegger é apontado por muitos ecologistas como um dos marcos filosóficos nesta crítica à tecnologia. Embora haja ambigüidades em sua obra quanto ao papel (positivo ou negativo) do progresso tecnológico, chegando ele, numa passagem da *Introdução à metafísica*, a elogiar no nazismo suas conquistas tecnológicas, não há dúvida que a crítica heideggeriana ao pensamento ocidental coloca ênfase no distanciamento da tecnologia de sua essência, através de sua redução à dimensão instrumental. Heidegger, além disso, tem sido considerado marco filosófico na visão holística do mundo, que é um dos pontos de partida do pensamento ecológico. Coerente com esta visão, ele refletiu sobre a questão da relação do homem com a natureza, criticando o papel humano de dominador e de explorador. A tecnologia é de fato central no pensamento de Heidegger, que está empenhado sobretudo numa crítica ao que chama de "metafísica", responsável pelo afastamento do homem do *ser* e de cuja superação depende a recuperação do *ser*. Ora, para ele, a tecnologia, em sua "essência", que ele se empenhou em definir em *The question concerning technology*, se confunde com a própria "metafísica". Ele afirmou, por exemplo, em *The end of philosophy*: "O nome 'tecnologia' é entendido aqui de maneira tão essencial que seu significado coincide com o termo 'metafísica completada'".⁴⁶

No papel central atribuído à tecnologia na Civilização Ocidental, na crítica a sua dimensão instrumental e no interesse em nela basear a revisão dos modos de vida e da própria relação do homem com a natureza, setores do ecologismo contemporâneo viram em Heidegger um precursor.

Os ecologistas contemporâneos em geral não são contra todo progresso e toda tecnologia. Apenas crêem que aquilo que se vem chamando de progresso desde a revolução industrial está levando o mundo à catástrofe e esperam que haja verdadeiro progresso sobretudo espiritual e de valores com a mudança de orientação que propõem. Pensam também que existem tecnologias que agridem menos a natureza, as chamadas tecnologias doces ou suaves. Caberia, então, principalmente modificar a relação do homem com a natureza e rever, a partir dessa modificação, a noção de progresso.

Chamo de ecologismo tecnocêntrico ou de tecnocentrismo ecológico o reducionismo tecnológico que crê que as mudanças tecnológicas trariam embutidas em si esta revisão da relação homem-natureza e do sentido do progresso humano. Para ele, essas mudanças estão também na base da definição de um novo modelo político e de sociedade. Em geral, o argumento ecológico-tecnocentrista enfatiza que tipos de tecnologia são portadores de padrões de relações sociais ou defende que a revolução tecnológica em curso já engendra novas formas políticas e sociais.

De fato, em primeiro lugar, sustenta que as tecnologias implicariam uma concepção da produção, da divisão do trabalho e da distribuição espacial e econômica. As tecnologias duras seriam concentradoras de poder, enquanto as tecnologias suaves seriam necessariamente mais democráticas. Assim, o tipo de energia empregado influiria na forma de organização da produção do setor energético, com repercussões sociais e políticas amplas. Usinas nucleares, por exemplo, requereriam determinado grau de concentração do poder, enquanto a utilização da energia do sol ou dos ventos estaria necessariamente vinculada à descentralização.

Em segundo lugar, existe a idéia, defendida sobretudo por tecnocêntricos otimistas, humanistas conservadores na esteira da sociologia norte-americana de Daniel Bell, autor de *The coming of post-industrial society*, de que, através da nova revolução tecnológica, ingressamos numa era pós-industrial, com a qual surgem sociedades pós-industriais, ou de que, com esta revolução, o modo de produção capitalista (inclusive em sua manifestação socialista) estaria sendo ultrapassado. O mundo pós-industrial estaria caracterizado pela expansão dos serviços e da informática, pelo uso menos intensivo dos recursos naturais propiciado pelo emprego de novos materiais e pelo desenvolvimento de tecnologias em campos novos (biotecnologia, por exemplo). As novas tecnologias, de uma maneira geral, seriam tecnologias "limpas", não poluentes, ao contrário das tecnologias geradas pela revolução industrial.

Os tecnocêntricos otimistas são, em geral, expansionistas, ou seja, acreditam no progresso continuado como base para a solução dos problemas ambientais. Ao contrário dos ecocêntricos, não vêem a natureza como necessariamente finita. Sendo ilimitadas a engenhosidade técnica e a inventividade humanas e sendo igualmente ilimitada a capacidade da natureza de ab-

solver as mudanças às quais está submetida, os desequilíbrios ecológicos podem ser corrigidos através da tecnologia adequada.

Tanto um quanto outro argumento, o que defende que as tecnologias são portadoras das relações sociais e o que crê que isto já ocorre com a revolução tecnológica em curso, defendem, em geral, que, porque são portadoras das relações sociais, as tecnologias empregadas pelo capitalismo (ou por sua variante socialista) implicariam um mesmo padrão de relações sociais, que seria alterado quando se introduzissem as novas tecnologias. Ou então o pós-industrialismo, na medida em que revê os fundamentos da revolução industrial, superaria tanto o capitalismo quanto sua variante socialista, que têm como marco aquela revolução. Será, então, que o tecnocentrismo tem melhores chances do que o ecocentrismo de contribuir para a revisão dos modelos políticos e de sociedade contemporâneos?

Em resposta à primeira das duas colocações feitas acima, a de que as tecnologias são portadoras das relações sociais, é importante frisar que a construção de uma sociedade nova não depende somente de uma nova tecnologia. Se é a ordem sócio-cultural que define as tecnologias, a mudança não pode ocorrer senão através dela. Não parece evidente a vinculação necessária entre determinadas tecnologias e padrões específicos de relações sociais. Se tomarmos o exemplo dado, o da produção da energia nuclear ou solar, é defensável, do ponto de vista da preservação dos recursos, o uso da energia solar em detrimento da energia nuclear, pois a energia solar é, teoricamente, a única inesgotável, enquanto durar o Sol, ou seja, mais cinco bilhões de anos aproximadamente. Esta opção também faz sentido sob o prisma dos riscos para a saúde ou sobrevivência humana ou até para a vida no Planeta. Mas é possível, mantendo as armas atômicas, fornecer energia solar às bases militares norte-americanas e sobretudo, como diz Daniel Cohn Bendit, "sem mudar de tipo de sociedade, aquecer pela eletricidade solar quase todas as casas."⁴⁷ Ao criticar a forma centralizada de implantação do programa de substituição da gasolina pelo álcool no Brasil, Carlos Minc mostrava, em *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*, como a mesma tecnologia poderia ser empregada de forma descentralizada e democrática. Uma mesma tecnologia é compatível com formações sociais e políticas distintas. O capitalismo, assim como sua variante, o socialismo real, por sua vez, podem se adaptar a novas tecnologias.

Na realidade, a tecnologia não é o determinante central do funcionamento e da instituição da sociedade, como tem mostrado Cornelius Castoriadis, não apenas em seus escritos mais gerais, como o livro *L' institution imaginaire de la société*, onde defende que a técnica não é autônoma e seria um erro a ela atribuir um papel determinante na história, mas também na discussão com Daniel Cohn-Bendit sobre ecologia recolhida no livro *De l'écologie à l' autonomie*. As tecnologias são criação social. A ciência e a técnica se inserem numa dada instituição da sociedade, ou seja, cada sociedade cria sua técnica e seu tipo de saber.⁴⁸

Se as tecnologias são portadoras das relações sociais não no sentido de que podem provocar mudanças, mas, ao contrário, de que são criação social e sua função, forma de utilização e conseqüências políticas podem ser distintas segundo essas relações sociais, então, de fato, por serem engendradas socialmente, elas não são neutras, não são simples instrumentos, que podem ser utilizados para fins diferentes. O ecologismo tecnocêntrico teria, portanto, razão.

Mas se isto é verdade, a crítica central a ser formulada não deveria ser à tecnologia, e sim à própria forma de organização social, aos modos de vida e ao padrão de necessidades. Se o que se visa, ao fazer-se uma opção tecnológica, é às mudanças nas relações sociais, são estas, portanto, e não a tecnologia, que devem ser o objeto principal da ação política.

Quanto à segunda colocação feita pelo tecnocentrismo ecológico, a de que estamos ingressando em sociedades pós-industriais, é verdade que, desde a revolução industrial, talvez não se tenham presenciado mudanças tecnológicas tão profundas quanto as que ocorrem na atualidade. Tais mudanças podem modificar o desenvolvimento capitalista/socialista tal como concebido até hoje. Isto não significa, contudo, dizer que estamos abandonando a industrialização, embora ela mude de figura. É possível até que a este neo-industrialismo correspondam tecnologias não poluentes. Mas de nenhum destes fatos pode-se deduzir que o neo-industrialismo em si seria fundador de uma nova sociedade. O que funda uma sociedade não é a tecnologia, mas tipos de relações sociais. Seria absurdo, portanto, neste contexto, dizer que, com o chamado pós-industrialismo, estejamos ingressando num modo de produção ecológico, distinto dos anteriores.

Há correntes ecológicas, contudo, que propõem o estabelecimento de um novo modelo de sociedade e a revisão dos valores (ocidentais) que estão na base do capitalismo e de sua variante socialista. São, por exemplo, representativos dessas correntes Shumacher, em *Small is beautiful*, e Capra, em *The turning point*, o primeiro criticando as idéias de competição e outros valores do capitalismo bem como a crença marxista na base materialista da história e o segundo o domínio do "paradigma cartesiano-newtoniano" na ciência.

Os ecologistas que adotam este enfoque não são reducionistas, não atribuindo à tecnologia a capacidade de transformação social e política. No entanto, quando nos perguntamos qual o padrão de relações sociais que propõem, não conseguem sair das fronteiras da política estabelecida, apresentando-se, explícita ou implicitamente, como eco-socialistas, eco-fascistas, eco-democráticos ou autonomistas. É também a partir da perspectiva da política estabelecida que é possível discutir o problema político (e não técnico) do lugar ocupado pela tecnologia nesta sociedade que se quer criticar.

Finalmente, a crítica do tecnocentrismo ecológico parte de um sistema de crenças contemporâneas, sobretudo da crença no progresso da ciência e da tecnologia. Não se trata apenas do ponto de vista dos tecnocêntricos oti-

mistas que esperam que, com as novas tecnologias, sejam superados os problemas ecológicos. A própria crítica à tecnologia é favorecida pelos avanços tecnológicos, ou seja, é feita com base nas evidências trazidas pelo progresso tecnológico. O desenvolvimento da astronáutica, por exemplo, permitiu, pela primeira vez, a visão da Terra de longe, o que contribuiu, segundo autores ecologistas, para a consciência em torno da vida de Gaia. De fato, muitos ecologistas associam a veneração a Gaia à possibilidade de termos visto a Terra de longe pela primeira vez. Prezam o desenvolvimento científico e tecnológico que, ao permitir o lançamento de satélites e a tomada de fotos à distância, tem possibilitado a monitorização de problemas ecológicos globais. A tecnologia dos satélites está na base do acompanhamento dos efeitos das queimadas nas florestas e dos levantamentos agroecológicos. As novas conclusões sobre o clima global se baseiam na precisão de laboratórios cada vez mais sofisticados. Os computadores ajudam a montar os cenários das catástrofes potenciais. O relatório *Limites ao crescimento*, do Clube de Roma, publicado em 1971, considerado marco para determinadas correntes ecologistas críticas do crescimento econômico, pretendia ter um modelo matemático do mundo no computador. Toda essa tomada de consciência, que, portanto, se assentou sobre os avanços tecnológicos, aguçou a crítica à tecnologia como instrumento humano de destruição da natureza.

Esta relação entre ecologismo e progresso científico-tecnológico está magistralmente explicada nestas palavras de um especialista norte-americano em meio ambiente:

"Relações causa-efeito no meio ambiente não eram frequentemente percebidas e menos frequentemente entendidas de maneira adequada antes do advento da ciência moderna. A compreensão científica das relações ambientais é, além disso, um desenvolvimento relativamente recente. Em particular três fatores são responsáveis pela capacidade da ciência de explicar as relações ambientais e influenciar a política pública e internacional. /O primeiro fator é o desenvolvimento dos meios de supervisão ambiental por ar, mar e terra, e o espaço exterior. Somente nesta geração foram os homens capazes de ver o todo da terra.../ O segundo fator,... é a habilidade bem maior de medir.../ Um terceiro fator... [é a] síntese e projeção de tendências que dão sentido aos dados brutos ... Este processamento da informação dificilmente era possível antes do desenvolvimento da tecnologia avançada de computadores."⁴⁹

Obviamente esta contribuição da ciência e da tecnologia moderna para a compreensão dos problemas ecológicos não teria sido possível sem o desenvolvimento da sociedade industrial. Portanto, o objeto da crítica ecológica é também sua base. A indústria espacial, por exemplo, ao mesmo tempo em que pode estar na origem de problemas ambientais específicos,

representa a culminação de avanços científicos que corroboram as teses ecologistas.

Ao contrário da natureza onipresente da Idade Média, que devastava campos e cidades, como castigos divinos, a natureza de hoje envia ameaças através das projeções dos computadores, servindo-se, para isso, dos avanços científicos e do desenvolvimento tecnológico e, portanto, do próprio controle humano sobre ela, pelo menos sob a forma de conhecimento.

A crença na ciência leva, além disso, a um cientificismo, que tem sido colocado como base para as decisões, acima das considerações políticas, e isto apesar das incertezas científicas. Trata-se de por a neutralidade científica acima das sociedades e de sua capacidade instituinte e criativa. A pesquisa científica é indispensável, mas não apenas a ciência não é neutra, como o que ela investiga, no plano mais geral e teórico, tem ligação imediata com a vida cotidiana e se torna imediatamente político, fato que o cientificismo procura ofuscar. Esse cientificismo secunda o determinismo naturalista a que me referi no capítulo anterior. Se o que deve ser feito baseia-se em leis naturais, que a ciência revela, não há margem para a divergência política. A base para a ação é incontestável e incontornável.

Se, de um lado, o ecologismo tecnocêntrico contemporâneo funda na ciência suas propostas de ação, de outro lado, curiosamente sustenta a idéia de que não se deve esperar pela ciência para a tomada das decisões, pois os problemas com os quais a humanidade se confronta são evidentes e exigem soluções urgentes. Esperar pelas certezas científicas seria pôr em risco a própria sobrevivência da Terra e da humanidade. Os indícios de problemas graves são considerados mais que suficientes para justificar as ações preventivas. A gravidade dos problemas potenciais justificaria até mesmo assumir o risco de que as correções sejam superdimensionadas e acarretem custos que no futuro se comprovariam desnecessários.

Quando ligada à defesa da natureza pela natureza, que o ecocentrismo propõe, a crítica do tecnocentrismo à tecnologia implica a negação de toda obra civilizatória. Pois, se partirmos da idéia de que a natureza existe, toda a construção humana nada mais foi e nada mais é do que um afastar-se da natureza, através da civilização. Foi precisamente por acreditar que a natureza nem sempre é sábia que o homem nela interveio desde cedo, desenvolvendo tecnologias que o protegessem das intempéries e lhe assegurassem o alimento, organizando-se em sociedades políticas e, em suma, construindo formas de civilização. A própria sobrevivência do homem passou crescentemente a depender dessa sua intervenção na natureza.

Contraditoriamente, porém, o que o ecologismo ecocêntrico e tecnocêntrico requer do homem, neste estágio supostamente degradado de seu ser e de seu meio, é algo que somente um alto grau de civilização pode permitir: que ele, para respeitar os direitos de outras espécies, renuncie a seus interesses, que sua ética ultrapasse a ética estreita do passado, que ele, além disso, seja capaz de salvar o mundo de um desastre que somente a mais so-

fisticada tecnologia gerada pela civilização foi capaz de detectar e que sua obra de salvação, requerida pela ciência, se exerça através do uso de sua razão e dos meios técnicos de que dispõe.

Em conclusão, as proposições do ecologismo ecocêntrico e tecnocêntrico são amplas, colocando em questão a relação da humanidade com o mundo e discutindo o sentido e finalidade desta humanidade. Comportam uma crítica à própria civilização ocidental, aos padrões da revolução industrial e também aos modelos políticos e sociais modernos. Mas ou são anti-humanistas e pré-modernas, como no ecocentrismo, ou seu humanismo se baseia, como no tecnocentrismo otimista, na própria concepção de progresso da Civilização Ocidental moderna, nas mais altas conquistas tecnológicas da revolução industrial e suas propostas políticas e sociais se inserem dentro do espectro da política estabelecida.

O ecologismo, tal como até agora caracterizado, propõe ser a via alternativa, mas o alternativo ainda tem que ser definido. Sua colocação permanece apenas como indagação. Muitas de suas afirmações, como vimos neste e no capítulo anterior, são contraditórias. Ele não pode ir além da crítica à Civilização Ocidental para apresentar um modelo novo de Civilização, porque, ao fazê-lo, teria que lidar com um problema tecnológico para o qual não encontra resposta a não ser dentro dos parâmetros da própria Civilização Ocidental. Tem uma crítica à cultura, à sociedade, ao capitalismo e a sua variante socialista, mas, ao contrário do marxismo no século XIX, não tem uma proposta nova de sociedade. É possível conceber uma sociedade ecológica autoritária ou democrática. O ecologismo pode assumir a bandeira do autonomismo, que se insere em tradições da democracia, do liberalismo e do socialismo; pode apresentar-se como eco-socialismo ou ecofascismo. Se a utopia pós-68 na França procurava relacionar o autonomismo ao ecologismo, é possível também conciliar ecologismo com centralização do poder e do capital. Coerentemente com este quadro, o espectro ideológico dos atores ecológicos é variado. Entre os defensores da ecologia encontram-se, por exemplo, nos Estados Unidos, desde grupos alternativos até senadores republicanos e, na Inglaterra, desde os mais ferrenhos críticos do capitalismo, em geral pertencentes a correntes eco-socialistas, até os conservadores no poder.

A análise realizada neste capítulo e no capítulo anterior indica que, se estiver limitado às fronteiras do anti-humanismo ecocêntrico ou do reducionismo tecnológico, o ecologismo está a reboque, e não na frente, das tendências políticas contemporâneas. Não sendo, ao contrário do marxismo no século XIX, fundador de um campo radicalmente novo da ideologia e da política, deixando em aberto a questão das relações sociais e não tendo, portanto, um projeto de sociedade, não tem condições de oferecer um modelo político e ideológico alternativo.

Em resumo: como mostrou o enfoque histórico do Capítulo I, o ecologismo mudou de natureza política ao longo do tempo e a ideologia

ecológica é apropriável de diferentes formas, politicamente; b) como apontou o Capítulo II, o ecocentrismo não expande as fronteiras políticas da modernidade: é pré-moderno; c) como indicou a análise feita no presente capítulo, o tecnocentrismo propõe sobretudo mudanças na tecnologia, o que não é suficiente para definir um novo modelo de sociedade.

Capítulo IV: O neo-humanismo ecológico

“Mas como sua fecundidade deve ter um término, a terra deixou de gestar, como uma mulher esgotada pela longa idade. Pois a natureza do mundo inteiro se modifica com o tempo... tudo passa, tudo muda e se transforma sob as ordens da natureza... a terra passa sem cessar de um estado a outro: o que ela pôde um dia a ela se torna impossível; ela pode produzir aquilo que antes era incapaz.”

(Lucrecio)

O individual e o coletivo, a subjetividade e a objetividade, fazem parte do mesmo imaginário moderno, no qual, contudo, a mudança decisiva foi a que permitiu ao homem tornar-se sujeito. Heidegger dizia que “sem dúvida os tempos modernos, com a emancipação do homem, trouxeram o reino de um subjetivismo e de um individualismo. Mas é igualmente certo que nenhuma outra época antes dos Tempos Modernos produziu um objetivismo comparável, e que em nenhuma época precedente o não-individual teve tanta importância, sob a forma do coletivo... O decisivo não é que o homem tenha se emancipado de suas antigas amarras para chegar a ele mesmo, mas que a essência mesma do homem muda, na medida em que o homem se torna sujeito.”⁵⁰ O problema central das sociedades modernas é o de saber como conciliar a liberdade, no sentido de independência em relação a uma alteridade e exterioridade que eliminem o sujeito, com a exigência de normas e da intersubjetividade, que supõe uma limitação do individualismo.⁵¹

Nesta questão, as filosofias humanistas do livre arbítrio se contrapõem ao anti-humanismo egocêntrico. Embora este afirme não ver separação entre homem e natureza, já assinala que implicitamente reconhece tal separação através do determinismo naturalista. As filosofias humanistas, ao contrário, não vêem separação entre homem e natureza. Para elas, “a natureza não tem valor (ou ‘direitos’) por si própria, sem referência ao homem. De fato, ela não tem qualquer **existência** sem ele”⁵², que é um ser com consciência e vontade num mundo destituído de ambos.

Um crítico da concepção ecocêntrica e do determinismo naturalista se perguntava: “... para quem - ou sob que critério - deve-se considerar que o meio ambiente é sadio, agradável, desejável?” E respondia, ironicamente: “Se para uma ‘anaconda’ dever-se-ia transformar o mundo numa floresta pantanosa; se para um ‘dromedário’, então a destruição de floresta e a formação de desertos não estaria caminhando com a velocidade desejável...”⁵³

Herdeiros do biologismo de Haeckel em seu enfoque holista, os ecocêntricos responderiam que a defesa do ecossistema não deve ser feita a partir da perspectiva de espécies em particular, mas do conjunto, de um todo de relações, já que o todo deve estar acima das partes.

Mas o ecocentrismo se contradiz, sendo vão seu esforço de negação do papel central do homem em seu mundo. De fato, se, de um lado, para o ecocentrismo, a perspectiva não deve ser de espécies em particular, não resta dúvida, de outro, que o enfoque ecocêntrico privilegia a perspectiva humana, embora negativamente, discriminando o homem entre as espécies. O que define a obra natural do ecossistema é a ausência da intervenção humana. O referencial básico do ecocentrismo é, portanto, o homem, embora em sentido negativo. Este antropocentrismo negativo deriva da própria conceitualização da natureza que se deseja preservar, já que, como vimos na introdução, segundo as concepções naturalistas, apesar de ser a espécie humana, como as demais, parte da natureza, é a única entre todas capaz de artifício, ou seja, sua obra é a única necessariamente anti-natural. Por isso só o homem é capaz de romper o estado de clímax de um ecossistema. Um dos argumentos empregados pelo ecocentrismo para explicar esta particularidade humana é o de que os homens dramaticamente reconstróem seu meio ambiente, em contraste com as outras espécies, que aceitam o meio ambiente como o encontram.

Além disso, a harmonia da natureza ou seu equilíbrio são medidos em função da relação com a atividade humana. De fato, em geral considera-se que a harmonia dos ecossistemas ou seu equilíbrio se mantém mesmo quando a natureza é destrutiva; quando vulcões, por exemplo, destróem habitats, plantas e animais. Nem mesmo as enormes mudanças provocadas pelas eras glaciais são vistas como geradoras de desarmonia. Quando as causas das mudanças naturais, mesmo se profundas, não são humanas, pensa-se mais freqüentemente no dinamismo natural da natureza do que num desequilíbrio ou desarmonia que lhe fossem característicos.

O ecocentrismo tem uma visão fatalista. Através do determinismo naturalista, nos leva a crer que a natureza tem seu curso próprio, independente da vontade humana; que a Terra, por ter vida própria, exercerá seu instinto de sobrevivência, sacrificando, se necessário, a espécie humana. Mas ao mesmo tempo se trai, podendo até mesmo ser entendido como uma filosofia do sujeito não assumida. Pois, apesar de estar convencido da pequenez humana, crê na capacidade que tem o homem de destruir a natureza. Se acha um erro a ele atribuir o papel de sujeito da história, paradoxalmente acredita, de forma indireta, que ele tem sido, de fato, o sujeito de sua história. Se pede, de um lado, que ele humildemente perca sua arrogância e renuncie a tamanha ambição, de outro, espera que ele permaneça na condução do processo histórico, pois é dele ainda que depende a correção do rumo errado: ele não pode apenas se omitir, deixar que o acaso concerta o mundo; deve proteger, preservar e até restaurar a natureza. De sujeito destruidor, ele deve passar a sujeito restaurador. Além disso, se o erro

humano foi basear-se numa concepção de domínio seu sobre a natureza, tal domínio não ocorreu na realidade, pois ele não conseguiu impedir a vingança da natureza. Gaia é muitas vezes representada como auto-suficiente, mas, de forma contraditória, só o homem pode salvá-la de uma morte iminente.

No entanto, a reflexão crítica empreendida pelo ecologismo sobre a relação entre o homem e a natureza não está fadada a circunscrever-se a uma visão anti-humanista, nem a capitular diante daquilo que criticava, ou seja, o humanismo que, baseando-se numa razão puramente instrumental, endeusou o progresso e o indivíduo. A idéia de desenvolvimento sustentável, por exemplo, analisada nos próximos dois capítulos, insere-se numa perspectiva neo-humanista. Mas em que consistiria tal perspectiva?

Afirma Alain Renaut, um dos principais expoentes do neo-humanismo francês, que entre o holismo e o individualismo deveria situar-se o humanismo, da mesma forma que entre o todo e o indivíduo, o sujeito. Diferentemente do individualismo, que implica uma valorização da independência, ao humanismo corresponde uma valorização da autonomia. Enquanto o ideal de independência tendencialmente não aceita a limitação do Eu e, ao contrário, visa à afirmação do Eu como valor imprescritível, a noção de autonomia é compatível com a idéia de uma submissão a uma lei ou a uma norma desde que livremente aceita. A recusa do individualismo é a base para aquilo que Habermas chama de intersubjetividade e de razão comunicativa, sendo necessário no interior do sujeito (ou seja, no quadro da autonomia), pensar uma limitação da individualidade capaz de fundar a comunicação e a intersubjetividade. No fundo, para Renaut, o projeto neo-humanista visa a dois objetivos igualmente indispensáveis: contra o culto individualista, salvar a idéia de que sem normas comuns não há intersubjetividade possível, sendo necessário pensar a transcendência dos valores em relação à individualidade; por outro lado, sublinhar igualmente, contra as tentativas de “volta aos Antigos”, que o pensamento de uma tal transcendência não consistirá em sair da subjetividade, para fazer reviver uma normatividade qualquer concebida sob o modo arcaico, pré-moderno, da alteridade da Lei Divina ou da exterioridade da Tradição.

O ecologismo neo-humanista rejeita a visão de uma relação de exterioridade entre homem e natureza, que está na base da idéia do domínio, do controle e da exploração do homem sobre a natureza ou, por outro lado, do determinismo naturalista, que reduz o homem a uma conseqüência das forças da natureza, considerando o papel do homem o de mero seguidor da natureza.

Enquanto o ecologismo anti-humanista adota uma postura heteronômica, que diviniza a natureza ou enfatiza a determinação exterior ao homem, o neo-humanismo ecológico assume uma posição favorável à autonomia humana, pelo reforço do sujeito, embora não do indivíduo. Esta autonomia não implica que o homem aja no mundo independentemente de tudo que o circunda, que ele seja o único criador, manipulador e transformador do seu mundo, mas apenas que, agindo num mundo dado, não perca sua capacidade como sujeito.

Na concepção neo-humanista, por exemplo, de Ilya Prigogine e Isabelle Stengers em seu livro *A nova aliança*, ao admitir a permanente mutação do universo e a possibilidade de infinitas formas de associação entre seus elementos, compondo distintos sistemas, o homem, ao mesmo tempo que aumenta o campo das incertezas e da incoerência, aumenta também o do saber. Para esta concepção, os sistemas dinâmicos do ecologismo anti-humanista seriam como “as máquinas simples da dinâmica” que “se ocupam apenas delas mesmas. Elas nada têm a aprender, e mais ainda, elas têm tudo a perder, de um contato qualquer com o mundo exterior... a natureza concebida sobre o modelo do sistema dinâmico não podia ser senão estranha ao homem que a descreve.”⁵⁵

Não faria sentido tentar adaptar o homem a tais sistemas fechados e, no fundo, estáticos, pois pequenas diferenças e flutuações podem, em circunstâncias oportunas, invadir todo o sistema, engendrando um novo regime de funcionamento. As ciências da natureza convivem com o imprevisível e dialogam com uma natureza que não pode ser dominada teoricamente e que compõe um mundo aberto de cuja construção o homem participa.⁵⁶

Dizia Karl Deutsch, na introdução de *Ecosocial systems and ecopolitics*, que o enfoque do livro que organizou “rejeita a ilusão romântica de que todos os sistemas naturais são necessariamente viáveis. (A maioria dos desertos da Terra não foram feitos pelo homem)”.⁵⁷ Além disso, acrescenta, “nenhum ecossistema... é permanente. Cada um veio a existir em determinado momento, e cada um provavelmente desaparecerá, mesmo sem a intervenção humana. Alguns ecossistemas se destroem rapidamente ao exaurir recursos escassos essenciais a seu funcionamento. Outros têm se provado duradouros até agora. Em qualquer destes dois casos, tudo que o homem pode fazer, voluntária ou involuntariamente, é encurtar a existência de alguns ecossistemas e prolongar a de outros.”⁵⁸

Não se pode atribuir unicamente ao homem o problema da extinção de espécies. Como diz o filósofo Robert G. Burton, “a noção de que existia uma vez um equilíbrio ecológico natural que foi drasticamente rompido somente com o advento do homem é, em grande medida, um mito. A mudança é a lei da vida. Tem sido avaliado que 99 por cento das formas de vida que existiram no mundo estão hoje extintas, e destas estima-se que 95 por cento chegaram à extinção sem a ajuda do homem.”⁵⁹

Mais condenável ainda pareceria a tentativa de imposição da obediência humana a sistemas antropomorfizados. Assim, o neo-humanismo vê com desconfiança a antropomorfização de uma Terra com vontade própria, que ameaça de destruição a espécie humana. Certas concepções de Gaia seriam, aliás, seguramente criticadas por Nietzsche, que afirmou no aforismo 109 de seu livro *A Gaia Ciência*: “Evitemos pensar que o mundo seria um ser vivo... Ora, como ousaríamos culpar ou louvar o todo! ...ele não é nem perfeito nem belo nem nobre e nada disso quer se tornar, ele em nada aspira a imitar o homem!... Ele não tem além disso instinto de conservação e absolutamente não tem impulsões...”

Além de ser contrário ao ecocentrismo, o neo-humanismo ecológico também critica o reducionismo tecnológico, que faz com que a tecnologia seja vista, num enfoque negativo, como a arma utilizada pelo homem para matar a natureza e, num enfoque positivo, como o instrumento de salvação da humanidade, capaz até mesmo de condicionar mudanças sociais e políticas.

Considera, por outro lado, reacionária a recusa de correntes do ecologismo à tecnologia, à semelhança de Marx, no *Manifesto Comunista*, em relação aos socialistas que pregavam a volta à sociedade mais humana do Antigo Regime. Assim como o socialismo marxista procurava incorporar as conquistas do capitalismo, julga necessário que a busca de soluções para parte dos problemas ecológicos tome por base a situação presente e as tecnologias existentes, para superá-las.

Há, contudo, que evitar o endeusamento do novo pelo novo, da transformação pela transformação. A qualidade ou adequação de uma tecnologia não advêm do fato de ser nova ou tradicional. A tecnologia mais complexa ou sofisticada não é tampouco necessariamente aquela capaz de gerar maior transformação ou artificialidade, assim como o mais moderno não é necessariamente dominado pela indústria.

O neo-humanismo ecológico admite, assim, a importância da tecnologia para resolver problemas específicos colocados pelo processo de industrialização, mas não cai no enfoque positivo do reducionismo tecnológico, por entender que o caminho mais seguro para as soluções abrangentes desses problemas está nas mudanças culturais e nas modificações das relações sociais.

De fato, a utilização de novos materiais pode resolver ou atenuar o problema da escassez de determinados recursos. O desenvolvimento das telecomunicações informatizadas, teoricamente com a possibilidade de integração de cada pessoa, onde quer que esteja, a seu local de trabalho e aos centros de informação, pode reduzir suas necessidades de locomoção, atenuando, portanto, os enormes danos ambientais hoje causados pelos transportes. Além disso, a tecnologia de telecomunicações contemporânea tem permitido a conscientização para os problemas ambientais em escala mundial. Um incêndio na floresta amazônica pode hoje ser visto, por televisão, em praticamente qualquer lugar da Terra, o que possibilita a geração de reações em termos mundiais. A poluição de um rio continua sendo local, mas os meios de comunicação de massa podem torná-la apreensível globalmente. Este não era o caso no século XIX, quando as maiores destruições ambientais nos países que então se industrializavam e nas colônias por eles exploradas, se eram percebidas, repercutiam estritamente de forma local. Portanto, esses meios facilitam a conscientização global para os problemas ecológicos.

A tecnologia pode, contudo, criar novos problemas, inclusive de natureza ética, como no caso de soluções propostas a partir de manipulações genéticas. Além disso, não modifica as relações sociais, que, de forma mais profunda, poderiam acelerar as correções ecológicas requeridas. Na realidade, são determinadas relações sociais e os modelos de desenvolvimento a

elas vinculados que levam a formas específicas de exploração da natureza. O garimpeiro brasileiro que invade a terra lanomami em busca de ouro atua dentro do contexto de determinado modelo de sociedade e de desenvolvimento. Expulso pelas condições de marginalidade a que foi relegado em seu meio, busca sua realização, através da livre iniciativa e do lucro, no pioneirismo da fronteira econômica em expansão. As estruturas produtivas em geral, entre as quais a estrutura agrária, estão na base de inúmeros problemas ecológicos. O neo-humanismo ecológico põe, assim, a preocupação com a organização social acima da crença nas soluções tecnológicas. Além disso, como o ecologismo não pode por si mesmo oferecer um modelo político e social, caberá assegurar-se de que as mudanças econômicas e tecnológicas necessárias se realizem no âmbito de estruturas democráticas, nas quais estejam asseguradas as liberdades de associação e expressão dos vários grupos de interesse que compõem as sociedades civis. Meios e fins, futuro e presente, estariam, assim, reconciliados.

Afirmar que o anti-humanismo ecológico, em nome da natureza, nega a história e o papel do homem como sujeito. O progressismo que este anti-humanismo critica substitui, por sua vez, a natureza por uma história naturalizada ao mesmo tempo em que põe em destaque o indivíduo. Diferentemente destes dois pontos de vista, o neo-humanismo ecológico, se não nega a história, não acredita cegamente nela. Para ele, que critica o individualismo, o homem é sujeito, autônomo e dotado de razão, de uma história incerta, cujo curso resulta da relação entre condicionamentos externos e sua intervenção. Não se trata mais de se ter crença otimista no progresso, na mão invisível da história, de se imaginar que o que vai acontecer será sempre melhor. Mas liberar-se da crença cega no progresso não implica aceitar, de forma pessimista, a decadência como realidade inevitável. O neo-humanismo ecológico deseja o aperfeiçoamento da humanidade, mas sem qualquer segurança de que ele ocorra. O homem é sujeito, mas não dono absoluto de sua história. No lugar da força na história, existe uma mescla de inércia, acaso, ou seja, indeterminação, de algumas leis sempre passíveis de reinterpretção, bem como do resultado não totalmente previsível das ações decorrentes da vontade humana. Diminuir o campo da ilusão, aumentar a consciência das falhas e insuficiências humanas, considerar seriamente tanto os riscos reais quanto as novas oportunidades não garantem que o curso da história caminhe em sentido do melhor, mas maximizam as possibilidades de que isso ocorra.

Enquanto o anti-humanismo ecológico renuncia ao presente e ao moderno pela tentativa de volta às raízes puras, o neo-humanismo ecológico pretende construir o futuro a partir das condições concretas do presente. A renúncia à modernidade não se faria pela pré-modernidade, existindo uma busca de fuga para frente. Caberia então indagar se o neo-humanismo ecológico poderia ser caracterizado como pós-moderno. Afirma Sérgio Paulo Rouanet que, "...vivendo um mundo ameaçado pela aniquilação atômica, pela ressurreição dos velhos fanatismos políticos e religiosos e pela

degradação dos ecossistemas, o homem contemporâneo está cansado da modernidade. Todos esses males são atribuídos ao mundo moderno.” A ilusão do pós-moderno, para ele, “é a tentativa de reagir às patologias da modernidade através de uma fuga para frente, renunciando a confrontar-se concretamente com os problemas da modernidade. É mais fácil refugiar-se num pós-moderno contracultural, verde e com crescimento zero...”⁶⁰

Mas quando o ecologismo adota uma atitude de fato nova; quando ele, sem perder pé da realidade presente, olha para a frente, tentando abrir as fronteiras do século XXI; quando tenta associar à proposta ecológica uma visão moral, política e social, seria menosprezar seu alcance considerá-lo pós-moderno, porque o pós-modernismo é apenas movimento de fachada, que contrastaria com a substância de suas propostas. H. Stuart Hughes, que, ao analisar a cultura política da dissidência europeia entre 1968 e 1987, incluiu os verdes entre seus *Sophisticated rebels*, afirmou que na segunda metade da década de oitenta o século XXI já estava à vista, tanto a leste quanto a oeste, com o desgaste das rotinas ético-políticas repetitivas do pós-guerra e a busca de novas formulações e procedimentos. Para ele, dessa nova busca “os verdes alemães ofereciam o mais atrativo exemplo ocidental” (o sindicato “Solidariedade” na Polônia e Gorbachev na então União Soviética constituiriam os melhores exemplos a leste). Perguntava-se, então, se eles poderiam ser chamados de pós-modernos. E respondia que se tivessem entendido o que o termo em moda significava (seu significado parecia claro somente no campo da arquitetura), teriam recusado “seu ecletismo desavergonhado, sua inclinação pelo pastiche... e a maneira como ele despidoradamente abraçou ‘a linguagem do comércio e da mercadoria’”.⁶¹

Na realidade, ao negar empiricamente a modernidade, essa corrente ecologista a que se refere Hughes coloca-se dentro das fronteiras da própria modernidade. Sem furtar-se à busca de um saber cada vez mais apurado e de uma maior racionalidade, mantém uma relação com a história, esboçando uma dimensão de futuro, consubstanciada no embrião de uma utopia ecológica que se funde na compreensão e na crítica das realidades presentes. O ecologismo neo-humanista seria, então, para utilizar a expressão de Sérgio Paulo Rouanet, **neo-moderno**.

As correntes ecologistas neo-humanistas estão atentas à necessidade de reforçar os valores básicos da modernidade e de buscar na revisão da organização social e política, nas reformas sociais e do Estado, ou seja, no próprio homem, soluções para problemas ecológicos por ele criados. Para estas correntes, as conquistas ecológicas não ocorrerão com a substituição da idéia de direitos do homem pela de responsabilidade, obrigação e dever do homem para com a natureza, mas, ao contrário, com a expansão do campo dos direitos. Contrapondo-se a correntes ecológicas que desejam substituir os valores da modernidade por valores pré-modernos, pretendem reforçar os valores da modernidade, através da expansão da democracia, da maior participação dos cidadãos nas decisões do Estado e do reforço do

papel do homem na definição de seu rumo histórico, entre outras razões, para que seja capaz de corrigir ou evitar erros com consequências ecológicas negativas.

Ao contrário do humanismo conservador das concepções expansionistas ou tecnocêntricas otimistas, que tende a encarar a criatividade humana como algo ilimitado, sempre capaz de tornar a natureza absorvedora de todas as mudanças a que é submetida, o neo-humanismo ecológico reconhece, sem a radicalidade das concepções anti-humanistas, a existência dos limites humanos. Embora opondo-se ao determinismo naturalista, que elimina o espaço da criatividade humana, não acredita que a natureza decorra do homem ou que ele seja capaz de controlá-la por completo. Karl Deutsch dizia que todo ser humano vive ao mesmo tempo em pelo menos dois sistemas, um “sistema social” e um “sistema ecológico”, e este último sistema impõe limites ao sistema social,⁶² podendo tais sistemas apoiar-se ou destruir-se mutuamente. Nas palavras de Michel Serres, “a Terra existiu sem nossos inimagináveis ancestrais, poderia certamente hoje existir sem nós, existirá amanhã ou mais tarde ainda, sem nenhum de nossos possíveis descendentes, enquanto nós não podemos existir sem ela.”⁶³ Como na imagem descrita por este autor no início de seu livro *Le contrat naturel*, é possível que esteja a humanidade disputando interesses em meio à areia movediça, afundando-se toda junta, que ela esteja envolvida em suas “guerras subjetivas”, esquecendo que, unida, está guerreando o mundo, que ignora, tomando-o como inimigo objetivo.

No entanto, seria equivocado pensar homem e natureza como entidades excludentes entre as quais devesse estabelecer-se um contrato. O fato de que o homem errou por esquecer o mundo em seu contrato social não prova a necessidade de que no novo contrato o mundo deva se apresentar do outro lado da mesa para negociar com o homem. É da relação entre os próprios homens que depende a mudança na forma de encarar a natureza. Foi do contrato entre os homens que surgiu a idéia de posse e propriedade das coisas, pela qual também se acreditou existir um direito de poluir o que é seu. Para rever esta idéia, não podemos esperar que a natureza exija novos termos para o contrato. Cabe um novo contrato entre os homens, em que novos direitos, como o de não ser excluído da propriedade e o direito à propriedade pública, sejam reconhecidos; em que o direito humano ao meio ambiente sadio substitua o direito a poluir sua propriedade. O homem pode ser atualmente um mero parasita que suga a grande árvore da vida, a Terra, mas é desse parasita ainda que depende a possibilidade de usar racionalmente sua fonte, de deixá-la viva e renová-la.

O neo-humanismo ecológico ressalta a responsabilidade humana na natureza e na história, responsabilidade que o determinismo naturalista dos ecocêntricos acaba negando, por negar a liberdade do homem. Enquanto o ecocentrismo tende a naturalizar o individualismo possessivo e a vontade humana de dominação utilitária sobre seu meio, o neo-humanismo ecológico não crê numa natureza humana imutável e favorece uma mudança de

direção decidida pelos próprios homens, envolvendo seus valores culturais, os padrões vigentes de industrialização e consumo e, em suma, suas formações sociais.

Não há dúvida que vivemos em sociedades de grande desperdício e que as preocupações ecológicas colocam questões centrais para os estilos de vida contemporâneos. A ecologia pode contribuir para o surgimento de formas mais harmoniosas de convívio social, a predominância de visão de longo prazo nos processos decisórios, a maior racionalidade no uso dos recursos e a crítica ao endeusamento das máquinas, sem com isso negar o aprimoramento tecnológico. Possibilita também uma integração de vários campos do saber e, portanto, patamares novos de conhecimento, favorecendo, assim, um planejamento mais abrangente e interdisciplinar. A compartimentalização do saber que tem ocorrido desde o século XIX pode implicar, no fundo, um grau relativamente elevado de irracionalidade, sob uma capa de racionalidade. Na crítica ao economicismo contemporâneo e à estreiteza das análises econômicas, o ecologismo chama a atenção, por exemplo, para o fato de que a economia tem que ser compatível, entre outras, com preocupações antropológicas ou sociais.

Esse planejamento mais abrangente tem que lidar também com o alto grau de incerteza sobre o futuro e com a indeterminação social. Seria ilusório que ele partisse da idéia de que é possível um controle social e dos recursos ou de que o futuro esteja a nosso alcance a partir dos dados conhecidos do presente. Ignacy Sachs, aliás, já há muito tem proposto um tipo de planejamento que substitua a idéia de escolhas rígidas e de distribuição prévia de recursos pela ênfase na flexibilidade, na adaptabilidade, na abertura de distintas opções para o futuro, a partir justamente do reconhecimento das incertezas.⁶⁴

Esse tipo de planejamento, segundo Sachs, requer um sério esforço de criação institucional e de educação, passando a ser as escolas, acima de tudo, os lugares onde os futuros cidadãos aprendem seus papéis sociais, seus direitos e obrigações em matéria de gestão conjunta da sociedade.⁶⁵ Esta postura anti-tecnocrática opõe-se não apenas à visão estreita, criticada pelo ecologismo, dos especialistas em economia, mas também à dos “tecnocratas do tudo”, ambientalistas com receitas prontas para o presente e o futuro.

Não se trata, portanto, de impor, de cima para baixo, uma agenda de mudança de valores. A própria estrutura institucional do processo decisório é mais importante para a identificação democrática dos problemas e a busca de soluções do que a fixação dos objetivos, que podem ser modificados com o tempo. Ela deve permitir a necessária revisão dos valores a partir de dentro do tecido social. Ela deve assentar as bases para que as nações e os indivíduos possam enfrentar os problemas ecológicos à medida que surjam e não partir unicamente do pressuposto de que a solidariedade entre os homens, a cooperação entre os povos ou as decisões de governo resolverão os problemas ecológicos, como se estes fossem um universo estático e fechado.

O mundo não atravessa **uma crise ecológica global**, que possa ser **solucionada**. É certo que o modelo da revolução industrial trouxe proble-

mas ecológicos nunca antes experimentados pela humanidade, mas isto só torna mais plausível a hipótese de que o homem terá de conviver sempre com distintas formas de problemas ambientais. Mesmo que muitos dos atuais problemas ecológicos sejam solucionados, provavelmente outros surgirão, a requerer a imaginação criadora das gerações futuras.

Admitir a existência de problemas ecológicos como realidade inevitável não significa crer que a humanidade viverá por isso sempre em meio a catástrofes, que conduzirão à catástrofe final. O catastrofismo, se, de um lado, ajuda a chamar a atenção para determinados problemas, pode também trazer danos morais e políticos à forma de tratamento dos problemas ecológicos, sobretudo por tender a favorecer as soluções autoritárias.

Sugeri que até hoje não foram postas em questão, pelo ecocentrismo ou pelo ecologismo tecnocêntrico - apesar, algumas vezes, das aparências -, as bases das atuais sociedades capitalistas (ou de variantes socialistas) de nossos dias, o que caberia agora rediscutir à luz do neo-humanismo ecológico. O ecocentrismo supostamente faz uma crítica radical dessas sociedades, mas como não tem proposta política e social, por se desviar do problema das relações sociais, não pode apresentar uma alternativa política e social válida. O reducionismo tecnológico nos ilude quanto à possibilidade de se realizarem as mudanças políticas e sociais através da tecnologia.

O desenvolvimento sustentável, por sua vez, não abole o lucro, não subverte as relações sociais, nem tem propostas coerentes sobre o modo de produção ou o papel da coletividade ou do indivíduo na organização econômica. Entretanto, neste último caso, ou seja, o do desenvolvimento sustentável, embora não tenha uma proposta, não é possível saber ainda quão profundas podem ser as mudanças derivadas de uma nova forma de encarar o desenvolvimento, caso elas efetivamente ocorressem. É provável que, na prática, o desenvolvimento sustentável apenas favoreça alguns cuidados ambientais nos modelos econômicos vigentes. Mas seria também possível imaginar até mesmo a situação limite em que, para que houvesse sustentabilidade do desenvolvimento, os custos ambientais a serem internalizados chegassem a ser tão elevados que inviabilizassem determinadas atividades capitalistas, pela erosão das margens de lucro. À parte atividades totalmente sustentáveis, o Ocidente seria, assim, forçado a viver segundo outros valores que não os da competição, valores de solidariedade e de apoio mútuo num mundo caracterizado pela escassez. Neste caso, é claro que a transformação não teria se limitado ao campo estrito da economia, mas teria assumido uma profunda dimensão política e social.

A negação do individualismo no campo econômico, no contexto da preservação dos direitos humanos, pode ser uma das sementes de uma utopia neo-humanista ecológica. O individualismo é a base da exploração egoísta de recursos e do uso da propriedade privada sem consideração com os efeitos negativos socialmente mais amplos desse uso, inclusive sobre o meio ambiente. Coerente com a crítica à relação de domínio sobre a natureza, surge a crítica à própria relação de posse sobre a natureza, através do direito de

propriedade (individual ou coletiva). Segundo Schumacher, existe uma incompatibilidade entre o sistema de propriedade privada atual, que traz em si embutida a competição e a ambição, e a preservação ambiental. Sua crítica se dirige principalmente à aplicação do conceito de propriedade privada às grandes corporações, que implica não a propriedade privada dos meios de produção para poder trabalhar (o que considera justo e natural), mas, ao contrário, a propriedade privada que permite que o proprietário não trabalhe e viva parasitariamente do trabalho de outrem.⁶⁶

Na realidade, através do individualismo, firmou-se, como mostrou C. B. Macpherson, um conceito de propriedade privada como direito de cada indivíduo de excluir os demais, ou seja, como “direito individual ao uso e alienação exclusivos de parcelas de recursos fornecidos pela natureza e a parcelas de capital criado pelo trabalho passado sobre esses recursos.”⁶⁷ Esta concepção de propriedade, quando combinada com o sistema de mercado e os direitos de contrato livre, pode levar à concentração da propriedade e a relações de poder que negam o objetivo ético do desenvolvimento individual livre. É por isso que MacPherson propõe, como alternativa, um novo conceito jurídico de propriedade como direito de não ser excluído por outros, direito, portanto, à igualdade de acesso aos meios de trabalho e de vida.⁶⁸

O ecologismo, explícita ou implicitamente, critica a propriedade privada e grande parte de suas correntes propõe um conceito novo de propriedade, o de propriedade pública, distinta tanto da propriedade privada quanto da estatal. Esse novo conceito de propriedade é coerente com o autonomismo, que nega o estatismo decisório e também o individualismo. Um embrião deste novo tipo de propriedade, precisamente na área ambiental, já existe, por exemplo, através das noções de um direito à água e ao ar puros ou, de uma forma mais ampla, o direito a um meio ambiente saudável. Ao mesmo tempo, a propriedade privada, nos próprios países capitalistas, vem sofrendo limitações, devendo os proprietários obedecer a determinadas regras de interesse social, tendo, ademais, o ecologismo proposto limitações adicionais. Um mero zoneamento geo-ambiental, por exemplo, implica a fixação de tipologias de ocupação que partem de condicionamentos naturais a formas de ocupação humana da propriedade privada, que devem se submeter, portanto, a um planejamento público.

Há também no ecologismo, pelo menos embrionariamente, uma negação da ética do capitalismo - em especial da valorização da competição e do lucro - e dos excessos da sociedade de consumo. O império da lei do mais forte, através da competição, pode levar a um sistema de apropriação e exploração sem considerações sociais ou ambientais. A maximização do lucro, numa empresa privada, recomenda a externalização de custos que deverão ser cobertos mais tarde pela sociedade como um todo. O ecologismo também implica uma crítica ao consumismo supérfluo e predatório, ou às distorções e excessos da sociedade de consumo. Segundo Schumacher, “o mercado é a institucionalização do individualismo e da irresponsabi-

lidade.”⁶⁹ Numa perspectiva ecológica autonomista, o mercado deveria ser preservado, mas, para evitar perda e desperdício, deveria, ao mesmo tempo, ser racionalizado e relativamente administrado. Além disso, a igualização de oportunidades neste mercado reduziria os riscos de impacto negativo sobre o meio ambiente causados tanto pela riqueza (levando ao esbanjamento e ao consumismo suntuoso) quanto pela pobreza.

De uma forma ainda mais profunda, embora também embrionária, o ecologismo propõe uma mudança cultural e dos valores, que leve a uma revisão das próprias necessidades humanas. Não existem as necessidades “do homem” em abstrato, como se fossem naturais, constantes e uniformes. Elas assumem formas próprias a cada época, cultura e sociedade. Estas necessidades humanas correspondem hoje, portanto, no Ocidente a determinado processo civilizatório, que implica hábitos próprios de consumo, padrões específicos de alimentação, determinadas formas de habitação, uma cultura agrícola e industrial. É possível que o modelo de civilização se modifique e que as necessidades humanas adquiram outros contornos, mas isso não ocorrerá nem a partir de um voluntarismo autoritário, nem exclusivamente de formulações pregadas por grupos ecológicos. Além disso, o que quer que se construa não poderá fazer tábula rasa do passado. Definir, com base em critérios ecológicos, as necessidades humanas favoreceria a legitimação do elitismo globalista, segundo o qual alguns decidem pelos demais em nome da humanidade (como no ecocentrismo, em nome das espécies). O homem moderno tem, entre outras, necessidades estéticas, morais, espirituais ou econômicas. Ele precisa, por exemplo, segundo distintos critérios, preservar a paisagem natural, evitar a extinção de espécies, respirar ar puro, viver em habitat saudável, consumir, explorar recursos ou extrair ganhos econômicos de suas atividades. Como essas necessidades dificilmente são objeto de consenso, é importante reconhecer sua delimitação como questão política.

Estas três negações ou críticas, ou seja, ao individualismo e à propriedade privada, à sociedade de consumo em sua forma atual e ao padrão das necessidades humanas, pressupõem estruturas democráticas. De fato, em primeiro lugar, a propriedade pública e a propriedade como direito de não ser excluído estão necessariamente vinculadas a estruturas democráticas, pois não seria pública e implicaria exclusão aquela propriedade que é utilizada por uma fração mínima da população e que vede à maioria o seu usufruto. Em segundo lugar, a igualização de oportunidades no mercado e a redução tanto do desperdício e do consumo suntuoso quanto dos danos ambientais provenientes da pobreza pressupõem um mercado democratizado e não elitizado. Em terceiro lugar, as múltiplas necessidades humanas serão melhor confrontadas umas às outras em estruturas democráticas.

O ecologismo neo-humanista teria, assim, melhores possibilidades do que outras manifestações da ideologia ecológica de expandir as “fronteiras do possível”, como diria Claude Lefort, repensando as ideologias políticas estabelecidas e procurando abrir espaços novos para o encaminhamento da solução de problemas colocados pelo ideal democrático.

Capítulo V: Subdesenvolvimento Insustentável

*"Tudo que tomo e todo se faz luz,
Tudo o que deixo atrás desfaz-se em cinzas,
Com certeza, chama é o que sou."
Nietzsche*

Pretendo neste capítulo inicialmente dar continuidade à análise, iniciada na introdução, da relação entre o ecologismo e a crítica ao progresso, à qual se associa também a crítica ao crescimento e, finalmente, aos modelos de desenvolvimento até hoje predominantes.

O anti-humanismo ecocêntrico discutido no Capítulo II tem estado, em parte, associado à negação filosófica da linearidade histórica. Esta negação, contudo, não é exclusiva do ecocentrismo ou de outras correntes do ecologismo. A concepção de uma história linear (por caminhos dialéticos ou não) tem sido contestada em correntes da filosofia contemporânea. O anti-humanismo é, aliás, um dos traços das filosofias estruturalistas que se afirmaram, a partir dos anos sessenta, principalmente na França, em obras como as de Jacques Derrida e de Michel Foucault, respectivamente nas tradições de Heidegger e Nietzsche. Para citar um exemplo, segundo Michel Foucault a história é descontínua e cataclísmica, não sendo comandada nem por deuses, nem pelos homens, nem por qualquer mão invisível. É uma história, portanto, desprovida de projeto e de sujeito. Não surpreende que em sua *Arqueologia do saber*, Foucault tenha defendido o abandono da filosofia do sujeito e a morte do homem.

A negação da linearidade histórica implica também a negação do progresso, embora seja possível negar o progresso, mesmo quando não se nega a linearidade histórica, através, neste último caso, da noção de decadência. Parece plausível a afirmação de que no século XX o naturalismo atinge seu clímax, ao mesmo tempo em que a idéia de progresso, na avaliação de um dos estudiosos de sua evolução, Robert Nisbet, passa por sua pior crise⁷⁰. Este fenômeno é, contudo, também mais amplo e não pode ser reduzido às correntes ecologistas. Basta lembrar que Oswald Spengler publicava em 1918 o primeiro volume de *The Decline of the West* e que, mais

tarde, Walter Benjamin acreditou que o progresso caminhava no sentido da catástrofe.

Não há dúvida, porém, que o pensamento ecológico contribuiu para que, no século XX, não apenas a idéia de decadência começasse a ocupar espaço, mas também para que a própria concepção de história linear fosse posta em questão. Mesmo entre autores que não se inserem nas correntes ecologistas, a crítica ao progresso tem vindo freqüentemente ligada à avaliação das consequências nocivas da industrialização e sobretudo dos danos à natureza por ela provocados.

O holismo, tão caro a várias correntes ecológicas, associa-se aos dois processos, o de valorização da natureza e o de descrença no progresso tal como concebido desde fins do século XVIII. Pois ele favorece a crítica ao sujeito, fundamental para a concepção de história linear e de progresso, e o reforço de categorias abrangentes e totalizadoras, como a de natureza.

A negação da linearidade histórica e do progresso fundamenta a crítica ecocêntrica ao crescimento econômico. Nesta questão, os ecologistas tecnocêntricos otimistas opõem-se aos ecologistas ecocêntricos. Não crêem na inesgotabilidade dos recursos naturais, prevendo, assim, a possibilidade de compatibilizar a preservação do meio ambiente com o crescimento econômico e a melhoria dos padrões de consumo e de conforto da humanidade, desde que realizadas as necessárias inovações tecnológicas. Para os ecocêntricos, ao contrário, o objetivo das políticas a serem adotadas deve ser o de buscar o congelamento ou, melhor ainda, a redução da produção e do consumo, já que a oferta de bens da natureza é fixa e tende ao esgotamento.

Alguns têm defendido a idéia do crescimento zero. O marco para a discussão desta idéia é o relatório *Limites ao crescimento*, elaborado, sob os auspícios do Clube de Roma, no Massachusetts Institute of Technology e publicado em 1971. Apesar dos erros, da adoção de modelo irrealista, da projeção de taxas de crescimento demográfico e outras, sobretudo nos países em desenvolvimento, que hoje se comprova não terem se realizado, e também do pressuposto de que a humanidade é incapaz de responder com inventividade a desafios que lhe são colocados, o referido relatório teve, na época de sua publicação, grande repercussão, alimentando, nos países desenvolvidos, os argumentos da corrente ecológica estagnacionista.⁷¹

Não que o relatório *Limites ao crescimento* seja desprovido de mérito. Sua principal qualidade foi a de servir à discussão sobre o sentido do crescimento econômico e à conscientização para o fato de que obviamente nenhuma sociedade pode ter como objetivo o crescimento pelo crescimento. Apesar de explicitamente ter feito a ressalva de que "reconhecemos que o equilíbrio mundial somente pode se tornar uma realidade se o quinhão dos chamados países em desenvolvimento for substancialmente melhorado, tanto em termos absolutos quanto em relação às nações economicamente desenvolvidas",⁷² a estratégia global proposta pelo relatório não consegue

reconhecer explicitamente a necessidade de crescimento econômico substancial nos países em desenvolvimento para que tal resultado seja alcançado.

Apenas uma fração do ecologismo dos países desenvolvidos é, ainda hoje, partidária do crescimento zero, que, em nível oficial, geralmente não tem defensores. Nos Estados Unidos, por exemplo, os defensores da estase ou paralisação econômica atuam sobretudo no nível da política local nos Estados do Norte e pertencem a categorias sociais mais afluentes. No Sul e entre setores socialmente marginalizados, a preocupação com renda e emprego faz com que o interesse ecológico não seja concebido como estando em contradição com o dinamismo econômico. Há quem preveja inclusive que a nova divisão ideológica na política norte-americana nas próximas décadas venha ser, por cima da atual estrutura partidária, a que opõe os que advogam a estase aos que propõem o dinamismo econômico.⁷³ De uma forma mais radical, há quem tenha até mesmo previsto que "conflitos, potencialmente tão aguçados quanto os que marcaram a Reforma e a Contra-Reforma durante a transição medieval/moderna, podem emergir entre os que advogam a expansão e os que advogam o equilíbrio."⁷⁴

Mas mesmo quando não defende a estase, é uma característica geral do ecologismo a crítica ao que chama de "dogma do crescimento" da moderna sociedade industrial, que exige sempre mais crescimento do produto, sem atentar para seus limites necessários e para suas conseqüências sobre a qualidade da vida.

Junto com a crítica ao crescimento econômico, começa também a ter lugar uma crítica ao desenvolvimento econômico nas formas que assumiu desde a revolução industrial. Embora o desenvolvimento tenha sido concebido segundo distintos modelos (voltados para dentro ou para fora, centrados no Estado ou no mercado, etc), os traços mais gerais e permanentes das distintas formas de desenvolvimento estarão aqui refletidos nas expressões "formas de desenvolvimento estabelecidas" ou "modelo geral de desenvolvimento da revolução industrial", para designar os padrões gerais de industrialização, de produção e consumo, de aprimoramento tecnológico e as conseqüentes formas de exploração dos recursos naturais inerentes ao capitalismo e sua variante socialista desde a revolução industrial. A noção de **desenvolvimento** apóia-se, em parte, na crença no progresso material contra a natureza. Desenvolver-se é, numa de suas dimensões, conseguir dominar a natureza para modificá-la; ser capaz de transformar as matérias primas, ou seja, os recursos que a natureza exhibe, em produtos para o consumo humano. Desenvolvimento não é, além disso, apenas crescimento econômico, já que incorpora também dimensões sociais, como os níveis de educação e saúde de uma população. Num sentido absoluto, o desenvolvimento tem sido pensado como a realização das potencialidades dos recursos de um país e, num sentido relativo, tem sido assimilado à experiência histórica dos países industrializados sobretudo da Europa Ocidental e da América do Norte. A variedade de experiências específicas do desenvolvimento será deixada de

lado para efeito da análise, com vistas a contrastar os traços mais gerais e comuns dessas experiências com uma hipotética nova forma de desenvolvimento, menos predadora da natureza, que poderia surgir ou já estar surgindo.

O ecologismo critica, no desenvolvimento, o crescimento econômico, não o nível de cultura, de educação ou de bem estar social, embora estas dimensões do desenvolvimento possam estar intimamente vinculadas ao crescimento econômico. Nesta crítica, parte da avaliação de que o desenvolvimento, tal como concebido até hoje, entra em conflito com o objetivo de preservação da qualidade ambiental.

Levada a suas últimas conseqüências, a perspectiva ecocêntrica não considera sequer possível uma nova forma geral de desenvolvimento que não conflite com os objetivos ecológicos. Parte do ponto de vista de que a produção industrial de bens em escala para a sociedade de consumo de massa necessariamente coloca pressão sobre o uso dos recursos do Planeta e compromete a pureza ambiental desejável. Mesmo em formas revistas, o desenvolvimento não teria como deixar de implicar acumulação e uso dos recursos do Planeta. O desenvolvimento estaria inserido no bojo de um processo de civilização que, por definição, se opõe à natureza. O ecocentrismo tem por isso considerado o desenvolvimento, sobretudo dos países pobres, por seu grande potencial de pressão adicional sobre a capacidade de carga do Planeta, como um problema a ser levado em conta dentro das preocupações ecológicas, vistas como mais amplas.

Numa perspectiva ecocêntrica, em que o objetivo da preservação ambiental não é, como mostrei no Capítulo II, servir principalmente a humanidade, muito menos seu desenvolvimento, para se atenuar a contradição entre sociedade industrial e preservação da natureza é necessário cercear vontades e iniciativas do homem, além de limitar sua procriação. Já havia definido, aliás, o ecocentrismo como um anti-humanismo.

Desenvolvimento sustentável

Surge, contudo, na década de oitenta, a possibilidade de um neo-humanismo ecológico, que parte não da ética ambiental, própria do ecocentrismo, mas de uma ética social humana. Nesta perspectiva, o desenvolvimento não é negado. Opõe-se, contudo, um **verdadeiro** desenvolvimento àquele criticável por seus efeitos ambientais. Não se abandona a crença no progresso, mas defende-se a revisão de erros cometidos no passado para que um novo tipo de progresso, em outra direção, possa prevalecer. Esta postura não implica tampouco o abandono da razão, como sugeri que ocorresse com o ecocentrismo. Ao contrário, é com base em critérios mais racionais que o da razão instrumental própria do tecnocentrismo que se propõe uma utili-

zação mais racional dos recursos, incorporando a dimensão do futuro nas decisões do presente.

Na realidade, na visão que foi cada vez ganhando maior espaço político na década de oitenta, inicialmente circunscrita a países desenvolvidos, mas hoje já de mais ampla aceitação, meio ambiente e desenvolvimento econômico não seriam mais dois campos separados, mas comporiam um único universo conceitual, o do desenvolvimento sustentável. A hipótese é de que não há verdadeiro desenvolvimento se os impactos ambientais dos projetos de desenvolvimento não são totalmente levados em conta, pois o que se ganha momentaneamente com o uso de alguns recursos pode ser perdido a longo prazo, quando os efeitos negativos deste uso se fizerem sentir. A natureza apresentará a conta no futuro ao próprio desenvolvimento econômico pela destruição do meio ambiente no presente.

Muitas das formulações contemporâneas que têm sido canalizadas para a discussão sobre o desenvolvimento sustentável devem, na realidade, parte de seu arsenal teórico aos estudos sobre ecodesenvolvimento, cujos principais expoentes, desde a década de setenta, talvez sejam os professores Ignacy Sachs e Johann Galtung. O ecodesenvolvimento valeu-se de uma sociologia do desenvolvimento para mostrar que as desigualdades sociais implicam formas diferenciadas de exploração da natureza por parte de ricos e pobres, em razão do tipo de tecnologia de que fazem uso, sendo cada uma dessas classes sociais, a seu modo, destrutiva da natureza. Uma ecotecnologia seria viável sobretudo a nível de pequenas comunidades auto-suficientes. Incluir a dimensão ecológica nas preocupações com o desenvolvimento corresponde a uma ampliação do campo de visão do planejamento, segundo Ignacy Sachs.⁷⁵

A eventual revisão das formas de desenvolvimento parte da crítica às sociedades industriais que vem sendo formulada pelo ecologismo e que poderia resumir-se na imagem da bela e ampla auto-estrada que leva a humanidade, cada vez a uma velocidade mais alta, em direção ao abismo. Ou seja, o que se pensou ser progresso e desenvolvimento não podia se sustentar no tempo, por ser fonte de grandes problemas insuspeitados. O questionamento sobre os rumos do progresso implicou uma crítica ao desenvolvimento tal como ocorreu desde a revolução industrial. De fato, os países que têm sido bem sucedidos do ponto de vista econômico em geral, ou seja, os países desenvolvidos, causaram danos ambientais não apenas em seus territórios, mas também em suas colônias e posteriormente em vastas áreas do Terceiro Mundo que lhes forneceram os recursos naturais necessários a seu processo de industrialização. Seria possível concluir que os países desenvolvidos erraram e não pagaram, alguns por já cerca de dois séculos, custos que hoje se consideram fundamentais. Estes países, bem como os países em desenvolvimento, continuam até agora esquecendo muitos desses custos, que não são contabilizados no processo de industrialização.

O que se quer não é, porém, apenas que os custos atuais da poluição sejam pagos, mas também que se preservem as opções de desenvolvimento para o futuro. Na fórmula consagrada pelo Relatório Brundtland, "desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades. Contém dois conceitos chave: o conceito de 'necessidades', em particular as necessidades essenciais dos pobres do mundo, aos quais deve ser dada prioridade absoluta; e a idéia de limitações impostas pelo estado de tecnologia e organização social sobre a capacidade para o meio ambiente de atender as necessidades do presente e do futuro."⁷⁶ Nesta nova perspectiva do desenvolvimento, a dimensão ambiental está integrada ao planejamento econômico bem concebido. Trata-se, no fundo, de um conceito de desenvolvimento em que o longo prazo prevalece sobre o curto prazo.

É necessário estar atento para a possibilidade de que o crescimento seja apenas ilusório, podendo envolver custos que só mais tarde serão percebidos. O ecologismo tem formulado uma crítica correta à estreiteza de determinadas análises econômicas, ampliando o horizonte do economista para que incorpore em seus cálculos custos antes não internalizados. Tem também contribuído para que as perspectivas de mais longo prazo predominem sobre aquelas voltadas para ganhos rápidos e orientadas por conceitos de produtividade e rentabilidade dominados por visão de curto prazo. A contabilização das reais perdas e ganhos para a economia de ações na área ambiental e a internalização de custos que até agora ou não eram percebidos ou eram socializados, os poluidores pagando as contas da poluição, é princípio já amplamente aceito, sobretudo nos países desenvolvidos, embora ainda insuficientemente praticado, até porque muitas vezes de difícil aplicação. Qual o custo envolvido, para o futuro, por exemplo, decorrente da emissão na atmosfera de determinada quantidade de dióxido de carbono? Tudo dependerá da aceitação de determinadas hipóteses científicas, dos efeitos reais de um eventual aquecimento da Terra e da fórmula politicamente aceita de divisão de responsabilidades.

A possível mudança das formas assumidas pelo desenvolvimento leva também à necessidade de reavaliar o próprio critério de medição do produto de um país em suas contas nacionais. Considera-se que o método de cálculo atual é inapropriado porque não subtrai da criação de riqueza perdas irreversíveis, como quando se gastam recursos não renováveis ou se elimina a possibilidade de renovação de recursos.⁷⁷ É o caso, entre outros, da atividade de mineração, do corte não sustentável de madeiras florestais ou de atividades econômicas que levam à erosão dos solos ou à extinção dos peixes de um rio. Do lado positivo, por sua vez, não são apreciados cuidados que influam em condições ambientais com efeitos favoráveis sobre a produção. Como os danos potenciais sobre a fertilidade dos solos, por exemplo, não são computados, medidas de preservação dessa fertilidade não têm

como ser apreciadas pelas contas. Além disso, como os custos ambientais são socializados, os gastos na pesquisa tecnológica e na aplicação de novos sistemas produtivos de impacto ambiental positivo não são considerados investimento, mas custo adicional.

Essa revisão das contas nacionais é considerada por alguns especialistas da área ambiental como instrumento para circunscrever e tornar mais concreta a idéia de desenvolvimento sustentável, mas envolve problemas técnicos e políticos, em primeiro lugar porque confronta produção nacional com necessidades globais. Não apenas pode ocorrer que não haja necessidade de determinado recurso para processamento ou consumo por país que o exporte, como também é possível que a chamada necessidade global seja, na realidade, a necessidade de um único país hiperindustrializado, que explora intensivamente determinada matéria prima.

É também difícil calcular o grau de escassez de um produto e traduzi-lo em valores contábeis. Quão longo, por exemplo, deve ser o período de futuro a ser considerado para medir a escassez relativa de um recurso? E que hipóteses devem aplicar-se à intensidade de sua utilização futura? A necessidade de recursos naturais, e conseqüentemente sua eventual escassez, são relativas a determinadas organizações produtivas historicamente circunscritas. O urânio no século XIX não tinha importância alguma. O ferro hoje utilizado para a produção do aço pode vir a ser algum dia em grande parte substituído pela sílica. A percepção de escassez de recursos varia com a evolução tecnológica, que pode não apenas substituir recursos no processo produtivo, como poupar relativamente seu uso. Há não só que distinguir entre recursos renováveis e não renováveis. Entre estes últimos, existe a hipótese de que seus estoques sejam reavaliados no futuro, havendo, além disso, recursos, que, embora limitados, são relativamente abundantes (é o caso do próprio ferro), ou seja, têm estoques inesgotáveis num futuro previsível, não fazendo sentido contabilizar negativamente seu uso. Por fim, aumenta cada vez mais a possibilidade de reciclagem de materiais, o que torna menos necessária a exploração de recursos.

Considerando que a escassez de um recurso deve ter uma expressão negativa nas contas de um país quando se desfaz desse produto, caberia perguntar se não faria sentido, então, que essa mesma escassez agregasse algo de positivo nas contas de países que adquirissem tais recursos.

Além disso, um país pode ser rico em recursos e não ver isto refletido nas contas nacionais, que apenas registram resultados econômicos do presente. Se tais contas devem passar a refletir o futuro, e o uso e não uso de determinados recursos têm efeitos econômicos futuros consideráveis, então a mera ausência de atividade econômica - ou seja, não tocar determinados recursos, preservá-los - poderia teoricamente ser considerada um importante investimento. Mas, nesta perspectiva, como comparar nas contas nacionais países sem recursos com países com muitos recursos totalmente inexplorados?

Outro problema é o da referência temporal. Ou seja, será justo calcular negativamente o uso dos recursos somente a partir de agora? Em princípio é possível defender a necessidade de contabilizar tudo o que a Inglaterra ou os Estados Unidos gastaram de seus próprios recursos e dos recursos de outros desde o início de seu processo de industrialização, para poder avaliar corretamente suas responsabilidades pelos estoques atuais e seu grau de escassez e, portanto, sua contribuição para a valoração atual da perda desses estoques.

Na realidade, para que fosse considerado um ganho relativo deixar de explorar recursos com base em preocupações com o estoque global, seria necessário não apenas que fosse atribuído valor a este estoque global e suas parcelas, mas também que os beneficiários dessa preservação a remunerassem, por período de tempo, para que ela pudesse ser devidamente apreciada, em termos de fluxo, nas contas nacionais.

Existe também o risco de que a sustentabilidade do desenvolvimento de um país seja medida a partir de critérios exclusivamente ecológicos, quando em termos de futuro não é apenas o meio ambiente que pode prejudicar o desenvolvimento de um país, mas também situações políticas, seu nível educacional e seu padrão cultural, sua dependência tecnológica e econômica em geral e sua estrutura social.

A sustentabilidade do desenvolvimento no sentido temporal - ou seja, desenvolvimento ao qual possa ter igual acesso as gerações futuras - não pode ofuscar a dimensão política, cultural e social desta sustentabilidade no presente. É, de fato, de frágil sustentação um desenvolvimento que imponha padrões uniformes sobre uma base cultural diversificada, que impeça a ampla participação da sociedade nas decisões a ele relativas e que implique a manutenção ou agravamento das desigualdades sociais.

Para que o desenvolvimento seja sustentável não é suficiente, portanto, que ele seja **ecologicamente** sustentável. Seria indispensável acrescentar as dimensões sociais, econômicas e políticas da sustentabilidade do desenvolvimento. Neste sentido, é pelo menos tão importante preocupar-se com a miséria, com a fome e com o problema da sobrevivência hoje de milhões de pessoas, quanto com as eventuais conseqüências do aumento do nível dos mares provocado por mudanças climáticas. O desenvolvimento sustentável requer a eliminação não somente dos efeitos ambientais negativos produzidos pela riqueza, mas também daqueles que são produto direto da pobreza. O relatório Brundtland buscou o equilíbrio entre a questão social atual e as necessidades das gerações futuras. Afirma que "até mesmo a noção estreita de sustentabilidade física implica uma preocupação com equidade social entre gerações, uma preocupação que deve logicamente ser estendida à equidade dentro de cada geração."⁷⁸ Encontrar este equilíbrio na prática é uma tarefa política complexa, tanto no plano interno dos Estados quanto no plano internacional. É, na realidade, uma questão política importante saber,

na perspectiva do presente e do futuro, que aspectos do desenvolvimento sustentável devem merecer a atenção prioritária dos Estados.

Aparentemente o conceito de desenvolvimento sustentável resolve a oposição entre desenvolvimento e meio ambiente, que passariam a ser uma só coisa. Além disso, mesmo na perspectiva de quem entende que meio ambiente e desenvolvimento são categorias distintas, cresce a percepção de que as questões do desenvolvimento e as ambientais são complementares ou de que é importante conciliar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente. Afirma, por exemplo, um estudioso dos aspectos econômicos do meio ambiente: "pode-se demonstrar que, no estágio econômico e tecnológico da sociedade atual, o desenvolvimento não se poderá produzir sem a preservação do equilíbrio ecológico; nem o equilíbrio ecológico, que só pode ser alcançado sobre sólidas bases de pesquisa científica e soluções técnicas sofisticadas, poderia ser mantido sem o desenvolvimento. Portanto, no máximo, são questões complementares e não antagônicas."⁷⁹ Perguntando-se sobre se existe uma harmonia fundamental entre política de desenvolvimento econômico sadia e política ambiental sadia, responde outro especialista: "No nível mais geral a resposta deve ser sim. Política de desenvolvimento que reconhece e leva em conta as contribuições produtivas dos recursos ambientais e política ambiental que procura maximizar as contribuições diretas e indiretas dos serviços ambientais para o bem estar são consistentes e se apóiam mutuamente. Inversamente, a falta de desenvolvimento econômico mina a boa vontade e capacidade de realizar a preservação ambiental, e em alguns casos torna os problemas ambientais mais agudos. Também a falta de uma política ambiental pode frustrar o desenvolvimento econômico potencial."⁸⁰

Dizer que desenvolvimento e meio ambiente são uma só e mesma coisa ou são complementares, mesmo que sejam afirmações em grande medida verdadeiras, não resolve, porém, os dilemas decisórios sobre as questões do desenvolvimento e do meio ambiente ou, na nova perspectiva, sobre os problemas do desenvolvimento sustentável. A conclusão de que existe compatibilidade entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, de que os dois conceitos podem e devem fundir-se no desenvolvimento sustentável ou de que existe uma harmonia fundamental entre política de desenvolvimento econômico sadia e política ambiental sadia somente ocorre no nível mais geral. Como afirmam Charles Pearson e Anthony Pryor em seu livro *Environment: North and South*, "os países em desenvolvimento são confrontados diariamente com escolhas desenvolvimento/meio ambiente específicas para as quais não há respostas fáceis. Quais são as normas apropriadas para o lugar de trabalho quando os controles são caros e o trabalho é barato? Devem madeiras naturais ser exploradas agora confiando na posterior plantação de florestas? Quão possível é arcar com parques para a vida selvagem quando a terra arável é escassa e densamente povoada? ... Quão limpo é limpo o suficiente para o lixo indus-

trial em sociedades nas quais os esgotos estão simplesmente a céu aberto? Assegurar meramente que política ambiental sadia é política de desenvolvimento sadia esconde bem mais do que revela."⁸¹ Mesmo que decida implementar uma política de desenvolvimento sustentável, o administrador, ao defrontar-se com as limitações de seu orçamento, poderá ter que optar, por exemplo, entre investir recursos na habitação e no reflorestamento, entre construir uma hidrelétrica necessária à expansão industrial e, para evitar alagamento de floresta e deslocamento de populações, instalar uma usina termelétrica, entre urbanizar favelas e buscar reduzir a poluição atmosférica, ainda que considere válidos todos esses objetivos.

Apesar dessas dificuldades técnicas e políticas da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável, ele tem, contudo, entre outros, o mérito de apontar erros cometidos no passado quanto às formas de encarar o progresso, o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Capítulo VI: A oposição Norte-Sul e o desenvolvimento sustentável

"The Third World is disappearing. Not the countries themselves, nor the inhabitants, much less the poor who so powerfully coloured the original definition of the concept, but the argument."
(Nigel Harris)

É importante saber se os conceitos de Terceiro Mundo e de países em desenvolvimento mantêm-se de pé diante da crítica lançada pelo ecologismo aos modelos de progresso adotados pelo chamado mundo desenvolvido e se, portanto, ainda tem eficácia e conteúdo político válido a oposição de interesses entre o Norte e o Sul. Será que uma eventual revisão das formas de desenvolvimento estabelecidas pode ter conseqüências para a aglutinação política dos países em desenvolvimento, bem como para a própria classificação dos países em duas categorias, a dos países **desenvolvidos** e a dos países **em desenvolvimento**? Será que uma nova contabilidade nacional vai mostrar que países que se acreditava fossem pobres, na realidade, são ricos e vice-versa?

De fato, frações do ecologismo criticam a distinção entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. É possível até que não existam países **desenvolvidos** e **em desenvolvimento**, questão a ser analisada no âmbito da discussão sobre o desenvolvimento sustentável e a igualdade ou desigualdade econômica internacionais.

É significativo que, ao final do prefácio de seu livro *Thinking about nature*, Andrew Brennan faça o seguinte comentário:

"Há alguns problemas de terminologia que não resolvi satisfatoriamente. Ao distinguir países economicamente mais ricos de países economicamente mais pobres no mundo, segui a prática comum de usar termos como 'desenvolvido' e 'Terceiro Mundo'. Espero que esteja claro para os leitores que não considero sociedades economicamente pobres como neces-

sariamente pobres em quaisquer outros aspectos e que a palavra 'desenvolvido' não deve ter conotações significando algo desejável política ou moralmente."⁸²

Seria possível interpretar que, para o autor, portanto, pelo menos de um ponto de vista não econômico, sociedades que designamos como "pobres" podem, na realidade, ser ricas. Além disso, o desenvolvimento - entendido na sua conceituação estabelecida ou tradicional - dessas sociedades não deveria, em princípio, ser uma aspiração de seus povos, já que ele não é desejável política nem moralmente.

Nos países em desenvolvimento, há também muitos críticos do que se crê seja uma caracterização falsa ou artificial dos países como **desenvolvidos e em desenvolvimento**. Diz, por exemplo, Carlos Minc: "Em nome desta noção de progresso, 2/3 dos países do Mundo se declararam a si próprios subdesenvolvidos e os países de economia planificada, ou do socialismo realmente existente, esforçam-se por demonstrar que são capazes de ultrapassar os países capitalistas numa versão semelhante de produção e de consumo."⁸³ Outro crítico dessa classificação dos países por critérios de desenvolvimento considerados errôneos é José Lutzenberger, que em *Fim do Futuro?*, afirma:

"Divide-se a Humanidade em 'desenvolvidos', os que já chegaram à situação de plena industrialização, de consumo e de esbanjamento elevado, mas que, nem por isso, pretendem parar de 'crescer' e 'desenvolver-se' ainda mais, e os 'subdesenvolvidos', eufemisticamente também chamados de 'em vias de desenvolvimento', pobres diabos, tidos por atrasados, pois ainda não conseguiram integrar-se de corpo e alma na tecnologia desenfreada. A meta de todo governo em país 'subdesenvolvido' deve ser a de acelerar com todos os meios a marcha para o 'desenvolvimento', para a megatecnologia e o consumo em massa. Por sua vez, os países 'desenvolvidos' têm obrigação de ajudar os 'subdesenvolvidos' a entrar rapidamente no nirvana tecnológico".⁸⁴

De fato, se, como pregam muitos ecologistas, as formas de desenvolvimento estabelecidas fracassaram e devem ser revistas, então não faz sentido eleger como "desenvolvidos" os países que as utilizaram com êxito. Pareceria, por outro lado, inadequado classificar outros países como em desenvolvimento - como se fossem adotar as mesmas formas, que já se sabe, de antemão, falidas. Uma parte destes últimos países estaria, aliás, em situação privilegiada se o futuro, como afirmam muitos ecologistas, depende da preservação da natureza, de seus escassos recursos e especialmente da biodiversidade das florestas. Além disso, regiões pouco exploradas dificilmente podem ser consideradas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, já que o subdesenvolvimento é fruto de uma relação com o desenvolvimento. Tais regiões estão ainda em aberto do ponto de vista do desenvolvimento ou do seu corolário, o subdesenvolvimento.

A revisão terminológica ou conceitual, contudo, não altera a situação real de países hoje classificados como desenvolvidos ou em desenvolvimento. A valorização romântica da ausência de progresso ou desenvolvimento nos países pobres ou da sua vocação artesanal pós ou pré-industrial tampouco modifica a situação social concreta desses países nem diminui as disparidades existentes entre eles e os países que são considerados desenvolvidos.

Isso não invalida a possibilidade de que uma eventual mudança nas formas adotadas pelo desenvolvimento tenha implicações econômicas e sociais sobre um ou outro grupo de países.

Seria um equívoco pensar o Sul como o detentor dos recursos naturais e o Norte apenas como consumidor e processador desses recursos. Ao Sul preocupa também o fim desses recursos. As reservas de muitos minérios estratégicos para o futuro de países do Terceiro Mundo são finitas e seria importante pensar alternativas para o problema de seu esgotamento. Pareceria, portanto, nesta questão, que não há necessariamente contradição entre interesses do Sul e do Norte. Além disso, já existe uma globalização da estrutura produtiva industrial envolvendo tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento. Agregue-se a isso que, sobretudo entre analistas de países desenvolvidos, existe a preocupação de mostrar que os problemas ambientais globais interessam a toda a humanidade e que são desejáveis esforços conjuntos para a consecução de objetivos que são comuns. Caberia, então, também perguntar se, em torno à questão do meio ambiente, a diplomacia tem que ser necessariamente confrontacionista, com clivagem de posições entre Norte e Sul; se, ao contrário, poderá ser uma diplomacia de solidariedade, colaboração e de cooperação com vistas a atingir um mesmo fim ou se é possível que surja um novo padrão de aglutinação de países em torno a interesses ambientais.

Para responder a estas questões, vamos primeiro fazer uma breve análise de como nasceu o Terceiro Mundo e qual a concepção que, como bloco político, tem tido dos problemas ambientais.

A origem do Terceiro Mundo e da diplomacia do desenvolvimento

A questão do desenvolvimento tem constituído, há várias décadas, a principal preocupação diplomática dos países do chamado Terceiro Mundo, pelo menos em sua atuação conjunta nos foros multilaterais. Esta afirmação correta é também tautológica: os conceitos de Terceiro Mundo e de países em desenvolvimento, que são recentes, datando de meados do presente século, nascem concomitantemente à aglutinação política desses países e ao surgimento de sua consciência para a necessidade de uma ação conjunta para reformar a ordem econômica internacional.

Como problema internacional, a questão do subdesenvolvimento surge após a segunda guerra mundial e é somente nos anos cinquenta que passa a

ser tratada de forma sistemática nos meios científicos e nos organismos internacionais. É de maio de 1951 o relatório de um grupo de peritos indicados pelo Secretário Geral das Nações Unidas que tem por título *Medidas para o Desenvolvimento Econômico dos Países Subdesenvolvidos* e a expressão "Terceiro Mundo", empregada por analogia ao "Terceiro Estado" da França revolucionária, data de 1952.⁸⁵ Como fenômeno político, o Terceiro Mundo somente se estruturou após a tomada de consciência, que teve como marco a Conferência Ásia-África de Bandung, Indonésia, em 1955, para os problemas comuns dos países do Sul, que ganhou ímpeto na década de sessenta com o processo de descolonização da África.

No início, a idéia de Terceiro Mundo servia mais a um objetivo político do que econômico. Ou seja, o terceiro-mundismo propunha, nos anos 50, uma terceira via para as ideologias do pós-guerra, como explica um especialista do assunto: "No fim dos anos 1940 e começo dos anos 1950, a idéia de Terceiro Mundo começava a surgir. Naquele momento ela não se referia meramente a um grupo de países... mas a uma idéia política... o globo tinha se tornado dividido entre duas alternativas aparentemente aterrorizantes, Washington e Moscou, capitalismo e o que muita gente supunha ser socialismo, o primeiro e o segundo mundos. O Terceiro Mundo... oferecia um caminho diferente para a humanidade, uma terceira alternativa."⁸⁶ Esta era também uma alternativa em favor da paz, como disse o Presidente Sukarno, da Indonésia, no discurso inaugural da Conferência de Bandung, em 18 de abril de 1955: "Podemos mobilizar toda a força espiritual, moral e política da África e da Ásia no lado da paz. ...Bem mais do que metade da população humana do mundo, nós podemos mobilizar o que tenho chamado de 'Violência Moral das Nações' em favor da paz."

Com efeito, a crítica à divisão bipolar do mundo em áreas de influência e à própria guerra fria, que marcavam as relações internacionais desde a Segunda Guerra Mundial, passou a caracterizar o discurso diplomático de vários países do Sul.

A idéia de Terceiro Mundo foi a base não apenas da formação do bloco dos países não alinhados (que, pelo menos originalmente, procuravam marcar, no contexto da bipolaridade política, sua independência tanto em relação aos Estados Unidos quanto à União Soviética), mas também do chamado Grupo dos 77, formado no âmbito das Nações Unidas.

A afirmação de posições comuns do Terceiro Mundo através do Grupo dos 77 buscou substituir, como foco das atenções do sistema político internacional, o conflito Leste-Oeste pelo conflito Norte-Sul. A consciência de uma disparidade econômica, financeira e tecnológica Norte-Sul fez com que se desenvolvesse uma diplomacia prioritariamente preocupada com o desenvolvimento do Sul.

Esta diplomacia do desenvolvimento partiu da análise do caráter **estrutural** do relacionamento desigual Norte-Sul. A ordem internacional a ser criticada não era apenas a que se estabeleceu, no plano econômico, no pós-

guerra com o sistema de Bretton Woods, mas, de forma mais profunda, aquela que se cristalizou a partir da revolução industrial.

Os padrões de relacionamento internacional gerados nos primórdios da expansão capitalista teriam influenciado a **estrutura** do sistema econômico mundial. A passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento não poderia, por sua vez, ocorrer sem modificação qualitativa no padrão de relacionamento internacional. Esta hipótese parecia confirmar-se pela constatação de que nenhum país em desenvolvimento, ainda que se industrializasse relativamente, cruzava a barreira do desenvolvimento.⁸⁷

Esta análise estava, portanto, fundamentada no fato de que o subdesenvolvimento tal como o entendemos hoje foi um resultado dos processos produtivos e da distribuição internacional do trabalho iniciados com a revolução industrial. Pode-se, de fato, dizer que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são, a um só tempo, o produto dos avanços tecnológicos e industriais da revolução industrial e também do colonialismo. A industrialização européia gerou a necessidade de busca de matérias primas em várias partes do mundo. A exploração dos recursos das colônias em territórios que são hoje do chamado Terceiro Mundo foi integrada ao novo esforço de desenvolvimento das metrópoles. A definição das necessidades de matérias primas por parte do centro do sistema condicionou as formas de exploração desses territórios, pela atribuição de áreas a monoculturas e à exploração de determinados minérios. O subdesenvolvimento nada mais é do que a forma de desenvolvimento própria dos países periféricos. Seria, portanto, um erro definir o desenvolvimento por critérios de mensuração absoluta, que nos levariam à conclusão de que a Inglaterra do início da industrialização, por seus bolsões de pobreza, era tão subdesenvolvida quanto o Brasil de hoje.

Raul Prebisch e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) das Nações Unidas foram talvez, na América Latina, os primeiros a alertar para o caráter estrutural do relacionamento desigual entre o Norte e o Sul. A Teoria da Dependência, proposta por sociólogos e economistas latino-americanos de origem marxista nos anos sessenta e setenta, aprofundou e tornou mais complexa a análise desse relacionamento desigual, ao mostrar, entre outras coisas, que havia uma vinculação entre a dependência externa e padrões sociais internos de dominação social.

Ao mesmo tempo em que estes aportes teóricos provavelmente se viram estimulados pelo clima político do discurso dos países do Terceiro Mundo, também o enriqueceram, embora a assimilação feita pela diplomacia do desenvolvimento dessas contribuições tenha sido sempre superficial, porque aplicada única e exclusivamente a uma relação externa entre Estados, sem considerar modelos econômicos internos ou relações de classe.

Na realidade, em termos teóricos, o discurso dos países em desenvolvimento parecia transpor, de forma simplista, algumas noções associadas ao marxismo para o campo das relações internacionais. Nele, opunham-se os países pobres, explorados, aos países ricos, exploradores. Nesta perspectiva,

entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento existiam relações injustas, dentro de uma estrutura e de uma ordem econômica internacional que, no fundo, deveriam ser transformadas revolucionariamente, dando lugar a uma nova ordem econômica internacional.

Esse discurso era enunciado mesmo por governos que representavam regimes incompatíveis com a ideologia marxista. Isto se explica pelo fato de que a modificação da ordem internacional que se propunha seria externa aos Estados, ou seja, a nova ordem não implicava reformas internas. A classe dominante dos países pobres, em especial os industriais e exportadores, seria a beneficiária imediata das conquistas alcançadas.

A questão ambiental na diplomacia do desenvolvimento

A preservação do meio ambiente foi sempre considerada, na ótica desta diplomacia econômica, como subordinada ao objetivo do desenvolvimento ou como um dos objetivos do desenvolvimento. Como dizia o Embaixador Miguel Ozorio de Almeida, figura proeminente da diplomacia brasileira na questão ambiental nos anos setenta, "do ângulo o mais geral, 'um' dos principais objetivos do 'desenvolvimento econômico' será, obviamente, a criação de meio ambiente sadio, agradável, desejável."⁸⁸ Essa seria, contudo, para ele, uma generalização otimista. E este seria apenas um dos objetivos do desenvolvimento. A perspectiva adotada era a de subordinar o tratamento das questões ambientais aos objetivos do desenvolvimento ou a de considerá-las parte integrante do processo de desenvolvimento. Desenvolvimento e meio ambiente eram, portanto, pelo menos inicialmente, considerados dois campos separados e, em grande medida, opostos.

O marco principal para o tratamento do tema ambiental no contexto diplomático foi a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo. Naquela Conferência, bem como em seus trabalhos preparatórios⁸⁹ e nos que imediatamente a seguiram, a perspectiva mais geral dos países em desenvolvimento foi, em grande medida, influenciada pela diplomacia brasileira.⁹⁰ De fato, "pode-se afirmar que pela primeira vez o Brasil formulou uma política ambiental pautada em estudos sérios realizados no Itamaraty, onde o Embaixador Miguel Ozorio de Almeida teve papel preponderante. Aos poucos as posições defendidas nas diversas reuniões preparatórias - mundiais e regionais - tiveram aceitação, dentre os países em desenvolvimento...", ao mesmo tempo em que o ativismo brasileiro era encarado como uma ameaça ao próprio êxito da Conferência em setores da imprensa de países desenvolvidos.⁹¹

Os países em desenvolvimento entendiam que seus principais problemas de meio ambiente advinham da pobreza ou sua principal poluição era a própria pobreza e o subdesenvolvimento. Consideravam que, para a maioria da população mundial, a melhoria de condições era muito mais questão de dispor de mais alimentos, roupa, habitação, assistência médica, emprego,

condições sanitárias adequadas do que ver reduzida a poluição atmosférica.⁹² Na sua concepção, pelo menos num ponto deveriam repetir o que os países desenvolvidos haviam feito: desenvolver-se primeiro e pagar os custos da poluição só mais tarde. Caso, contudo, os países desenvolvidos estivessem dispostos a financiar, através da adicionalidade de recursos, custos ambientais, inclusive aqueles advindos de novos regulamentos, e também a transferir-lhes gratuitamente ou a baixo custo tecnologias adequadas, prefeririam desenvolver-se, desde já, de maneira ecologicamente sadia. O que não poderiam, em qualquer hipótese, era sacrificar seu esforço de desenvolvimento por preocupações ambientais. Além disso, era importante evitar que alegações ambientais viessem a prejudicar seu comércio.

Em geral, os países em desenvolvimento temiam que um programa mundial sobre meio ambiente tal como vinha sendo proposto por países desenvolvidos pudesse criar obstáculos ao desenvolvimento. Os países desenvolvidos, que haviam sido os principais responsáveis pela poluição global, havendo completado seu processo de industrialização, estariam agora empenhados em impedir a industrialização do Terceiro Mundo. Os fundamentos desta idéia estão enunciados na seguinte afirmação do Embaixador Araújo Castro:

"Na questão da preservação do meio ambiente, a sobrevivência do passageiro [da nave espacial Terra] demandaria o cumprimento de uma decisão drástica, aplicada globalmente, de manter uma 'reserva de área verde' que teria que coincidir sobretudo com os territórios dos países em desenvolvimento. Este passo salvaguardaria, contra completa exaustão, os elementos naturais (terra, atmosfera e água) ainda disponíveis no Planeta apenas para fornecer algum tipo de compensação para o desperdício dos mesmos elementos naturais exauridos nos países em que os benefícios da revolução industrial foram massivamente concentrados./ Além da questão ética levantada por esta política, tal como expressada no desequilíbrio ostensivo entre responsabilidade pelo dano e obrigação de reparar, os países em desenvolvimento, ao seguirem suas prescrições, se comprometeriam com o conservadorismo em vez de com a conservação. Além disso, a possibilidade de uma aplicação ampla da política ecológica dos países desenvolvidos, teoricamente concebida para assegurar o equilíbrio da 'nave espacial terra', arrisca transformar os países do Hemisfério Sul nas últimas áreas de fim de semana sadias para os habitantes de um Planeta já saturado com o meio ambiente criado pela revolução industrial."⁹³

Outra idéia-chave da posição dos países em desenvolvimento era a de que a solução dos problemas de meio ambiente decorreria do próprio crescimento e do desenvolvimento, o contrário, portanto, da tese de países desenvolvidos segundo a qual sem meio ambiente sadio não é possível desenvolvimento. A *rationale* era a de que, à medida que um país se desenvolve, havendo superado seus problemas básicos, seu crescimento gerará os recur-

tos necessários para o investimento na área ambiental. Este investimento passará, até por razões econômicas, a ser prioritário, segundo a formulação do Embaixador brasileiro Miguel Ozorio de Almeida: "Uma vez atingidos altos níveis de desenvolvimento, não só torna-se economicamente prioritária a ação corretiva ou compensatória para a restauração ambiental, como também será ela a área de atuação com as mais altas produtividades marginais. Melhor que isso, poderá a utilização de recursos maciços com objetivos ambientais ajudar a corrigir tendências para o sub-emprego econômico em países desenvolvidos..."⁹⁴.

Crise da diplomacia do desenvolvimento

Do ponto de vista retórico ou mesmo dos documentos aprovados internacionalmente, a atuação diplomática dos países em desenvolvimento teve êxito relativo. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e a Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceram que os programas ambientais devem levar em conta o desenvolvimento econômico e social, considerando as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. A Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, de 16 de junho de 1972, trata, em várias passagens, de problemas relativos ao desenvolvimento, chegando a incorporar, num de seus princípios, postulação dos países em desenvolvimento na Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) de se procurar assegurar a estabilidade dos preços das matérias primas e naturais, considerada essencial para o controle do meio ambiente.

Quanto aos resultados concretos para o meio ambiente, esta diplomacia do desenvolvimento não mostrou, nem era sua intenção mostrar, efeitos positivos. Não tinha como objetivo atingir resultados a curto prazo ambientalmente benéficos, mas, ao contrário, favorecer um desenvolvimento que adiasse para o futuro a preocupação com as correções ambientais. Pode, portanto, ter servido de escudo para que a industrialização e o crescimento econômico prosseguissem sem percalços políticos, através da dinâmica de expansão do capitalismo. O crescimento e a industrialização, quando ocorreram em países do Terceiro Mundo, não trouxeram solução para problemas ambientais, mas, ao contrário, em geral os agravaram, com o aumento do desflorestamento, da poluição atmosférica, da erosão dos solos e da poluição dos rios. Em alguns casos, a industrialização em países em desenvolvimento foi resultado da própria desconcentração industrial nos países desenvolvidos, que exportaram, por exemplo, indústrias altamente poluidoras e consumidoras de energia, como as do setor de alumínio.

Do ponto de vista estrito do desenvolvimento econômico, a diplomacia do desenvolvimento não logrou, na realidade, tampouco resultados palpáveis. Em primeiro lugar, como, na ausência de políticas distributivas de renda, os efeitos da acumulação de capital são concentradores de riqueza, o

"desenvolvimento" eventualmente realizado viu-se reduzido a suas dimensões de crescimento econômico e industrialização. Assim, em muitos casos não atenuou - ao contrário, chegou até mesmo a agravar, através da marginalidade urbana, por exemplo - o problema da pobreza. Em segundo lugar, a própria negociação que a diplomacia do desenvolvimento propunha ficou inconclusa. De fato, ao longo de vários anos não foi possível conseguir que a questão do desenvolvimento dos países pobres entrasse na agenda internacional como prioritária também do ponto de vista dos países desenvolvidos. Por essa razão, todas as tentativas de diálogo Norte-Sul fracassaram, desde a Conferência para a Cooperação Econômica Internacional proposta pelo então Presidente Giscard D'Estaing da França, concluída em 1977 com um longo documento listando pontos de desacordo, passando pela discussão das Negociações Globais no âmbito das Nações Unidas, até a Conferência de Cúpula Norte-Sul de Cancun, no México, em 1981.

A diplomacia do desenvolvimento, além disso, levou a um certo imobilismo dos países em desenvolvimento quanto à sua capacidade própria de atuação na ordem internacional, ao favorecer uma atitude de espera diante das mudanças estruturais.

No campo político, a diplomacia do desenvolvimento serviu para uma aproximação entre os países em desenvolvimento, para a concentração das atenções internacionais em problemas econômicos desses países, mesmo que sem o aporte das soluções esperadas, e também para diminuir o impacto sobre países em desenvolvimento da política confrontacionista das grandes potências, embora não tenha podido evitar esse confrontacionismo em muitas crises e revoluções ocorridas no Sul. Provavelmente contribuiu para apontar impasses e demonstrar o descrédito e falta de liderança das grandes potências na solução de problemas sociais e econômicos que afligem a maior parte da humanidade.

Mas assim como, no nível interno, a idéia de revolução começou a entrar em colapso nas esquerdas, no nível internacional as idéias da mudança revolucionária da estrutura econômica internacional e da conquista de uma nova ordem econômica internacional mais justa perderam na década de oitenta, entre os próprios países em desenvolvimento, o ímpeto que haviam tido no passado. Essas idéias pressupunham a união dos povos injustiçados ou subdesenvolvidos. Na prática, ao mesmo tempo em que houve enfraquecimento da idéia de nova ordem, ocorreu uma relativa fragmentação do Terceiro Mundo.

A classificação de países como em desenvolvimento é complexa e não se baseia em critérios precisos ou objetivos incontestáveis. Quando se tenta definir que fatores determinam que um país seja considerado subdesenvolvido, nenhum critério escolhido, seja o da renda *per capita*, o da dependência da exportação de produtos primários, o da qualidade de importador líquido de capitais ou o da dependência tecnológica, resiste rigorosamente quando confrontado com os fatos de que, por exemplo, países em

desenvolvimento produtores de petróleo têm elevadíssima renda *per capita* e são exportadores líquidos de capital, alguns países em desenvolvimento são principalmente exportadores de manufaturados, países altamente devedores do Terceiro Mundo são hoje exportadores líquidos de capital e alguns países que são considerados desenvolvidos têm alto grau de dependência tecnológica. Isto não impede que o Terceiro Mundo exista, mas ele só é identificável a partir de uma combinação de critérios, em doses variáveis, e não de um critério quantificável coerente. Na realidade, talvez o traço por excelência inequivocamente comum a todos os países em desenvolvimento seja seu apego à idéia de uma nova ordem mundial, possivelmente pela insatisfação diante de sua vulnerabilidade e falta de autonomia no âmbito da ordem existente.⁹⁵ Não é de surpreender, portanto, que o processo de desagregação relativa do Terceiro Mundo venha ligado à perda de ímpeto político da própria idéia de instauração de uma nova ordem econômica internacional.

Enquanto um relativo imobilismo decorria da espera do momento privilegiado e salvador da mudança estrutural ou de instauração da nova ordem, surgia, na prática, uma nova ordem não planejada. Contrastando com a década de sessenta, quando os países em desenvolvimento conseguiam mobilizar conceitos e análises que pretendiam antecipar as esperadas mudanças futuras nas relações econômicas mundiais, a partir da última metade da década de oitenta a análise parece atrasada em relação aos fatos e às próprias mudanças em curso, como se a dinâmica da realidade corresse à frente de sua capacidade de interpretação.

De fato, no mundo real mais do que no discurso das nações, a nova ordem já está se estruturando, mas de forma distinta da esperada pelos países em desenvolvimento e sem que os atores de um sistema ainda não conhecido plenamente, porque em formação, possam prever com segurança os resultados globais de sua própria ação. Sabe-se, contudo, que os países em desenvolvimento e sua própria aglutinação política não poderão ficar imunes à globalização da produção, das finanças, dos mercados e ao chamado neomercantilismo, ou seja, a tendência a um comércio internacional administrado a partir de interesses de blocos regionais.

A fragmentação que já começou a ocorrer no bloco dos países em desenvolvimento em parte reflete as diferentes situações desses países, do ponto de vista financeiro, do nível de renda, da estrutura de produção e exportação e também dos recursos naturais que detêm, opondo países altamente devedores a países credores ou a países para os quais os problemas de dívida não são cruciais, países de renda média a países de baixa renda, países relativamente industrializados a países não industrializados, países exportadores de petróleo a países importadores de petróleo. Teoricamente esta fragmentação pode ser agravada pela ascensão dos temas ambientais ao primeiro plano das discussões internacionais, já que, na perspectiva ecológica, é possível opor países detentores de determinados recursos escassos a

países carentes desses recursos (já era, aliás, o caso da oposição entre países exportadores e importadores de petróleo); países florestais a países sem florestas; países com megabiodiversidade a países com baixa biodiversidade⁹⁶; países com alto grau de emissão de dióxido de carbono na atmosfera a países com baixo grau de emissão desse gás. Por critérios ambientais, seria também possível defender a idéia de que o agrupamento de países deve obedecer a uma visão ecossistêmica (países do ecossistema amazônico, países do ecossistema marítimo do Caribe, etc), o que reforçaria a tendência à fragmentação do Terceiro Mundo. A eventual regionalização do comércio internacional, na década de noventa, poderá tornar-se fator adicional a propiciar essa fragmentação, na medida em que os países em desenvolvimento se integrem em blocos comerciais distintos. De fato, num dos cenários possíveis, os países da América do Sul seguirão processo próprio de integração econômica, o México desenvolverá relações econômicas privilegiadas com os Estados Unidos e o Canadá ou será criado um megabloco de todas as Américas, vários países africanos ampliarão suas vinculações com o bloco econômico europeu e alguns países asiáticos estreitarão entre si os laços econômicos, sob a influência do novo pólo econômico-financeiro mundial, o Japão.

Em contraste, portanto, com os anos setenta, quando, através de sua diplomacia do desenvolvimento, os países do Terceiro Mundo puderam adotar, na Conferência de Estocolmo e nas discussões nas Nações Unidas, posição comum na área ambiental, pareceria que o mesmo seria mais difícil de ocorrer na década de noventa. Pode-se levantar a hipótese de que não haja razão para repetir-se a cisão clara de posições, na área de meio ambiente, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Seria, então, importante tentar verificar, não como questão meramente técnica mas sobretudo política, se a idéia de país em desenvolvimento ainda tem força para resistir à tendência à fragmentação do Terceiro Mundo. Para isso, seria fundamental investigar, na medida do possível, se a percepção de problemas comuns entre países que hoje se consideram em desenvolvimento continuará prevalecendo sobre as diferenças existentes.

Oportunidades e problemas do desenvolvimento sustentável

Num sentido relativo, o conceito de desenvolvimento fundamenta-se na experiência dos países industrializados sobretudo da Europa Ocidental e da América do Norte. O conceito de país em desenvolvimento, por sua vez, implica, assim, a adoção de uma utopia desenvolvimentista: o padrão de produção e consumo dos países chamados desenvolvidos. No fundo, a idéia de "em desenvolvimento" corresponde apenas a um estado de insatisfação, produto da comparação com níveis de consumo e condições materiais pre-valetentes na Europa Ocidental ou nos Estados Unidos.

Entretanto, à luz da crítica do ecologismo às formas de desenvolvimento estabelecidas, havendo, para alguns ecologistas, colapso da própria imagem de civilização que as sustentam, não pareceria adequado utilizar a estrutura produtiva e de consumo dos países desenvolvidos como base para a definição de metas rígidas de desenvolvimento. A própria utopia desenvolvimentista teria que ser repensada e já não poderia estar ligada às experiências conhecidas. Isto pode até mesmo favorecer o abandono de modelos paradigmáticos de desenvolvimento, pelo menos enquanto a idéia de desenvolvimento sustentável não puder corresponder a mais do que a um processo ainda em aberto.

Deixar de pensar o desenvolvimento como conjunto de padrões específicos a serem copiados ou seguidos pode, no fundo, propiciar maior liberdade de caminhos e a busca, nos planos cultural, político e econômico, de conceitos de qualidade de vida mais adequados às realidades presentes e às condições específicas de cada país. Há vantagens, para o meio ambiente, de não ficarem os países do Terceiro Mundo presos às formas de desenvolvimento dos principais países desenvolvidos. É possível manterem, sem por isso se sentirem inferiores, padrões próprios de consumo, liberarem sua própria inventividade e não importarem desnecessariamente modelos inadequados.

Mas não é suficiente que a mudança seja apenas de imagem, nem poderá ela realizar-se pela vontade isolada de países em desenvolvimento. É necessário que ela seja também material, repercutindo no plano do próprio sistema econômico internacional e sobretudo corrigindo as enormes disparidades econômicas entre os Estados, mesmo quando mantidas suas especificidades e uma pluralidade de modelos econômicos. Seria pouco realista crer que os países subdesenvolvidos se satisfaçam com não aumentar seu grau de produção e consumo quando notam que as economias dos países desenvolvidos mantêm seus altíssimos níveis de desperdício. Além disso, os modelos de desenvolvimento do Norte implicam sua exportação ao Terceiro Mundo e a criação de vínculos comerciais e de investimentos que reproduzem padrões de consumo e acentuam a exploração de recursos naturais necessários à industrialização. A globalização da estrutura produtiva e a interdependência econômica tornarão provavelmente inviável a revisão das formas de desenvolvimento estabelecidas e dos padrões gerais de produção e consumo pelos países em desenvolvimento, se tal revisão não ocorrer ao mesmo tempo no próprio centro do sistema econômico mundial.

Enquanto ela não ocorrer, para que os padrões atuais de produção e consumo sejam minimamente sustentáveis nos países desenvolvidos, é necessário que outros países desistam de alcançar o mesmo patamar de produção e consumo, ou seja, é preciso que renunciem ao crescimento e à expansão do uso dos recursos naturais e que contenham seu crescimento populacional. É já lugar comum no pensamento ecológico, sobretudo em países desenvolvidos, a idéia de que a capacidade do Planeta não permitiria que

os países em desenvolvimento atingissem os padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos. O desenvolvimento sustentável do Sul seria, portanto, fundamental para a sobrevivência da Humanidade e para a preservação dos padrões de produção e consumo do Norte.

É importante evitar que o desenvolvimento sustentável favoreça o congelamento não apenas das atuais disparidades de desenvolvimento, mas também da atual distribuição mundial de poluição. Ao impedir-se o acréscimo do nível global de poluição por parte de países que desempenham um papel secundário nos efeitos globais, sem que, ao mesmo tempo, os principais poluidores globais, apesar das medidas ecológicas que adotam, reduzam drasticamente sua própria contribuição, estar-se-ia partindo implicitamente do pressuposto de que os poluidores globais têm direito a manter suas atuais "quotas" de poluição da Terra.

Às vezes, as análises feitas, principalmente em países desenvolvidos, tendem a esposar a idéia de que o desenvolvimento sustentável é fundamental sobretudo para os países em desenvolvimento, porque estes países representariam potencialmente maior pressão sobre os recursos do Planeta. No entanto, mesmo que se aceite a premissa de que nas próximas décadas os países em desenvolvimento expandirão, em termos relativos, mais os seus níveis de poluição e de uso dos recursos naturais do que os atuais países industrializados e pressupondo-se taxas de crescimento demográfico significativamente mais elevadas nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos, nenhuma projeção séria poderia indicar, num horizonte previsível, que a pressão adicional sobre os recursos do Planeta em termos absolutos (ou seja, de uso efetivo dos recursos) ou a contribuição adicional em termos de poluição global também em termos absolutos (que é o que, na realidade, interessa do ponto de vista dos efeitos globais) virá sobretudo dos países em desenvolvimento.

Schumacher, em seu livro *Small is beautiful*, fez uma projeção de aumento populacional duas vezes maior nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos e de consumo de combustíveis até o ano 2.000, chegando à seguinte conclusão: do aumento total do consumo de combustíveis até o ano 2.000, os ricos representariam 2/3 do aumento e os pobres apenas 1/3. Disse ele: "Supus um crescimento populacional muito modesto da parte dos 'ricos'; e uma taxa de crescimento populacional duas vezes mais alta por parte dos 'pobres' ainda assim são os 'ricos' e não os 'pobres' que causam de longe a maior parte do dano... Mesmo que as populações classificadas como 'pobres' crescessem somente à taxa suposta para os ricos, o efeito sobre a demanda mundial de combustíveis seria pouco significativo - uma redução de apenas algo acima de dez por cento. Mas se os 'ricos' decidissem... que seu consumo atual *per capita* de combustíveis, já quatorze vezes superior ao dos países em desenvolvimento, não deveria mais crescer, isto sim faria uma diferença: apesar do aumento estimado nas populações dos ricos, isto cortaria as demandas mundiais de combustíveis

no ano 2.000 em mais de um terço."⁹⁷ As projeções atuais não diferem fundamentalmente destas.

Isto nos levaria à conclusão de que o desenvolvimento sustentável é ainda mais importante para os países desenvolvidos do que para os países em desenvolvimento.

Os países desenvolvidos degradaram o meio ambiente ao mesmo tempo em que indubitavelmente melhoraram o bem estar de suas populações e elevaram seus padrões de consumo. O grau, contudo, de sua poluição global chegou a tal ponto que hoje qualquer poluição adicional, por quem quer que seja, em qualquer parte do mundo, pode ter conseqüências globais negativas. Por isto o empenho em evitar que o Sul se desenvolva no velho estilo do Norte.

Entretanto, políticas ambientais globais que partam da aceitação do *status quo* nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que pretendem evitar que outros repitam a experiência destes países, tendem obviamente a perpetuar a disparidade existente entre o Norte e o Sul e, assim, promover o congelamento de uma ordem internacional marcada pela desigualdade.⁹⁸

Mas por que tamanha preocupação com o problema do desenvolvimento dos países pobres e com o problema das desigualdades internacionais, se o que está em jogo são os interesses maiores da Humanidade? Será que já não tem sentido pensar em termos sociais, quando as questões que se colocam têm que ver com a sobrevivência mesma da Terra?

Numa perspectiva kantiana⁹⁹, o fato de que estejamos preocupados com a sobrevivência da Terra não nos deve levar à crença de que, se fosse necessário para salvá-la, deveríamos abdicar de considerações morais, políticas ou sociais. Neste sentido, no plano internacional e como consideração de ordem social, ao mesmo tempo que nos preocupamos com o destino da espaçonave Terra no universo¹⁰⁰, cabe ainda perguntar se existe uma primeira e uma segunda classe nesta nave, qual é a situação específica dos passageiros da segunda classe e o que se pode fazer para atenuar as diferenças entre os passageiros.

A situação atual de desigualdade entre os passageiros está bem exposta nestas palavras de um estudioso de questões ambientais:

"Não obstante estarmos todos, ricos e pobres, no mesmo barco, não há como negar que ocupamos nele posições radicalmente distintas. Enquanto 20 por cento dos que ocupam a primeira classe consomem 80 por cento dos recursos disponíveis, os quatro- quintos da população que sobrevivem nos porões disputam um quinto dos recursos restantes. Como explicou muito bem Tyler Miller, em seu 'relatório aos passageiros da espaçonave Terra I': 'os 235 milhões de norte-americanos, que somam menos de 5 por cento da população total, utilizam cerca de 35 por cento do suprimento; cada passageiro da classe turista ou da primeira classe produz um impacto 25 vezes mais importante nos sistemas de sustentação da vida no planeta do que um passageiro dos compartimentos de carga.'"¹⁰¹

Existe uma interdependência entre o Norte e o Sul, mas esta interdependência não supõe a existência de relações simétricas.¹⁰² Num mundo de recursos finitos, a ala esquerda do movimento ecológico demandaria, em princípio, sacrifício maior daqueles países que consomem mais recursos, ou seja, os países desenvolvidos. Setores internacionalmente influentes do ecologismo contemporâneo não têm, na prática, contudo, talvez por realismo político, posto a ênfase na proporcionalidade do sacrifício, embora teoricamente seja feita com freqüência a menção à necessidade de preservação e de melhor repartição dos recursos do Planeta. É mais eficaz, por exemplo, dirigir campanhas internacionais contra queimadas de florestas tropicais em países em desenvolvimento do que contra o nível de queima de combustíveis fósseis no mundo desenvolvido. Além disso, para que fosse mantida a proporcionalidade, os ecologistas teriam que aceitar, às vezes, no Terceiro Mundo a persistência ou expansão, mesmo que em ritmo menor, daquilo que condenam. Por exemplo, um critério de proporcionalidade admitiria a necessidade de aumento da emissão de clorofluorcarbonos (CFC's) na atmosfera proveniente do acesso de populações pobres ao consumo de geladeiras em países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que exigiria dos países desenvolvidos uma redução drástica dessa emissão. Noutro exemplo, a aplicação de critério equitativo à definição de metas de emissões de dióxido de carbono na atmosfera recomendaria, não a obrigação de reduções percentuais de tais emissões igualmente assumida por todos os países, mas a fixação de percentuais *per capita* de emissões. Considerando a desproporção da emissão *per capita* desse gás entre países altamente industrializados e países do Terceiro Mundo, levaria à fixação de metas de redução nos primeiros países e, ao mesmo tempo, à tolerância, até certo limite, do aumento da emissão nos últimos, decorrente de um crescimento econômico em que a industrialização assume um papel mais significativo.

Crescimento, recessão e meio ambiente

Crescimento sustentável é, para alguns especialistas ambientais, uma contradição em termos, já que o crescimento, num planeta com recursos limitados, só pode ocorrer até certo limite, a partir do qual os habitantes não podem sobreviver. Mas para que as desigualdades internacionais diminuam, é importante que o desenvolvimento sustentável não implique, ainda por longuíssimo período de tempo, limite ao crescimento dos países do Terceiro Mundo.

Os ecologistas de países em desenvolvimento geralmente não têm compartilhado as posições, surgidas em países desenvolvidos, contrárias ao crescimento. Nos países em desenvolvimento, aliás, a corrente ecológica estagnacionista dos anos setenta não teve seguidores. Diz, por exemplo, Carlos Minc:

"os ecologistas não são partidários do 'crescimento zero', ao contrário do que comumente se diz. O 'crescimento zero' seria a estratégia de manter a produção nos níveis atuais para não provocar uma ruptura ambiental ou uma exaustão irreversível dos recursos. Esta estratégia é muito suspeita, sobretudo porque certas correntes dos países capitalistas desenvolvidos propõem-na como solução para os desequilíbrios dos países pobres, quando são precisamente os países imperialistas que controlam e utilizam 3/4 dos recursos minerais e energéticos do planeta para seu próprio crescimento; estes países adotaram recentemente medidas de proteção ambiental no seu território, mas seguem utilizando práticas econômicas predatórias no Terceiro Mundo."¹⁰³

Na realidade, a questão está mal colocada pelos que advogam a necessidade de redução ou interrupção do crescimento econômico, porque parte de premissas falsas. A primeira é a de que o crescimento somente seria possível da forma como vem ocorrendo. A segunda é a de que haveria uma relação de causalidade entre maior quantidade de bens produzidos ou consumidos e maior degradação ambiental. Ora, há uma grande variedade de bens e serviços, do ponto de vista de seus efeitos ambientais, que compõem uma mesma taxa de crescimento. Eles vão, por exemplo, da educação à fabricação de uma bomba atômica, do extrativismo vegetal à produção de plásticos, do cultivo de plantas medicinais à fabricação de armas bacteriológicas. Mais importante do que a taxa de crescimento econômico é o grau de exploração da natureza e de acúmulo de poluição. Um crescimento zero que mantenha o padrão de consumo de pessoas de renda média nos Estados Unidos, por exemplo, na medida em que tais pessoas comprem carros e usem ar condicionado, poderá continuar tendo efeitos ambientais significativos sobre o uso dos recursos e a emissão de gases poluentes na atmosfera. Já o crescimento econômico que propicie um aumento de renda de famílias de miseráveis no Nordeste brasileiro poderá ter, como primeiro efeito, simplesmente mudanças nas condições de alimentação, vestuário, saúde, escolarização, higiene e saneamento, com eventuais efeitos ambientais positivos sobre as condições gerais de seu habitat.¹⁰⁴

Não só inexistente relação funcional automática entre recessão e melhoria das condições ambientais, mas também a recessão pode agravar os efeitos negativos da pobreza sobre o meio ambiente, na medida, por exemplo, em que a marginalidade urbana aumenta, agrava-se o problema da fome ou alastram-se as doenças endêmicas. Se o crescimento econômico da década de setenta, por exemplo, não trouxe melhoria ambiental em muitos países em desenvolvimento, tendo até mesmo agravado problemas ecológicos, a estagnação econômica dos anos oitenta, sobretudo na África e na América Latina, teve provavelmente efeitos ambientais ainda mais graves. De fato, caso a ausência de crescimento tivesse efeitos ambientais positivos, a América Latina teria experimentado melhoria no seu meio ambiente, em termos de conservação florestal, de fertilidade dos solos, de pureza do ar e das

águas em parte da década de oitenta, o que certamente não ocorreu. O crescimento, se mal concebido, não tem impacto positivo sobre a pobreza e pode até agravá-la. Mas sem crescimento é bem mais difícil que possa dar resultados mesmo a mais bem intencionada política de combate à pobreza, que terá que basear-se exclusivamente na redistribuição de renda.

O crescimento pode, portanto, melhorar, deteriorar ou ter efeito irrelevante sobre a situação ambiental. Pode, por outro lado, encontrar obstáculos ambientais, como o dos solos erodidos que dificultam a produção agrícola, ser facilitado por melhorias ambientais (que tenham impacto, por exemplo, sobre a saúde humana) e ser desacelerado em razão de opções ambientais.

Se for considerada correta a hipótese de que uma das raízes dos problemas ambientais é a pobreza, então a solução para esses problemas passa pelo crescimento econômico **bem concebido e socialmente distributivo**. Para os países com graves problemas sociais, o crescimento deveria ser parte integrante de seu esforço de desenvolvimento sustentável. Alegar, neste caso, uma contradição intrínseca entre crescimento e sustentabilidade é desconhecer que a contradição, formulada desta maneira radical, já existe de forma bem mais profunda entre esta sustentabilidade e a própria estagnação ou mesmo recessão nos países ricos, que utilizam a maior parte dos recursos do Planeta.

É inquestionável, contudo, que o crescimento de países em desenvolvimento, se seguir os modelos estabelecidos e os padrões atuais de produção e consumo, herdará os problemas hoje inerentes à industrialização do Norte. Segundo a "Perspectiva ambiental para o ano 2.000 e além", adotada pela 42a. Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1988, "nas décadas vindouras, os países em desenvolvimento dependerão cada vez mais da indústria, inclusive do processamento de suas próprias matérias primas, para rendas e emprego. Em contraste, em alguns países desenvolvidos, o padrão industrial está se modificando na direção de atividades intensivas em conhecimento e poupadoras de energia e de materiais. Além disso, indústrias de lazer e serviço têm começado a participar significativamente desta mudança."¹⁰⁵ O crescimento dos países em desenvolvimento poderá, assim, levar a um aumento do consumo de energia, das emissões de gases na atmosfera e da produção de lixo industrial, favorecer a perda de biodiversidade e tornar mais próxima a exaustão de determinados recursos. O grau em que isto ocorrerá dependerá de poderem estes países gerar as mudanças nas formas do desenvolvimento, bem como realizar as inovações tecnológicas desejáveis ou a elas ter acesso. O aprimoramento tecnológico pode aumentar o grau de sustentabilidade do desenvolvimento. Determinados recursos escassos podem ser substituídos por novos materiais. Tecnologias altamente poluidoras podem ser superadas por tecnologias anti-poluidoras. Os países desenvolvidos têm hoje em dia o controle das inovações tecnológicas anti-poluidoras e poderiam, portanto, contribuir, se assim desejassem, para que os processos de crescimento de países em desenvolvimento implicassem taxas menores de

poluição e de exploração da natureza. Se as preocupações com o futuro da humanidade no Primeiro Mundo levarem sobretudo a um aumento das condicionalidades financeiras e maiores controles sobre os fluxos comerciais de países em desenvolvimento, sem que haja substancial ajuda em termos de transferência de tecnologia, o desenvolvimento sustentável poderá ampliar a dependência destes países em relação à tecnologia anti-poluidora gerada nos países desenvolvidos. Entretanto, parte dos problemas ambientais dos países em desenvolvimento pode também ser atenuada por melhorias tecnológicas relativamente simples, desenvolvidas localmente. Além disso, as eventuais modificações do modelo geral da revolução industrial abrem uma perspectiva de desenvolvimento tecnológico concomitante no Primeiro Mundo e em alguns países em desenvolvimento. Isto tem ainda condições de ocorrer, por exemplo, na área da biotecnologia, que pode contribuir para a valorização econômica de recursos biológicos renováveis e para a preservação da biodiversidade. Mas é importante ao mesmo tempo ter presente que a preservação do estoque de biodiversidade, dependendo das políticas adotadas, pode servir tanto ao desenvolvimento tecnológico autóctone, quanto ao agravamento da atual dependência tecnológica de países florestais do Terceiro Mundo em relação ao mundo desenvolvido.

A persistência do Terceiro Mundo

Nas discussões sobre questões ambientais nos foros multilaterais não tem sempre ficado patente a clivagem de posições Norte-Sul. Tem-se notado alianças táticas entre alguns países em desenvolvimento e países desenvolvidos. No entanto, tais alianças, em geral, têm assumido uma conotação negativa, ou seja, têm servido sobretudo para evitar compromissos na área ambiental e imprimir cautela à adoção de certas medidas. Não tem havido, além disso, uniformidade de posições entre os países em desenvolvimento quanto a questões ambientais específicas, mas é possível que as divergências tópicas sejam ainda maiores entre países do Norte. Em questões internacionais de importância central para os países em desenvolvimento, por sua vez, como na da transferência de tecnologia ou na do apoio financeiro para programas ambientais, bem como na da própria definição de ênfases e prioridades da agenda ambiental, a divergência ainda é nítida entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, à exceção da posição peculiar adotada por alguns países (sobretudo os nórdicos) que, utilizando a bandeira ambientalista como instrumento de afirmação política internacional, têm se aliado às vezes com países em desenvolvimento e outras vezes com países desenvolvidos com vistas à obtenção de avanços concretos.

Diante de tantas questões ainda em aberto, da manutenção das desigualdades internacionais e também do risco de que a ênfase no desenvolvimento sustentável, embora criando oportunidades, possa contribuir para o agravamento de tais desigualdades, seria descabido dizer que o discurso do

desenvolvimento do Terceiro Mundo se esgotou. Apesar da diferenciação entre os países em desenvolvimento e mesmo que alguns venham a sentir-se promovidos ao mundo desenvolvido, tudo indica que o conceito de Terceiro Mundo pode se manter ainda por muito tempo, desde que para isso haja interesse político. Ele continua sendo a base para a contestação da realidade do poder econômico e político internacional.

Mesmo que a idéia de **desenvolvimento sustentável** passe a predominar sobre a de **desenvolvimento**, no discurso internacional, é pouco provável que ela sirva a um objetivo de aproximação de posições entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. Ao contrário, a própria perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento, em termos globais, provavelmente variará entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os países desenvolvidos, de uma forma geral, tendem a ver o desenvolvimento sustentável como algo necessário sobretudo em países em desenvolvimento, preocupados que estão com seu potencial de crescimento e a conseqüente pressão sobre os recursos do Planeta. O desenvolvimento sustentável não exigiria a superação do subdesenvolvimento, mas apenas a adoção de compromissos adicionais pelos países do Terceiro Mundo quanto a suas formas de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável não implicaria que os países pobres deixassem de ser pobres, mas apenas que passassem a utilizar seus recursos de maneira mais responsável. O ponto de partida para sua crítica não seria, portanto, o subdesenvolvimento, mas o mau desenvolvimento. Os países em desenvolvimento, ao contrário, partem da constatação de que, no plano internacional, entre outros aspectos, não pode ser sustentável um desenvolvimento que implique a manutenção de grande desigualdade na distribuição dos recursos do Planeta. Além disso, crêem não ser sustentável hoje sobretudo o desenvolvimento dos países desenvolvidos, que são os que consomem a maior parte dos recursos globais. Não seria, ademais, possível falar em desenvolvimento sustentável onde há ausência de desenvolvimento e a realidade dominante é a do subdesenvolvimento, que implica miséria, fome, problemas básicos de nutrição e de saúde, de saneamento, de educação, de moradia, de marginalidade urbana, de exclusão de grande número de crianças e jovens dos processos sociais, cujo impacto negativo sobre o futuro é inegável. O desenvolvimento sustentável, em países em desenvolvimento, teria que pressupor, portanto, a superação do subdesenvolvimento.

A aglutinação política dos países em desenvolvimento poderá, assim, continuar a dar-se em torno ao combate à pobreza. Contudo, países com grandes desigualdades sociais não podem reivindicar de forma legítima uma atenção internacional a seus problemas de pobreza, se não adotarem inequivocamente políticas enérgicas de distribuição de renda e não demonstrarem que a eventual contribuição internacional que recebam se reverterá em favor de seus pobres e não de suas elites econômicas.

O enfoque convergente entre o Norte e o Sul depende menos dos avanços conceituais do que da realidade mesma da eventual diminuição das disparidades Norte-Sul. As ideologias do progresso e desenvolvimento perderam força nos países que resolveram seus problemas materiais básicos e se defrontam hoje com a ameaça da falta de recursos e talvez com a possibilidade concreta de ser necessário decrescer. Contudo, ainda estão profundamente enraizadas naqueles países chamados subdesenvolvidos, que não resolveram sequer seus problemas materiais básicos. Ou seja, se para os países desenvolvidos faz sentido, diante da perspectiva de perda e de declínio, conservar a situação atual, para os países subdesenvolvidos continua válido o ideal de crescer e se desenvolver.

Será, por outro lado, que a nova ênfase internacional nas questões ambientais poderá favorecer o acirramento da oposição Norte-Sul? Será que agora o Sul terá que enfrentar, com desvantagem, um Norte mais unido em torno do objetivo de salvamento da humanidade porque menos confrontado com seus problemas estratégicos do passado? Há quem comece a pensar que, no contexto de uma nova grande estratégia, o Ocidente, incluindo a ex-União Soviética, "deve se unir para enfrentar crescentes desafios não Ocidentais e anti-ocidentais" e que, "em todo o mundo, o eixo do conflito está se deslocando para Norte-Sul".¹⁰⁶

Em suma, o desenvolvimento sustentável abre importantes oportunidades para os países em desenvolvimento, na medida em que possa apontar para novas formas de desenvolvimento que os poupe de problemas ecológicos que tiveram de ser enfrentados pelos países desenvolvidos e que, ao mesmo tempo, diminua sua dependência desses países. É ainda, contudo, muito incerto que isto ocorra.

Também apenas no nível mais geral, são convergentes os interesses de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento na definição das políticas ambientais. A aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável não impedirá que continue fazendo sentido diferenciar parte dos problemas ecológicos do mundo desenvolvido daqueles do mundo em desenvolvimento. Diz o político ecologista brasileiro Carlos Minc: "As características da chamada questão ecológica no nosso país são bastante diferentes daquelas dos países do mundo desenvolvido. **Aqui a questão ecológica se entrelaça com um drama de exploração e de miséria em grande parte desconhecido dos países ricos.**"¹⁰⁷ Enquanto os problemas ambientais do Norte estão em geral concentrados nas questões dos altos e crescentes níveis de acumulação de lixo industrial, dos dejetos químicos e nucleares, da introdução de substâncias novas e frequentemente tóxicas, do problema das chuvas ácidas, além da perda, já secular, da vida silvestre, entre os problemas ambientais mais prementes nos países em desenvolvimento ressaltam a falta das condições mínimas de saneamento, as doenças endêmicas e níveis inadequados de habitação, embora problemas típicos do mundo desenvolvido também estejam presentes nas regiões mais industrializadas do mundo em

desenvolvimento. Além disso, é freqüente em países em desenvolvimento que a pobreza extrema do agricultor venha vinculada a práticas agrícolas prejudiciais ao meio ambiente, levando muitas vezes à erosão e fragilização dos solos.¹⁰⁸ É por isso que Charles Pearson e Anthony Pryor, que analisaram a questão do meio ambiente numa perspectiva Norte-Sul, concluem que "os padrões ambientais devem conformar-se a um cálculo local de custos e benefícios, não a um único cálculo uniforme global."¹⁰⁹

É possível até mesmo entender que pouco há de novo nas supostas novas formas de desenvolvimento compatíveis com a preservação ambiental, que, na realidade, apenas estariam aperfeiçoando e implementando de maneira mais rigorosa as formas já estabelecidas de desenvolvimento econômico. Pois não deveriam ser estranhas às formas de desenvolvimento adotadas desde a revolução industrial as preocupações com o futuro e com o uso dos recursos naturais. Se o que se praticou levou a uma prosperidade ilusória e até criou pobreza; se existem custos que não se conhecia mas são reais e devem ser pagos, se, enfim, o que havia era apenas impressão, por uma visão distorcida de curto prazo, de desenvolvimento, então o que se praticou não foi desenvolvimento. Celso Furtado já havia, aliás, mostrado, em *Análise do modelo brasileiro*, ao estudar o modelo da agricultura itinerante no Brasil e suas conseqüências, entre outras, sobre a degradação dos solos, que "crescer sem capitalizar-se, mediante a destruição de recursos não reproduzíveis, dificilmente poderia ser interpretado como uma forma de **desenvolvimento**."¹¹⁰ Ou seja, o desenvolvimento sustentável seria apenas a verdadeira face do desenvolvimento, não sendo desenvolvimento aquele que não é sustentável. O adjetivo seria, por conseguinte, dispensável: o que se requer, então, sobretudo para os países não desenvolvidos, é pura e simplesmente **desenvolvimento**.

Capítulo VII: O globalismo ecológico e seus mundos

"...L'empire universel serait, en ce cas, la solution 'rationnelle'. Mais pour le seul peuple maître qui serait libre de repartir à son gré l'espace et les ressources."

(Raymond Aron)

O ecologismo tem tido vertentes nacionalistas e internacionalistas. De um lado, predomina a visão de que, mesmo diante de problemas globais, o princípio da soberania nacional estaria acima de qualquer outra consideração política. A diversidade de interesses no âmbito das fronteiras de cada Estado estaria representada pelos Estados-nação e a cada um deles caberia definir seus próprios interesses de maneira soberana. No outro extremo, há quem pense que por ser o mundo um só, deve predominar uma visão internacionalista para a solução dos problemas globais, segundo a qual os Estados-nação deveriam sacrificar, se necessário, suas soberanias diante de objetivos comuns de sobrevivência da humanidade.

A partir do enfoque neo-humanista explicado nos capítulos anteriores e sem compartilhar de antemão qualquer destes dois pontos de vista, gostaria, neste capítulo, de aprofundar a discussão dessas perspectivas, à luz da percepção crescente da globalidade dos problemas ecológicos.

Essa percepção bem como o debate internacional sobre os problemas ambientais e o esforço multilateral pela sua solução já estavam presentes nas décadas de sessenta e setenta. O marco para a discussão dos problemas globais foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo de 3 a 16 de junho de 1972.

No entanto, a mobilização ecológica, ainda na década de sessenta, se dirigia sobretudo a problemas locais. Como ocorria quase exclusivamente nos países desenvolvidos, grande parte das campanhas ecológicas internacionais, por exemplo através dos movimentos pacifista e anti-nuclear, dizia respeito a esses países.

Uma indicação de que a preocupação global na ecologia só obteve maior realce na década de oitenta é que somente a partir de 1979 o conceito de Gaia, hoje caro a tantos ecologistas, adquiriu notoriedade¹¹¹. Um dos efeitos do globalismo foi a diversificação do foco dos movimentos ecológicos locais de contestação na Europa Ocidental e América do Norte, que pas-

saram a voltar crescentemente suas atenções para o resto do mundo, incluindo os países em desenvolvimento.

O globalismo ecológico não apenas vem ganhando importância, mas é possível que se fortaleça ainda mais no futuro. Não é somente fenômeno ideológico. Corresponde, em parte, ao processo de internacionalização econômica, financeira e comercial em curso, a uma maior interdependência entre os Estados, ao adensamento dos contatos entre povos, ao aumento do fluxo de mercadorias e aos próprios efeitos internacionais dos problemas ecológicos, que, como em Chernobyl, não respeitam fronteiras.

O globalismo ecológico coloca questões políticas delicadas para a ordem internacional, não apenas porque os processos de globalização em curso convivem com o ressurgimento dos nacionalismos e manifestações de localismo, que exacerbam rivalidades nas próprias fronteiras internas dos Estados, mas também porque são sobretudo políticos, e não meramente técnicos, os problemas da definição da globalidade, da escolha das formas de administração dos problemas globais e sobretudo da identificação dos artífices e intérpretes da globalidade. Pode trazer em seu bojo propostas de revisão da ordem internacional em sentido democratizador ou, ao contrário, concentrador do poder. Seria importante verificar como pensa ele a ordem internacional ou aquilo que Kant chama de constituição cosmopolita; como lida com o problema da instituição das normas internacionais pela comunidade das nações; como vê a questão da justiça internacional e da igualdade entre os Estados. É ainda cedo demais para extrair conclusões definitivas sobre o processo atual de discussão dos problemas globais, mas não para identificar algumas tendências recentes dessa discussão, tentando analisar o impacto potencial do globalismo ecológico sobre a ordem internacional.

Será que continuam fazendo sentido, para enfrentar os problemas ecológicos globais, as perspectivas nacionais? Será que o próprio conceito de soberania nacional envelheceu demasiado e deveríamos começar a pensar, pelo menos quando nos preocupamos com os problemas ecológicos globais, como cidadãos do mundo? É principalmente destas questões que trato neste capítulo.

Globalismo ecológico e autonomia

Mesmo quem defende, como Edgar Morin, que "podemos, devemos conceber uma humanidade que se liberaria dos Estados", reconhece, em geral, que "não podemos conceber uma política a médio prazo fora do sistema e do âmbito dos Estados nacionais, ainda que esta política deva se conceber como planetária, ou seja mundial e internacional."¹¹²

Para analisar a compatibilidade, no plano internacional, do globalismo da década de oitenta com o autonomismo, cabe, em primeiro lugar, verificar as implicações desse globalismo para as soberanias nacionais.

A ausência de soberanias nacionais significaria a ausência de sujeito no plano internacional. A resposta aos problemas globais não implica necessariamente abolição dos sujeitos nacionais, mas pode, ao contrário, depender da ação nacional exclusiva de um Estado e até de frações sociais deste Estado. Sem abdicar de sua soberania e livre para agir, este Estado consideraria seu dever assumir compromissos unilaterais para a solução de problemas globais, que, de resto, justamente por serem globais, seriam também seus.

Pretendo, no entanto, verificar algumas hipóteses em que se poderia considerar limites à soberania para a solução de problemas globais.

Seria possível, como fez Kant, conceber uma constituição cosmopolita que implicasse a sujeição de todos os Estados a um poder central, consubstanciado numa norma e numa justiça internacionais. No entanto, na perspectiva kantiana, não apenas esta constituição recebe a adesão livre de cada Estado, mas deve garantir sua autonomia, pois visa a impedir a intervenção nos negócios internos dos Estados, assegurar sua igualdade jurídica e, portanto, sua autodeterminação. Kant não defende, assim, a criação de um Estado mundial, no qual desapareceriam as soberanias nacionais. O autonomismo prevê, nesta visão, limites de duas ordens: uma limitação da liberdade de cada um, que somente pode se exercer no âmbito das regras para cuja elaboração contribuiu e cuja mudança pode, a qualquer momento, propor; uma limitação da própria regra, que não pode interferir, além de certo limite, na esfera autônoma de cada um. No primeiro apêndice de seu *Projeto da Paz Perpétua*, Kant considerava verdadeiro o provérbio que diz *Fiat justitia, pereat mundus*. Fazer justiça, mesmo quando o mundo disso possa perecer é, para ele, um excelente princípio de direito, já que tal princípio determina aos poderosos não recusar nem suprimir de ninguém seu direito por aversão ou piedade por outros. As máximas políticas não devem originar-se no bem estar ou na felicidade esperados de sua aplicação, mas, ao contrário, fundamentar-se na pura noção do dever de direito, quaisquer que sejam as conseqüências materiais que disso possam resultar. Deste ponto de vista, ainda que os problemas globais pusessem em risco a sobrevivência da humanidade, o direito e a justiça, que pressupõem e asseguram a autonomia, deveriam prevalecer.¹¹³

A aceitação de que são necessárias soluções globais para problemas globais, no sentido mais profundo, poderia indicar que estamos entrando numa era em que predominarão os interesses mais elevados da humanidade e em que será possível construir um só mundo para uma só humanidade. O homem, consciente de sua pequenez diante da magnitude do universo e possivelmente diante de outros seres que existirão pelo cosmos, finalmente estaria disposto a abandonar suas disputas mesquinhas e suas guerras, substituindo-as pela crescente preocupação solidária com seu futuro comum. Dizia Raymond Aron que "a história na qual entramos e que durará enquanto uma catástrofe natural ou militar não tenha suprimido as aqui-

sições da ciência e da tecnologia e levado a humanidade ao estágio agrícola ou artesanal, será **universal**. Ela não será dissociada em 'histórias de civilizações', para retomar o conceito de Spengler e de Toynbee. Ela englobará o conjunto da espécie humana."¹¹⁴ Ele discute, neste contexto, a criação de algum tipo de federalismo ou confederalismo mundial. Mas estes, a menos que a solução seja imperial, pressupõem a igualdade entre os Estados. A abdicação parcial da soberania seria feita soberana e igualmente por todos os Estados, que a transfeririam a um poder sobre o qual teriam controle igual. Para que os problemas globais sugerissem uma tal renúncia à soberania, seria necessário que fossem concebidos como indivisíveis, ou seja, como afetando uniformemente toda a humanidade. Assim, as enormes emissões de dióxido de carbono na atmosfera provocadas pelos automóveis ou pelas usinas termelétricas norte-americanas seriam sentidas como grave problema na Índia ou a miséria de grande parte da população indiana seria percebida como problema nas ruas de Nova York.

Esta não é, evidentemente, ainda a situação atual. Como explicou o próprio Aron, "seria... desejável que a espécie humana tomasse consciência de sua unidade, que ela abordasse certos problemas (exploração e conservação dos recursos naturais, explosão demográfica) como se fossem colocados para uma coletividade única. Mas continua falso (infelizmente, se se quiser) que a prosperidade ou a paz seja indivisível... A miséria das massas da Índia não compromete o bem estar do europeu ou americano médio... Provisoriamente e por algumas décadas, o planeta oferece recursos suficientes para que todos os homens... possam atingir um nível de vida honroso. Mas o contraste entre a fome da metade da humanidade e os excedentes agrícolas do mundo ocidental seriam suficientes para provar, se fosse necessário, que na escala planetária, não existe o equivalente das comunidades nacionais." "É preciso", conclui Aron, "uma estranha cegueira para supor que a 'soberania' ou a 'independência' não significam mais nada."¹¹⁵

Num segundo sentido, as soluções globais para problemas globais são aquelas alcançadas através de tratados internacionais. Se, através do tratado, cada Estado abdica parcialmente de sua soberania, por submeter-se a uma ordem internacional, assim o faz soberanamente, pois o tratado pressupõe a soberania de cada parte contratante. Os tratados podem se realizar entre Estados com interesses divergentes ou convergentes, com desigualdade de poder político ou com igual peso político.

Caberia ainda analisar um terceiro sentido em que poderia haver resposta global para os problemas globais.

Tem havido, sobretudo nos países industrializados, uma tendência, por parte de governos ou de setores da sociedade, de considerar que é necessária a abdicação parcial das soberanias nacionais diante de questões ecológicas globais ou que estas questões, na prática, já estão levando a uma perda relativa de soberania. Diz, por exemplo, Jessica Tuchman Mathews, Vice-Presidente da influente organização World Resources Institute, baseada em

Washington: "Tensões ambientais que transcendem as fronteiras nacionais já estão começando a demolir as fronteiras sagradas da soberania nacional... A linha divisória, que já foi clara, entre política externa e interna está opaca..."¹¹⁶

Mas será que essa abdicação de soberania envolve igualmente os Estados, independentemente do poder internacional que detêm? Ora, os principais problemas ambientais globais da atualidade são causados pelos países também com maior poder internacional, ou seja, as potências nucleares e industriais. Portanto, a abdicação da soberania destes países poderia, em tese, implicar uma revisão, em sentido democratizador, da ordem internacional.

Ou será que a abdicação da soberania é algo que se dá assimetricamente, a ela renunciando aqueles países que já têm dificuldades de exercê-la na prática? Como a estrutura de poder internacional é oligárquica, apesar da existência de uma igualdade formal entre os Estados, é possível que alguns assumam o papel de "gendarme" da ordem internacional.

Assim, nesse terceiro sentido, a resposta global para problemas globais poderia ser pensada como aquela concebida pelos países hegemônicos no sistema de poder internacional. Neste caso, esses países teriam que encontrar formas coercitivas ou persuasivas de estender aos demais sua própria concepção da globalidade.

Ademais, esta discussão sobre soberania contém também uma dimensão ideológica. Os defensores da soberania às vezes se encaminham para o isolacionismo e o escapismo. Os da abdicação da soberania, por sua vez, geralmente se auto-representam no papel de fiscais da ordem internacional.

De um lado, a existência de problemas ecológicos globais favorece uma revisão do conceito de soberania nacional e uma diminuição do campo das soberanias diante de valores universais, ao mesmo tempo em que reforça pouco a pouco um direito supra-nacional, situado acima do próprio direito internacional. De outro lado, as formas de alcançar tal relativização das soberanias nacionais são múltiplas, podendo ser democráticas, na medida em que todos os Estados transfiram de forma igual seus poderes soberanos a instâncias supranacionais, respeitem direitos individuais reconhecidos universalmente e se curvem a valores também entendidos como universais, ou, ao contrário, centralizadoras, na medida em que levem ao reforço do poder de alguns Estados, que atuariam como intérpretes do interesse global.

A conscientização para os problemas globais tem sido acompanhada também do reforço do papel de atores metanacionais, na forma de organizações não governamentais. Tal reforço não ocorre, contudo, em detrimento dos Estados-nação. Já reconhecia Karl Deutsch que existe, na realidade, um duplo desenvolvimento: ao mesmo tempo em que surgem atores metanacionais, crescem em importância os Estados-nação. Dizia ele que "na medida em que as novas situações requeiram novos níveis de desempenho em relação a previsão e controle multidimensionais, elas aumentam a importância

dos únicos atores multifuncionais de larga escala que existem hoje, ou seja, dos governos nacionais de Estados-nação..."¹¹⁷ Barbara Ward e René Dubos, em seu famoso livro *Only one earth*, que teve grande influência na fase de preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, de 1972, afirmavam que, "ao entrarmos na fase global da evolução humana torna-se óbvio que cada homem tem duas pátrias, sua própria e o planeta Terra."¹¹⁸ O que me parece fundamental é assegurar formas democráticas de se representarem os interesses de cada uma dessas pátrias.

A segurança ecológica

Relacionada com a questão dos limites à soberania e tomando como um dos pontos de partida a globalidade dos problemas ambientais, tem se afirmado, desde a década de oitenta, a preocupação com a segurança ecológica. Parte-se do pressuposto de que estes problemas, se não merecerem a consideração devida por parte da comunidade das nações, poderão comprometer a segurança do Planeta, pondo em risco a sobrevivência da própria humanidade.

A segurança internacional esteve, desde a segunda guerra mundial, associada a questões militares e à guerra fria. Isto era verdadeiro não apenas para os países integrantes da OTAN ou do Pacto de Varsóvia. Na América Latina, por exemplo, os regimes militares nas décadas de sessenta e setenta elaboraram doutrinas de segurança nacional que concebiam a repressão interna no contexto internacional da guerra fria.

Entretanto, como diz o cientista político Clóvis Brigagão, "particularmente a partir dos anos 80, em que o mundo torna-se mais interdependente, multipolar e diverso, a visão de segurança tradicional começa a sofrer transformações. Basicamente, diante das realidades contemporâneas, as fontes e os fatores de segurança, começam a passar das áreas exclusivamente militares para outras de natureza social, econômica, tecnológica, agrícola e ecológica."¹¹⁹ Na realidade, data de fins dos anos sessenta a primeira tentativa ampla de relacionar o tema da segurança global com questões não militares. De fato, naquela ocasião, o Grupo dos 77, por iniciativa do Brasil, propunha nas Nações Unidas o conceito de Segurança Econômica Coletiva. Foi uma tentativa frustrada de associar o tema da segurança mundial ao do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.¹²⁰

Embora apenas alguns dentre os países desenvolvidos comecem a alçar o tema da segurança ecológica ao plano das políticas internacionais dos Estados, parece claro que, para estes países, é mais adequado relacionar a segurança, não com o desenvolvimento, mas com o meio ambiente. A razão para isso, na perspectiva de países desenvolvidos, é que, no primeiro caso (ou seja, o da segurança econômica), seriam privilegiados interesses econômicos do mundo não desenvolvido, que poderiam até mesmo implicar

pressão adicional sobre os limitados recursos do Planeta. No segundo (ou seja, o da segurança ecológica), encontra-se a questão da preservação destes recursos, necessários à manutenção de um padrão de produção e consumo, que privilegia o mundo industrializado.

Não é necessário que a associação entre segurança e meio ambiente parta da idéia de que somente os problemas ecológicos, entre os não militares, têm a ver com segurança. Os principais teóricos da segurança ecológica, por exemplo, nos Estados Unidos, como Jessica Tuchman Mathews e Norman Myers, também se preocupam com problemas econômicos e sociais. No entanto, estes problemas não são considerados centrais. Não seria principalmente o subdesenvolvimento ou um relacionamento comercial e financeiro injusto que teriam efeitos ambientais nocivos ou levariam à insegurança. Os problemas econômicos e sociais seriam mediados pela degradação ambiental.¹²¹ Esta degradação, em certas análises, chega às vezes ao ponto de ser responsabilizada pelos conflitos sociais e pela instabilidade política dos países (degenerando potencialmente até à guerra civil), como se não resultasse da aplicação de modelos políticos e econômicos definidos no âmbito de determinada organização social.¹²² Reconhece-se, às vezes, que outros fatores, além dos ambientais, podem prejudicar o desenvolvimento do Terceiro Mundo, mas as interligações claras com a política internacional e a segurança partem da questão ambiental.

Não seriam, além disso, apenas os problemas ambientais **globais** que afetariam, segundo este ponto de vista, a segurança política mundial. Problemas ecológicos localizados também poderiam ter implicações para a segurança, não apenas dos países em que ocorrem, mas também de outros. Mesmo que os efeitos ambientais sejam circunscritos ao âmbito interno de um Estado, podem ter desdobramentos sobre a segurança internacional. Problemas de segurança, para os Estados Unidos, por exemplo, poderiam advir de conseqüências políticas, econômicas e sociais da degradação ambiental em países do Terceiro Mundo. Pareceria até mesmo que, do ponto de vista da segurança, esses problemas ambientais locais, em países em desenvolvimento, teriam mais importância do que os danos ecológicos causados pelo mundo desenvolvido, mesmo que estes tenham magnitude bem maior em termos globais. Isto se explica pelo fato de que a própria concepção da segurança é centrada nos interesses políticos primordiais das grandes potências.

No âmbito das Nações Unidas, algumas potências e países desenvolvidos têm procurado trazer o tratamento de assuntos ecológicos para o Conselho de Segurança. Outras idéias, também apresentadas no âmbito das Nações Unidas, compreendem a criação de um Centro para Assistência Ambiental de Emergência, que enviaria peritos para examinar situações de perigo ambiental, a pedido dos países interessados, o estabelecimento de uma espécie de "força de paz" ("green cops") na área ambiental e a da solução dos contenciosos ambientais através de tribunais internacionais.

Os países em desenvolvimento têm, em geral, considerado que tais iniciativas reforçariam ainda mais o poder de intervenção, até mesmo militar, das grandes potências em situações críticas locais, tendo o conceito de segurança necessariamente conotações militares. O conceito de segurança ecológica e sua aplicação talvez pudessem servir aos países em desenvolvimento, se chegassem a incorporar dimensões da antiga idéia de segurança econômica e caso se prestassem menos para intervenção em emergências e mais para prevenir, através de cooperação econômica, financeira e tecnológica, problemas ecológicos.

Sem dúvida, a neo-détente e o posterior colapso dos regimes políticos dos países do Leste Europeu tornaram mais fácil associar a segurança a questões não militares. Mas mesmo que a tendência vá neste sentido, parece claro que tardará muito para que as questões não militares igualem-se ou ultrapassem as militares nos orçamentos das principais potências. Uma mera comparação entre os atuais orçamentos para gastos militares e para meio ambiente demonstrará que nenhuma potência mundial está ainda levando suficientemente a sério a ecologia para fins de segurança. Nos Estados Unidos, por exemplo, os gastos com defesa são quase vinte vezes maiores do que o conjunto dos gastos com recursos naturais e meio ambiente.

Em suma, a reflexão sobre o tema da segurança ecológica apenas se inicia. Por isto mesmo, é importante estar atento para os rumos que pode tomar. Até agora, os analistas da segurança ecológica não têm se preocupado com a questão da desigualdade internacional ou da liberdade política dos Estados, como se a segurança não tivesse relação com o sistema das relações internacionais. Além disso, tendem a ver na ecologia uma espécie de determinante em última instância para problemas econômicos, sociais e políticos. Nisto existe o risco de que se acabe dando mais importância, para as implicações de segurança, à questão da relação do homem com a natureza, do que à da relação do homem com o próprio homem. A idéia de uma segurança ecológica global sugere também, às vezes, um recuo das soberanias nacionais que somente seria aplicável a uma parte dos Estados-nação, ao mesmo tempo em que centra sua preocupação na segurança das grandes potências.

A agenda global

A própria elaboração de uma agenda de problemas globais coloca uma importante questão político-diplomática, já que os problemas globais são, utilizando a terminologia de Aron, divisíveis, havendo teoricamente tantas globalidades e tantas ordens de priorização de problemas identificados multilateralmente, quantos pontos de vista.

Na realidade, a própria percepção da globalidade dos problemas ambientais não foi sempre compartilhada por todos os Estados. O globalismo ecológico tem correspondido historicamente sobretudo a uma perspectiva

do mundo desenvolvido, que, em 1972, era, nos seguintes termos, criticada pelo então Embaixador brasileiro em Washington, João Augusto de Araújo Castro: "...os problemas... devem, do ponto de vista dos países desenvolvidos, ser agora tratados globalmente, sem levar em conta a desigualdade da distribuição, em escala global, dos benefícios e os relacionados efeitos destrutivos sobre o meio ambiente provocados pela revolução industrial." ¹²³

Hoje em dia existe um clima internacional mais propício à elaboração, na área de meio ambiente, de uma agenda global comum. São, contudo, ainda imensas as dificuldades de se estabelecer uma agenda que seja considerada, por todos, equilibrada e equitativa.

A administração de áreas comuns à humanidade

Entre os interessados em identificar um patrimônio ecológico global da humanidade (os chamados "global commons"), há aqueles que crêm dever ser este patrimônio comum administrado por uma instância supranacional, por exemplo, agências internacionais especializadas ou um Conselho das Nações Unidas. ¹²⁴ Isto em si já colocaria o problema diplomático de saber como seria composta esta instância supranacional e qual seria o peso relativo dos vários Estados em seu controle. Outro problema diplomático seria o de saber que critério utilizar para a própria identificação desse patrimônio comum. Será que, diante da escassez dos recursos minerais do Planeta, todo o subsolo, com suas riquezas em petróleo, urânio ou outros minérios, deveria ser julgado patrimônio comum? Será que, diante da gravidade dos problemas e da necessidade de solução rápida e eficaz em escala mundial, dever-se-ia considerar patrimônio comum o acervo tecnológico da humanidade naquelas áreas com impacto sobre o meio ambiente? Ou será que os "global commons" são, como freqüentemente sugerido em textos de especialistas em assuntos ambientais, os mares e oceanos, o espaço exterior, a diversidade biológica e a atmosfera ou o clima do planeta? ¹²⁵

Nos casos dos oceanos e do espaço exterior, uma ação internacional coordenada não coloca problemas para o exercício da soberania de qualquer Estado, já que se trata de áreas de uso internacional compartilhado, em que de fato a propriedade comum já existe. Estas áreas desempenham papel estratégico em relação ao futuro da humanidade. A superfície marítima é maior do que a terrestre e passará a ser cada vez mais utilizada. O mar pode ser fonte preciosa para a produção de alimentos. O fundo do mar é depositário de riquezas vegetais e minerais, algumas das quais, como o nódulo de manganês, já abrem possibilidade de importante exploração comercial. Se hoje há uma preocupação com o meio ambiente de nosso planeta proveniente de uma exploração predatória de seus recursos, é necessário não apenas evitar a transposição de problemas ambientais para o espaço exterior mas também iniciar a reflexão sobre a melhor forma de relação com a natureza em outros

planetas, nos quais se encontrarão provavelmente substâncias passíveis de serem transformadas em recursos para a exploração pelo homem.

No entanto, tem havido pouco cuidado ambiental com estas áreas comuns da humanidade, sobretudo o mar. Este tem sido objeto de poluição grave e crescente. Tem sido utilizado como recipiente de depósitos químicos, de resíduos tóxicos, de lixo não biodegradável e de dejetos nucleares; sobre sua superfície têm sido transportados artefatos nucleares, e acidentes com petroleiros têm destruído sua flora e fauna. Ações nacionais, portanto, têm causado danos a um patrimônio internacional comum.

Pareceria, assim, que tratados internacionais sobre meio ambiente nestas áreas de uso comum da humanidade, e até mesmo uma administração comum, seriam bem-vindos por todas as nações. Os progressos realizados, no campo jurídico, teriam amplas repercussões futuras, em termos não apenas da forma de aproveitamento dos recursos e de conservação do meio ambiente, mas também de relacionamento entre os Estados. Não exigiriam significativos recursos financeiros, mas sobretudo vontade política.

No entanto, os principais países desenvolvidos têm favorecido a liberdade de ações nacionais nestas áreas comuns e têm se oposto, no caso do mar, ao princípio de se partilhar, através de empresas supranacionais, a tecnologia para a exploração marinha. Não têm sido, portanto, fáceis os progressos jurídicos nesta área, ainda que as iniciativas internacionais tenham se dirigido menos para propostas de administração conjunta do que de direitos e obrigações assumidas internacionalmente em relação à propriedade comum. Propostas de administração comum do espaço encontrariam o mesmo tipo de dificuldades. Sintoma deste fato é que os Estados Unidos, por exemplo, durante a administração Reagan, sentiram-se no direito de unilateralmente tomar decisões relativas à militarização do espaço exterior, através de sua Iniciativa de Defesa Estratégica, ou seja, o programa conhecido como "guerra nas estrelas."

Tratados sobre questões ecológicas globais

A questão das alterações na composição química da atmosfera que levam a mudanças climáticas pareceria oferecer, em princípio, dificuldades bem maiores para uma ação internacional conjunta, pois, ao contrário das relativas ao mar ou ao espaço, refere-se sobretudo a ações e políticas circunscritas a territórios nacionais. Além disso, há significativas dúvidas sobre as mudanças climáticas globais. De fato, os cientistas ainda discutem se o chamado efeito estufa, que estaria provocando aquecimento da Terra, já se iniciou ou é ainda potencial, havendo também divergências quanto ao grau de perigo que envolve.

As alterações climáticas seriam decorrentes sobretudo das emissões de dióxido de carbono, cuja concentração na atmosfera aumentou em um

quarto desde o início da revolução industrial, em ritmo que se acelerou nas últimas três décadas. O principal responsável historicamente (pois se trata de efeito cumulativo) e na atualidade por essas emissões é o uso de combustíveis fósseis, que se estimava contribuir no final da década de oitenta com mais de sessenta por cento dos efeitos totais. Somente em 1987 estes combustíveis lançaram na atmosfera 5,6 bilhões de toneladas de dióxido de carbono. Deste total, mais de quarenta por cento, ou seja, 2,26 bilhões, corresponderam às parcelas dos Estados Unidos e da Rússia e outras repúblicas da ex-União Soviética. Em termos per capita, naquele mesmo ano, enquanto os Estados Unidos jogavam na atmosfera 5 toneladas e as repúblicas da ex-União Soviética 3,7, os países em desenvolvimento com maior grau de emissão, ou seja, a Coreia do Sul e o México situavam-se cada um na faixa de uma tonelada. No mesmo ano, entre outros países em desenvolvimento relativamente industrializados, a China emitiu 0,56 toneladas, o Brasil 0,38 e a Índia 0,19.¹²⁶

Além disso, calculava-se então que entre dez e quinze por cento dos efeitos climáticos globais fossem provenientes das emissões de clorofluorcarbonos (CFC's), cuja produção é basicamente controlada por países desenvolvidos. A suspensão da produção de clorofluorcarbonos contribuiria também para desacelerar o processo de destruição crescente, principalmente sobre a Antártida, da camada de ozônio, que pode ter efeitos negativos sobre a saúde humana, a vida animal e a produção agrícola. Como no caso das chuvas ácidas, só que em dimensão geográfica bem mais ampla, ações em determinados países causam danos em outros. Estes danos, gerados sobretudo em países desenvolvidos do Norte, afetarão primeiro, em maior grau, o Sul, embora já comecem a ser sensíveis também no Norte. Este é um campo em que os progressos diplomáticos são mais visíveis, com a negociação em 1985, no âmbito da Convenção de Viena sobre a Camada de Ozônio, do Protocolo de Montreal, que entrou em vigor em 1989, as decisões advindas da Conferência de Helsinki de maio de 1989 e os resultados da II Reunião das Partes do Protocolo de Montreal, realizada em junho de 1990, que adotou pacote de emendas e ajustes ao referido Protocolo. Mesmo assim, é necessária uma ação bem mais rápida e efetiva por parte dos principais responsáveis pelas emissões atuais - que ficarão por várias décadas na atmosfera - e potenciais de CFC's, bem como o acesso facilitado dos países em desenvolvimento às tecnologias que substituem os CFC's, conforme prevê o referido Protocolo.

Estimava-se, ademais, que o desflorestamento representasse, ao final da década de oitenta, talvez entre quinze e até vinte e cinco por cento dos efeitos totais sobre as mudanças climáticas. Em 1987, enquanto os combustíveis fósseis haviam emitido 5,6 bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera, o desflorestamento havia contribuído com 1,6 bilhões. Além das emissões de dióxido de carbono resultantes do desflorestamento

atual, existe um efeito acumulado, produto da quantidade extraordinária de dióxido de carbono lançada na atmosfera pelos países hoje desenvolvidos desde a revolução industrial, por várias formas, entre as quais o próprio desflorestamento. Como os países desenvolvidos destruíram a maior parte de suas florestas, caberia, em princípio, a eles a adoção de grandes programas de reflorestamento, que propiciassem o aumento da biomassa das florestas e, conseqüentemente, a redução das emissões de dióxido de carbono.

No presente, contudo, a principal responsabilidade pelas emissões de dióxido de carbono provenientes de desflorestamento recai sobre países em desenvolvimento. Em 1987, o Brasil, por exemplo, emitiu 53 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera pelo uso de combustíveis fósseis e seis vezes mais, ou seja, 336 milhões, pelo desflorestamento, quase um quarto do que os Estados Unidos (1 bilhão 224 milhões) pelo uso de combustíveis fósseis.¹²⁷

Mais grave que os eventuais efeitos climáticos da destruição florestal é a perda, por ela provocada, de biodiversidade. Esta perda é decorrente das próprias formas que tem assumido o desenvolvimento desde a revolução industrial. A destruição florestal, por exemplo, tem sido constante, sobretudo nos países desenvolvidos, desde o início do processo de industrialização. Na realidade, a lógica da civilização não a contradizia, ao contrário, a ela era favorável para a produção carbonífera ou agrícola. Em muitos lugares do velho e Novo Mundo, a expansão econômica se deu contra a floresta, que, especialmente no Novo Mundo, era vista como obstáculo à penetração do território e, portanto, ao progresso. No Brasil, por exemplo, os bandeirantes foram considerados heróis dos primeiros séculos da conquista do território, por terem enfrentado as matas, abrindo picadas e plantando aldeias, em busca de ouro e pedras preciosas. A exploração de madeira - sobretudo do pau brasil, usado no tingimento - esteve presente, desde os primeiros tempos do descobrimento, como fator de riqueza. Isto obviamente não teria sido possível se não fossem os interesses das metrópoles européias na exploração da madeira e dos recursos naturais do subsolo. O que preservou as florestas tropicais da Amazônia em mais de oitenta por cento foi a lentidão com que se deu a ocupação do território e a exploração econômica ou, em outros termos, o subdesenvolvimento. No Brasil, foi, por outro lado, o desenvolvimento relativo de suas regiões costeiras que levou à destruição quase total de sua Mata Atlântica e foi o êxito em estender, a partir da década de sessenta, à sua floresta amazônica o esforço de desenvolvimento que levou a conseqüências desastrosas, sobretudo na região rondoniana do Projeto Polo-noroeste.

Hoje o importante seria vincular a idéia do futuro, não apenas no Brasil, mas também em outros países detentores de grandes florestas tropicais, concentradoras da maior riqueza biológica, à possibilidade de uma ocupação não predatória nem destrutiva do território. Para isso seria imprescindível

dível que parte da pesquisa, em países como a Indonésia, a Malásia, os países amazônicos, a Nigéria e outros países africanos, que detêm grandes reservas de florestas tropicais, se dirigisse ao conhecimento e à valorização econômica das espécies florestais, o instrumento mais eficaz para a preservação da biodiversidade. Junto com a exploração de madeira e de minas, é possível, através da pesquisa botânica, propiciar o desenvolvimento, por exemplo, da biotecnologia, da química fina e da medicina. A destruição deixará de ocorrer no momento em que o valor econômico da preservação for potencialmente maior do que o da destruição. A experiência das últimas décadas tem ido no sentido contrário ao da valorização econômica dos recursos naturais renováveis, provenientes ou não das florestas, sendo especialmente desanimadores o processo de substituição de produtos naturais por sintéticos e o fracasso das tentativas de estabilização dos preços das matérias primas.

Mudanças de caráter geral na forma do desenvolvimento poderão, assim, ter impacto bem maior sobre a preservação da biodiversidade do que medidas de controle. Além disso, na relação entre os interesses globais e essas medidas de controle, a questão das florestas tropicais é ainda mais complexa do que a do mar ou a do espaço exterior, já que as áreas de florestas são claramente nacionais. Há possibilidades de respostas nacionais, regionais e até amplamente internacionais para fazer face a problemas globais que não impliquem interferência de países não detentores de florestas tropicais em assuntos internos de países com florestas tropicais. Respostas regionais para problemas ambientais globais poderiam ocorrer, por exemplo, quanto a florestas tropicais, no âmbito do Pacto Amazônico. O mesmo poderia dar-se mediante o estreitamento dos vínculos, legais ou não, em matéria de biodiversidade de florestas tropicais entre países com parte significativa de seus territórios coberta por tais florestas.

Caso se considerem as principais responsabilidades internacionais pelos problemas climáticos (apesar da contribuição de países em desenvolvimento para esses problemas através do desflorestamento) e não se desejem congelar as atuais disparidades de produção industrial e conseqüentemente de emissão de poluentes entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, conclui-se que as soluções teriam que vir sobretudo de ações nacionais nos países desenvolvidos. Uma autoridade internacional seria pouco eficaz nesse caso, pois dificilmente as potências mundiais e países industrializados se submeteriam a uma ingerência internacional sobre suas opções de energia, de combustíveis para transportes ou a controles rígidos de emissão de gases que implicassem revisão de seus padrões de industrialização e consumo. Até agora vários países industrializados têm, aliás, se oposto à fixação de metas quantitativas de redução da emissão de dióxido de carbono per capita, tendo o principal deles, os Estados Unidos, tido dificuldades até mesmo em comprometer-se com o congelamento dos níveis atuais.

Necessidade de iniciativas internacionais enérgicas

Há casos em que os riscos para a humanidade e o Planeta de ações nacionais são tais que pareceria legítimo tentar contê-las mediante iniciativas multilaterais enérgicas. O exemplo mais evidente é o das armas nucleares, que estão sob controle de apenas alguns países e põem em perigo a humanidade. Em meados da década de oitenta, intensificaram-se os estudos sobre o chamado "inverno nuclear", que, do ponto de vista ecológico, teria resultados bem mais desastrosos do que o efeito estufa. Esses estudos concluíram que as conseqüências de uma guerra nuclear seriam muito mais duradouras do que até então se imaginava. As explosões gerariam enormes efeitos climáticos e biológicos e poriam em risco de fome a maioria da população mundial. Poderiam levar a declínios de temperatura entre 10 e 40 graus centígrados. Produziriam danos - embora menores com as mais recentes tecnologias de armamentos nucleares - na camada de ozônio. Os efeitos da radiação e outros efeitos paralelos levariam à supressão do sistema de imunização do corpo humano similar à que ocorre com a AIDS. A maior parte das vítimas estaria em países fora do combate.¹²⁸ As armas nucleares seriam, portanto, uma das maiores ameaças existentes ao meio ambiente global. Medidas enérgicas de redução e futura eliminação do arsenal nuclear, mais viáveis desde o início da neo-"détente", não envolvem custos tão elevados quanto os da fabricação e instalação desses armamentos, podendo, a longo prazo, trazer alívio financeiro relativo para as potências nucleares. Além disso, se aplicam a uma produção sem consumo desde a segunda guerra mundial e, neste sentido, inútil.

Apesar destes fatos e de estar neste caso em jogo o interesse de toda a humanidade, não teria qualquer viabilidade política uma negociação global de acordo prevendo a eliminação das armas nucleares. Mesmo a negociação sobre sua redução, que felizmente tem mostrado progressos sensíveis, não tem podido ser conduzida nos foros multilaterais. Alguns poucos países detentores dos armamentos nucleares entendem que as negociações devem ocorrer entre eles, sem a participação do resto da comunidade das nações. As potências nucleares ocidentais conseguiram, aliás, até mesmo eliminar do texto da Resolução 44/228, de dezembro de 1989, que convocou para 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, menção aos armamentos nucleares como grave ameaça ao meio ambiente, que constava do projeto apresentado pelo Grupo dos 77.

O globalismo elitista

Muitos outros exemplos poderiam ser dados sobre a possibilidade teórica de negociações globais na área de meio ambiente aparentemente justas, necessárias e urgentes, mas que não podem ser realizadas por falta de von-

tade política de uma parte dos Estados-nação. Para não ser exaustivo, acrescentaria apenas duas áreas em relação às quais, sendo verdadeira a gravidade dos problemas ambientais globais atuais ou potenciais, a humanidade teria talvez o dever de utilizar a solidariedade e a cooperação como instrumentos de sobrevivência: a tecnológica e a financeira. Entretanto, são estes precisamente os campos em que há maior dificuldade de adotar-se um enfoque solidário. Trata-se dos campos que separam de maneira mais nítida os interesses dos países desenvolvidos daqueles dos subdesenvolvidos, que, aliás, assim são denominados, entre outras razões, por sua escassez de capitais e seu baixo aprimoramento tecnológico.

As preocupações com o meio ambiente global não têm sido suficientes para convencer os países detentores da tecnologia adequada à solução de vasta gama de problemas ecológicos da necessidade de facilitar sua transferência em condições mais favoráveis do que as de mercado. Na realidade, os interesses puramente econômicos, comerciais e de lucro estão, até hoje, para esses países - e não apenas para eles - acima de suas preocupações com o meio ambiente do Planeta. As vezes, chegam a adotar postura anti-liberal, que contradiz, no caso de alguns países ocidentais, suas ideologias neo-liberais, opondo-se pura e simplesmente à venda, em condições de mercado, da tecnologia ou de equipamentos tecnologicamente avançados, por motivos políticos ou estratégicos.

Dificuldades semelhantes interpõem-se à abdicação do uso de determinadas tecnologias prejudiciais ao meio ambiente, mesmo quando existem alternativas não poluentes e até benéficas para a preservação ambiental. É o caso de setores da indústria de sintéticos cuja produção constitui um obstáculo à revalorização de atividades extrativistas sustentáveis.

No plano financeiro, a clivagem de interesses entre países detentores de capital e países com carência de capitais é clara. Não tem havido até agora uma mobilização de recursos para os países carentes de capital em volume condizente com suas necessidades estimadas de financiamento para os projetos ambientais prioritários.

Como, sobretudo a partir da década de oitenta, muitos dos países em desenvolvimento acrescentaram a seu problema de escassez de capital o fato de haverem-se tornado exportadores de capital para cumprirem seus compromissos financeiros externos, uma maneira de ajudá-los seria conceder-lhes alívio substancial em suas dívidas externas. Para que isso fosse possível, seria necessário que os Governos dos países credores aceitassem considerar a partir de parâmetros inteiramente novos a questão da dívida externa. O alívio que tem sido possível obter se baseia apenas numa tímida revisão, através de difíceis negociações, dos acordos anteriormente firmados. Embora tenha tido inegavelmente efeitos positivos, não tem alterado de forma profunda e definitiva o peso do endividamento externo nas economias de grande número de países do Terceiro Mundo.

Além disso, na questão do financiamento do meio ambiente, os países detentores de capital têm preferido o aumento dos controles diretos sobre os países prestatários através do reforço das condicionalidades nos organismos financeiros multilaterais, ao enfoque mais cooperativo de concessionalidade significativa e de adicionalidade substancial de recursos. Em geral os países doadores utilizam a fórmula "um mínimo de recursos com um máximo de condicionalidades", enquanto os países receptores prefeririam o contrário. A discussão sobre a criação de fundos multilaterais de meio ambiente aponta, além disso, para a possibilidade de maior controle dos países desenvolvidos, através de instituições internacionais, sobre políticas de países em desenvolvimento e sobre seus recursos, por exemplo, mediante a caracterização de alguns deles como "global commons," que deveriam ser preservados com financiamento internacional.

A proposta de criação de uma taxação internacional sobre poluidores globais seria mais equitativa e poderia, em princípio, favorecer o estabelecimento de fundo sob controle menos centralizado. Não tem, contudo, obtido o apoio dos principais poluidores globais, que, no âmbito de tal proposta, reduziriam sua capacidade de influenciar políticas ambientais de outros países, já que não mais se encontrariam na posição de doadores, cumprindo apenas uma obrigação de dar alguma compensação financeira ao resto do mundo por danos que têm causado ao meio ambiente do Planeta.

Além disso, em tese seria possível vincular o tema da dívida externa ao da preservação da natureza de forma profunda, como na proposta do professor amazonense Samuel Benchimol de criação de um fundo proveniente da imposição de taxa internacional de 100 dólares por ano sobre cada tonelada de dióxido de carbono proveniente do uso de combustíveis fósseis emitida na atmosfera. Dados os volumes atuais de emissão, este fundo poderia mobilizar anualmente mais de 500 bilhões de dólares, quantia suficiente para recomprar, em tempo relativamente curto, a dívida externa do Terceiro Mundo, sobretudo se fosse possível fazê-lo a preços do mercado secundário. Embora muitas vezes se reconheça que problemas financeiros graves em muitos países, como o da dívida externa, podem ter efeitos adversos sobre o meio ambiente e sejam encarados como passageiros e infinitamente pequenos diante da magnitude que assume a questão ecológica, as propostas politicamente viáveis de alívio da dívida externa, inclusive contra progressos na área ambiental, têm sido tímidas, envolvendo até hoje apenas pequenas operações de conversão de dívida em natureza, em condições cuja generosidade é ditada ainda sobretudo por interesses financeiros e de mercado.

Em suma, a agenda global não é objetiva, nem resulta de um esforço igual e conjunto de toda a humanidade. Existe um comando no processo de tomada de consciência para os problemas globais e uma estrutura de poder que sustenta esse processo. A agenda implica necessariamente uma priorização de determinados problemas em detrimento de outros, segundo inte-

resses nacionais. Na prática, hoje resulta de processo de discussão lançado e conduzido por países desenvolvidos, basicamente os Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental.

Isto explica que a afirmação internacional da globalidade de determinadas questões ecológicas que têm que ver com a sobrevivência futura do homem não encontre correspondente na questão da extrema pobreza, a miséria, à qual estão associadas, entre outros problemas, a fome e a doença e que afeta a sobrevivência atual de parte da humanidade. Enquanto muitos dos problemas ou perigos ecológicos são potenciais, aqueles decorrentes da miséria são presentes e constituem a desgraça cotidiana de milhões de pessoas. Na questão social, tanto quanto na ecológica, estão implicadas responsabilidades internacionais, pois o subdesenvolvimento, gerador da miséria, é a outra face do desenvolvimento e está, portanto, atrelado a um sistema econômico internacional desigual. Os problemas ambientais não são mais globais do que os da miséria por serem estes últimos mais localizados, geográfica ou socialmente, já que os problemas ambientais globais também têm causas localizadas, tampouco farão perecer o Planeta de uma só vez, não afetarão a todos da mesma forma e se manifestarão de forma altamente localizada. Não se pode tampouco dizer que os problemas ambientais globais requeiram, mais que o da miséria, a ação conjugada de toda a humanidade. Na realidade, se as potências nucleares podem sozinhas reduzir ou eliminar os armamentos nucleares; se os problemas climáticos são causados basicamente pelos países desenvolvidos e caberá sobretudo a estes resolvê-los e se a questão da biodiversidade pode encontrar o encaminhamento adequado nos próprios países que concentram tal biodiversidade, o mesmo não ocorre com os problemas relativos à miséria, cuja solução depende não apenas de esforços internos, mas também do grau de cooperação internacional, em especial entre países do Norte e do Sul, e do próprio contexto econômico mundial.

Não apenas a questão da miséria, mas também questões relacionadas com a pobreza em geral têm sido, aliás, realçadas nas preocupações ambientais de muitos países em desenvolvimento, que ainda não resolveram problemas básicos do *habitat* humano. Uma grande parte da população mundial não tem acesso à água potável, não se alimenta adequadamente, não usufrui das facilidades mínimas de saneamento e tem baixíssimos padrões de saúde e educação.

Alguns analistas têm, por isso, chamado atenção para o fato de que, para ser comum, a agenda ambiental dos anos noventa deve pôr no mesmo plano meio ambiente e pobreza, até porque as duas questões estão, muitas vezes, intrinsecamente vinculadas, na medida em que "60% das populações mais pobres dos países em desenvolvimento habitam áreas ecologicamente vulneráveis", cultivam solos erodidos, e "80 por cento... [do desflorestamento tropical] é atribuído à agricultura de queimadas praticada por colonos pobres..."¹²⁹

Harmonia de interesses

Embora a questão da própria globalidade esteja sujeita a perspectivas políticas, procura-se muitas vezes negar a possibilidade de mais de um ponto de vista, através da ênfase na **harmonia** de interesses com vistas ao bem comum da humanidade. Esta harmonia deveria prevalecer em nível interno e internacional. A confrontação de interesses em torno de temas ambientais não faria mais sentido diante da globalidade, da gravidade dos problemas e da urgência de sua solução, devendo dar lugar à ação convergente para a solução de problemas que são comuns a toda a humanidade.

Do ponto de vista político, admitir a existência desta harmonia de interesses poderia ter conseqüências distintas, segundo a forma através da qual se desse a definição dos interesses comuns e a expressão institucional do sistema decisório global.

Começo expondo alguns dos riscos envolvidos na tentativa de traduzir politicamente esta suposta harmonia de interesses, para depois analisar também as eventuais conseqüências positivas desse exercício para a internacionalização dos processos de decisão.

Quanto aos riscos, a harmonia de interesses tem vindo associada com freqüência a pelo menos três supostas fontes legitimadoras do poder decisório na área ambiental, que comentarei nas seções seguintes: os direitos ou interesses da natureza, a ciência ou o saber e os direitos ou interesses das gerações futuras. O principal problema aqui envolvido é o de que, muitas vezes, não se tem dado a devida atenção ao fato de que pode haver interesses e perspectivas conflitantes na interpretação dos direitos da natureza, das conclusões científicas e dos direitos ou interesses das gerações futuras.

O ecocentrismo e a ética dos limites

A idéia de que as decisões podem e devem ser tomadas a partir dos interesses ou direitos da natureza é própria da perspectiva ecocêntrica, já analisada no capítulo II, cujas implicações, no plano internacional, reforçam a possibilidade de aumento dos controles internacionais por parte de poucos países e favorecem a composição de uma agenda ecológica desequilibrada.

Numa perspectiva ecocêntrica, o meio ambiente ou a degradação dos ecossistemas são vistos como tendo um impacto sobre a pobreza, a instabilidade política ou a guerra maior do que a própria estrutura das relações internacionais. A ética ecocêntrica cosmológica também tem implicações políticas internacionais. Assim como indivíduos ou grupos, nações ou Estados organizados podem empenhar-se pela preservação da natureza. Mas se os rios ou as focas têm interesses e direitos próprios, mas não têm como defini-los, expressá-los ou defendê-los, coloca-se o problema de saber quem vai decidir sobre esses interesses e direitos e quem será o juiz dos conflitos de interesses e direitos entre a natureza e o homem. Quem ou que Estado inter-

pretará os interesses ou direitos da própria natureza que devam ser acatados internacionalmente?

O ecocentrismo não está preocupado com as formas de exercício do poder, mas apenas com salvar a natureza. Por considerar a questão política irrelevante, serve ao fortalecimento do poder de arbítrio das potências mundiais, diretamente ou através de burocracias internacionais. O ecocentrismo implica, na realidade, um chamamento à responsabilidade da humanidade como um todo, unida, harmoniosa, capaz de defender os direitos da natureza. Ora, somente as principais potências mundiais, por seu próprio poder específico, podem ser empiricamente os intérpretes de tal humanidade.

Para o ecocentrismo não é preocupante a concentração do poder mundial, já que um comando firme pode consertar os erros e prevenir os desastres ecológicos em todo o mundo. Ao contrário, preocupante seria deixar a cada Estado a liberdade de decidir soberanamente sobre suas respostas às questões globais, pois isto poderia levar não apenas à morosidade das respostas, mas até mesmo a atitudes egofistas, centradas exclusivamente em interesses nacionais.

Cada nação, comunidade ou indivíduo deveriam estar conscientes do que fazer, mas sem ter propriamente opção nem decidir por si próprios: deveriam, no fundo, conscientizar-se daquilo que o ecocentrismo sabe que deve ser feito. Ou seja, o espaço do sujeito é abolido. A nação, como o indivíduo, não decide, devendo apenas cumprir seu papel histórico determinado.

Junto do ecocentrismo, frações do movimento ecológico, principalmente em países desenvolvidos, partem da questão dos limites dos recursos para elaborar uma ética coercitiva. Alguns chegaram mesmo a defender o que estudiosos do ecologismo têm chamado de "barbarismo da ética do salva-vidas."¹³⁰ A alegoria do salva-vidas foi primeiro utilizada por Garret Hardin, em 1968, em "Tragedy of the commons", e, de maneira mais direta, em "Living on a lifeboat," em 1974. Ao argumentar contra a redistribuição dos recursos no Planeta ou dos lucros provenientes destes recursos, ele utilizou a imagem de dez homens num barco salva-vidas com víveres limitados. Caso permitissem a entrada de mais um no barco, todos morreriam de fome. Esta ética, endossada pelo biólogo Paul Ehrlich, em *The population bomb e Population, resources, environment*, parte da idéia neo-malthusiana de que o crescimento dos alimentos ocorre em proporção aritmética enquanto o da população em proporção geométrica e de que o planeta Terra tem uma capacidade de carga limitada, que, se for ultrapassada, pode pôr em perigo a vida de todos os habitantes. Baseia-se numa fração que tem como numerador os recursos naturais e, como denominador, a população e tem como objetivos impedir o crescimento do denominador e a diminuição do numerador. Para os defensores desta ética, o problema nunca é de alimentos de menos, mas sempre de gente demais. Além disso, reduzem-se questões que têm que ver com os níveis de produção e os hábitos e padrões de consumo à

questão numérica de que a população mundial será, por exemplo, de 5 ou 6 bilhões de pessoas no ano 2.100.

Como afirma Koula Mellos, "esta problemática situa a contradição ou contradições das quais a crise ecológica é o efeito não nas relações sociais mas antes na relação entre uma massa de povo socialmente indiferenciada, portanto atividade humana não mediada socialmente, e a natureza."¹³¹ Se a crise é basicamente um desequilíbrio entre quantidades, pode ser resolvida através de controles que restabeleçam o equilíbrio entre estas quantidades. A contenção pode ocorrer através da internalização de valores de moderação, frugalidade, conservação, etc, ou ser provocada externamente por uma política de coerção sobre o indivíduo, destinada a limitar seus apetites e atividades de acordo com a viabilidade da natureza.¹³²

A ética dos limites ou do "salva-vidas" tem importantes implicações internacionais, havendo inclusive fundamentado posições contra ajuda alimentar a países do Terceiro Mundo e sobre política imigratória (levada a suas últimas conseqüências, favorece restrições até mesmo ao livre movimento de populações). Como o crescimento populacional, sem dúvida preocupante, está concentrado no Terceiro Mundo, mesmo que este, por sua própria pobreza, pouco consuma, considera-se que aí devem ser colocados os esforços de controle populacional. Embora haja muitas formas de reduzir o crescimento populacional mundial, sendo a melhor delas, do ponto de vista dos países pobres, o aumento do nível de renda, esta tem a desvantagem de elevar também o nível de consumo, aproximando-o daquele dos países desenvolvidos. Talvez por isso Ehrlich tenha chegado a cogitar de formas coercitivas de controle populacional em determinados grupos e países. Garret Hardin já havia, aliás, defendido expressamente a coerção, em seu trabalho "The tragedy of the commons", embora fazendo a ressalva de que se tratava de "coerção mútua", acordada pela maioria dos que fossem por ela afetados. Embora os recursos sejam consumidos basicamente nos países desenvolvidos, propõe-se um congelamento generalizado dos níveis de consumo de recursos, o que manteria as atuais desigualdades internacionais. Não se considera, nos cálculos, a pressão muitas vezes maior sobre os recursos do nascimento de uma criança norte-americana, em relação a uma criança indiana. Diz, por exemplo, um filósofo norte-americano estudioso de problemas populacionais: "...nosso problema populacional é, num certo sentido, o mais sério do mundo. Com apenas 6 por cento da população da Terra consumimos algo da ordem de 50 por cento dos recursos mundiais, alguns dos quais, notadamente os combustíveis fósseis, não são renováveis."¹³³ Não se leva em conta tampouco a possibilidade de que a produção agrícola dos países em desenvolvimento possa aumentar em ritmo superior ao do crescimento populacional com a introdução de aperfeiçoamentos tecnológicos.

O problema do crescimento populacional merece atenção e tende a polarizar cada vez menos as posições internacionais, tendo havido, na úl-

tima Conferência Mundial sobre População, das Nações Unidas, realizada no México em 1984, aproximação de pontos de vista entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Há, contudo, que precaver-se contra as implicações autoritárias internacionais da ênfase no crescimento populacional e na escassez de recursos como questões ambientais globais. O problema não é obviamente de espaço, já que toda a população do mundo caberia no Estado norte-americano do Texas, distribuída em famílias de quatro pessoas, vivendo em casas típicas da classe média norte-americana, com jardim na frente e quintal.¹³⁴ Mas estabelecendo-se a relação entre globalismo, a "Terra Viva", ou seja, Gaia, e o "Espaço Vital do Mundo" (um "Lebens Raum" global), reedita-se, no fundo, a ideologia do "Volk ohne Raum", em que se substitui a idéia de "povo sem espaço" por "população mundial sem recursos." Se as idéias darwinistas sociais e, em especial, a do corpo orgânico lutando por espaço vital como um animal, justificaram intelectualmente o expansionismo nazista, levadas para o campo planetário, podem justificar um autoritarismo de cunho globalista.

O cientificismo

Além do ecocentrismo e da ética dos limites, o cientificismo é outra característica de algumas concepções contemporâneas do ecologismo que poderia corroborar a centralização do poder. Busca apagar a esfera de divergências e composição política, favorecendo com isso uma tendência autoritária no discurso ambientalista. A partir da idéia da neutralidade do saber científico, que integra o imaginário social dominante, o cientificismo, quando apropriado pelo ecologismo, pode também levar ao surgimento de novos tecnocratas de uma ciência muitíssimo mais ampla do que a economia, novos sábios que eficazmente decidem em nome de todos, para salvar a todos.

Afirma Schumacher que, quando a primeira cadeira de economia política foi fundada em Oxford há cerca de 170 anos, havia uma preocupação com o fato de que se tratava de uma ciência inclinada a usurpar as demais. Stuart Mill chegou a advertir que a economia política "não é uma coisa em si, mas um fragmento de um todo maior; um ramo da filosofia social, tão interrelacionado com todos os outros ramos que suas conclusões, mesmo em sua própria 'província' peculiar, são verdadeiros somente condicionalmente, sujeitos à interferência e reação de causas não diretamente vinculadas com seu campo."¹³⁵ Ora, poderíamos dizer que o risco de que a ecologia, em sua expressão científica, substitua a economia nessa ambição é ainda maior, já que ela, de fato, lida com todas as categorias das ciências físicas, químicas, biológicas e sociais, com a geografia, a política e a filosofia.

Além disso, é dentro de um padrão desigual das relações internacionais, que a humanidade como um todo - ou seja, alguns países industrializados — decide técnica e cientificamente seus rumos. Os países em desenvolvi-

mento têm, de fato, tido uma participação secundária nas discussões científicas envolvendo questões ambientais globais. Se isto em si já restringe o espaço político de discussão internacional, este espaço poderá ver-se ainda mais reduzido pela tentativa de subordinar as considerações políticas aos ditames supostamente neutros da ciência.

Para alguns ecologistas, o que importa, aliás, não é propriamente a ciência, mas apenas o respaldo que ela possa dar a suas teses. Assim, quando a ciência discorda dessas teses, hesita ou tarda em chegar a conclusões, crêem que a humanidade deve agir independentemente da ciência. Talvez tenham razão quando prevejam que a natureza falará mais alto e que suas teses terão cada vez mais comprovação nos desastres ecológicos, que, como em Chernobyl, lançam alertas à humanidade e fazem calar os céuticos, os descomprometidos ou pouco apressados. Partem, contudo, de uma crença que divide o mundo entre cegos e iluminados, cabendo a estes últimos a missão de salvação do Planeta ou da humanidade. Jogam, além disso, com o catastrofismo, com o medo, que tornam premente, no plano político, a necessidade da figura do salvador. Cabe àquele com condições de concentrar poder, impedir que ocorra a catástrofe.

Direitos das gerações futuras

O ecologismo contemporâneo tem também, como uma de suas preocupações centrais, os direitos das gerações futuras. Mas estes têm que ser interpretados pelas gerações atuais. O futuro é até certo ponto imprevisível, envolve problemas ainda desconhecidos, abrange desde as questões altamente localizadas, como a derrubada de uma árvore num parque público, até as mais globais e lida com uma dimensão de tempo indefinida. Além disso, os interesses das gerações futuras se confrontam com interesses das gerações atuais, os quais também têm sua dimensão futura, interesses às vezes relacionados com a solução de graves e prementes problemas do presente, que não devem ser relegados a segundo plano em nome do futuro. As ênfases que serão colocadas num ou noutro aspecto dos direitos das gerações futuras, a alocação de recursos para prevenir um ou outro problema futuro e ainda as formas de conciliação entre os direitos das gerações atuais e os das gerações futuras colocam um delicado problema político, pois dependem exclusivamente de visões de mundo e interesses das gerações atuais, representadas, no plano internacional, por Estados-nação.

Ingerência, intervencionismo ou internacionalismo

Resta saber se o reforço do papel de "supervisores" e intérpretes dos interesses harmônicos da humanidade desempenhado por alguns países poderia favorecer a utilização de causas ecológicas como pretexto para a inge-

rência e até o intervencionismo. É, de fato, freqüente, em alguns meios, a referência ao chamado "intervencionismo ecológico", idéia, contudo, vista, em outros, como retórica nacionalista para evitar a adoção de medidas ou programas necessários à preservação ambiental. Sem adotar posições preconcebidas, gostaria de analisar essa questão.

Embora, numa perspectiva kantiana, a ingerência ou a intervenção constituam um golpe para a autodeterminação dos povos e criem a insegurança entre os Estados,¹³⁶ são, para as principais potências internacionais, como para os habitantes da *Utopia* de Thomas Morus, instrumentos "civilizadores" de outros povos. O intervencionismo tem sido praticado por todas as grandes potências e, neste século, o foi principalmente tanto pela hoje desmembrada União Soviética quanto pelos Estados Unidos. No caso deste último país, conseguiu conviver até mesmo com a ideologia liberal, apesar da contradição entre o liberalismo interno e intervenções (anti-liberais) externas, feitas paradoxalmente, em geral, em nome da liberdade. Não é descabido levantar a hipótese de que o ecologismo possa servir eventualmente de base para a ingerência e até o intervencionismo. O intervencionismo, desde o século XIX, tem utilizado como bandeira motivações ideológicas - os ideais da Revolução Francesa, os ideais republicanos, o monarquismo, o liberalismo, o comunismo. Com o fim do conflito Leste-Oeste e o desaparecimento dos fantasmas do comunismo e da contra-revolução burguesa, é possível que "a civilização", interpretada pelas principais potências se veja ameaçada, a partir de motivações ideológicas novas, pela barbárie, entre outras,¹³⁷ da irresponsabilidade ecológica.

Entretanto, ao contrário do liberalismo ou do comunismo, que, identificados a políticas de Estado, podiam apresentar modelos políticos e sociais, dando sustentação à idéia intervencionista da exportação ou defesa desses modelos, o ecologismo não apresenta modelos políticos e sociais alternativos e, quando expresso em políticas de Estados com poder de interpretar a globalidade dos interesses ecológicos e desempenhar papel "civilizador", defronta-se com flagrantes contradições políticas. Em primeiro lugar, é difícil para países que são os principais responsáveis pelos problemas ambientais globais dar aparência de legitimidade a um discurso que procura impor, a outros, comportamentos ou políticas julgados ecologicamente corretos. Em segundo lugar, não é tarefa fácil pregar a outros Estados o neo-liberalismo, ideologia hoje dominante no Ocidente, e ao mesmo tempo a necessidade de maiores controles estatais sobre o meio ambiente. Esta contradição se exerce mais na esfera de atuação externa das principais potências industriais do que no seu âmbito interno. Deriva mais da atitude dos governos do que das formulações do ecologismo, que em geral solicita maior controle coletivo sobre as ações individuais.¹³⁸ Mas enquanto o ecologismo não tiver uma proposta política sobre a própria organização do Estado, que seja, ademais, apropriada por Estados específicos, o intervencionismo dificilmente poderia dele fazer uso ideológico.

As formas de controle existentes são mais tênues, exercendo-se, por exemplo, através das instituições financeiras internacionais, na medida em que se reforça o papel dos governos dos países doadores como supervisores das políticas internas de países prestatários. De fato, para obter os recursos necessários a seus projetos de investimento, os países em desenvolvimento têm tido que se submeter a uma supervisão cada vez mais ampla sobre suas medidas e políticas, exercida pelos principais países desenvolvidos.

Haveria, além disso, a possibilidade de que organizações não governamentais, e não apenas as instituições financeiras internacionais, se integrassem a estratégias políticas dos principais países doadores.

Na década de oitenta, dentro dos movimentos ecológicos dos países desenvolvidos, houve perda de ímpeto da ideologia autonomista. De fato, ainda na década de setenta, o autonomismo servia à contestação do poder central nos próprios países hegemônicos e estava relacionado ao caráter marginal e alternativo da proposta ecológica. Em vários países europeus, à diferença da década de setenta, quando os partidos verdes apenas começavam a surgir como partidos alternativos nascidos dos movimentos locais de contestação, na década de oitenta não apenas estes partidos se fortaleceram, mas a preocupação ambiental passou a ser interpartidária. Em várias partes do mundo, a bandeira ambientalista foi arrebataada pelos governos, conservadores, liberais ou socialistas. Parte daquilo, portanto, que na década de sessenta surgia dos movimentos marginais e de contestação passou, pouco a pouco, a ser assimilado pelo discurso oficial. Com os interesses se voltando para a solução de problemas globais e começando os próprios governos dos países industrializados a sensibilizar-se para as questões ambientais, não restava ao ecologismo senão buscar a consolidação política e institucional da causa ecológica dentro das próprias estruturas governamentais nestes países, ao mesmo tempo em que vinculava as propostas autonomistas a problemas ecológicos em países em desenvolvimento em que os governos - muitas vezes sem considerar reivindicações da sociedade - continuam relegando a preocupação ambiental a plano secundário. O autonomismo, ainda presente na filosofia de trabalho da maior parte das organizações ecológicas, poderia pouco a pouco ceder espaço para o centralismo decisório internacional. Na década de oitenta, o moto ecológico "pense globalmente, aja localmente" teve que ser substituído, muitas vezes, no ativismo ambientalista pelo de "pense globalmente, aja globalmente."

Não há dúvida que, como os interesses nacionais, base para a expressão da relação entre os Estados, resultam, nos Estados democráticos, de uma negociação interna entre vários interesses, muitas vezes conflitantes, as ligações entre as questões internas e internacionais fazem, de fato, com que as cisões ou conflitos internos a um Estado possam ser explorados por outros, através de aliança com um dos lados do conflito.

Além disso, grupos internos, defendendo interesses ecológicos, buscam muitas vezes apoio externo para se fortalecerem diante do próprio po-

der estatal, sobretudo quando a ausência de estruturas democráticas ou a definição autoritária dos interesses nacionais levam à sua marginalização política, impedindo que seus interesses, expressos de forma autônoma, estejam representados no Estado. O ecologismo tem propiciado, em várias partes do Terceiro Mundo, a criação de vínculos entre organizações não governamentais de países ocidentais, sobretudo norte-americanas, e organizações e movimentos sociais locais.

O surgimento destes novos vínculos pode até reavivar a liderança perdida do Ocidente entre grupos marginalizados socialmente em países em desenvolvimento. Caberia perguntar se isto implica necessariamente o aumento da possibilidade de ingerência externa. Em princípio, a resposta é negativa. Em primeiro lugar, porque estas vinculações podem corresponder a interesses nacionais democraticamente definidos. Em segundo lugar, porque as organizações ecológicas estrangeiras às quais os grupos locais se vinculam são freqüentemente marginais nos seus próprios países. E ainda que as organizações ambientalistas norte-americanas ou européias se integrassem a políticas de Estado, suas vinculações com grupos locais no Terceiro Mundo não implicariam necessariamente ingerência, tudo dependendo dos objetivos dessas políticas de Estado.

Democratização e internacionalização dos processos decisórios

Na realidade, se, de um lado, a idéia de harmonia de interesses em torno de uma preocupação ecológica global pode servir à concentração do poder decisório em alguns Estados, abre, de outro, a perspectiva de que ocorra um fortalecimento do multilateralismo e uma maior democratização das burocracias internacionais.

Seria teoricamente possível favorecer a internacionalização genuína, através das organizações multilaterais, ao mesmo tempo em que o poder mundial fosse amplamente compartilhado. Uma certa coordenação de políticas entre Estados já vem ocorrendo através da aplicação de diretrizes pelos bancos multilaterais de desenvolvimento. Além disso, as organizações ambientais não governamentais têm cada vez mais voltado suas atividades para esses organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, ao mesmo tempo em que estreitam seus vínculos com a base dos movimentos de reivindicação nos países prestatórios, o que pode favorecer processos democráticos internos nesses países, na medida em que as comunidades locais passem a ser mais ouvidas.

Este papel do ecologismo como alternativa ideológica no plano internacional pode ser facilitado pelo internacionalismo que lhe é próprio. Se o globalismo ecológico, de um lado, pode servir de pretexto à tentativa de cerceamento dos sujeitos e da autonomia nacionais, seria, de outro lado, também possível que o internacionalismo, se concebido dentro de uma perspec-

tiva neo-humanista, ao contrário, fortalecesse esses sujeitos, bem como a autonomia.

Assim como, no âmbito interno dos Estados, o ecologismo, quando recusa a concepção individualista, pode colocar limites para a propriedade privada, também em nível internacional, ao opor-se ao nacionalismo, versão do individualismo no plano da comunidade das nações, será contrário a um conceito de soberania que suprima as obrigações nacionais para com outras nações e tente preservar um direito sobre o uso do território nacional sem os limites decorrentes de preocupações ambientais extraterritoriais.

Para que uma visão internacionalista possa predominar sobre perspectivas nacionalistas, é necessário que as estruturas de poder internacionais estejam mais democratizadas. A manter-se a estrutura internacional oligárquica de poder, os países com maiores responsabilidades por problemas ambientais, que são também aqueles com maior poder, podem repassar para outros a obrigação de se inclinar diante de perspectivas globais, gerando reações defensivas nacionais, enquanto mantêm a liberdade egoísta em relação a suas próprias opções econômicas e a sua estrutura de produção e consumo.

Uma das formas de democratizar as discussões internacionais sobre questões globais é reforçar um multilateralismo não oligarquizado. Para isso será fundamental que as grandes potências se sujeitem aos processos multilaterais de discussão. Os Estados Unidos, em particular, que durante a década de oitenta tomaram tantas iniciativas anti-multilaterais, teriam que contribuir para o aumento da credibilidade dos processos decisórios multilaterais no âmbito de foros em que haja maior igualdade de participação entre os Estados, como o da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Dentro do ecologismo, existe, às vezes, contudo, a impressão de que o democratismo poderia levar à inação. Os problemas ecológicos atuais seriam tão graves e em tal escala que não haveria mais tempo para esperar por consensos científicos sobre seu escopo e eventuais conseqüências, nem tampouco por processos democráticos de decisão, que se veriam bloqueados pela irresponsabilidade de países, governos e empresas.

Não discuto o mérito ou a veracidade de tais argumentos. Limitando-me a tentar compreender suas eventuais conseqüências políticas, diria que podem servir a uma apropriação no campo internacional por parte das principais potências industriais, que adiam, alegando as incertezas científicas, a adoção de medidas ambientais em seus próprios territórios, ao mesmo tempo que admitem a existência de indicações científicas suficientes para solicitar de outros medidas urgentes. Como não haveria tempo sequer para esperar por consensos políticos ou conclusões científicas, a responsabilidade pelo aprisionamento da história que corre para a catástrofe ou pela aceleração do tempo das ações corretivas, isto é, pela cobrança ou implementação urgente das ações consideradas necessárias, concentra-se nas autoridades centrais, nacionais e internacionais, que se proclamam intérpretes dos

interesses maiores da humanidade. O apelo à urgência de soluções para os problemas globais poderia, assim, levar à abolição da esfera política de discussão e à concentração do poder.

Tal apropriação elitista do argumento ecológico negaria o eventual mérito que ele tivesse, mesmo que levasse à adoção urgente de medidas corretivas, pois, como dizem alguns ecologistas, citando Gandhi, o fim é o meio. O autonomismo não tenta controlar o tempo, freando-o ou acelerando-o, através de uma divisão clara entre fins e meios. Ao contrário, deixa-o fluir livremente. Na perspectiva de uma internacionalização em bases democráticas, há que reconhecer a existência de uma multiplicidade de maneiras de solucionar os problemas, de distintas globalidades e urgências, segundo os países. A democratização e autonomia, se não forem meras armas retóricas do imobilismo, facilitam a expressão do espírito crítico e o livre curso das informações, liberando as pressões em favor das mudanças necessárias e favorecendo um maior controle social, em bases igualitárias, sobre ações egoístas e isoladas.

CONCLUSÃO: Naturezas mortas

"Le temps est venu de nouvelles alliances... entre l'histoire des hommes, de leurs sociétés, de leurs savoirs et l'aventure exploratrice de la nature."

(Ilya Prigogine e Isabelle Stengers)

O ecologismo contemporâneo surge no seio da crise da modernidade e toma partido em relação a ela. Refiro-me à modernidade não no sentido estreito do industrialismo e das conquistas tecnológicas e científicas que se materializaram sobretudo a partir do Século XIX. Embora na modernidade um papel central seja ocupado pelo conhecimento científico e tecnológico, ela não se limita à perspectiva da razão instrumental e ao tecnocentrismo. O marco para a modernidade, num sentido mais radical, é o humanismo renascentista. Com ele o homem passou a considerar-se autor de sua história e a buscar em si próprio os critérios de legitimidade de seu poder e de sua obra política, os quais deixaram de ser determinados de fora, pela natureza das coisas ou por Deus. A própria idéia da autonomia da razão humana, que se firmou com o iluminismo, já estava embrionariamente presente no humanismo renascentista. Os conceitos de povo, de indivíduo e de sociedade foram-se forjando ao longo dos séculos XVI a XVIII e contribuíram para firmar as noções de soberania popular e de direitos individuais e do homem e a versão moderna da idéia de democracia. Também no plano das relações entre Estados, a modernidade implica a noção de um mundo ou um sistema internacional construídos por Estados nacionais autônomos, sujeitos de uma ordem e de uma história mundiais. Mesmo que alguns dos valores modernos tenham nascido na Europa, a modernidade não é etnocêntrica e tem, ao contrário, a universalidade como um de seus principais valores. Precisamente por causa dessa universalidade pode aceitar contribuições de distintas culturas. Por isso nem tudo que simboliza a modernidade vem da Europa e nem tudo que é arcaico provém das culturas indígenas da América, África e Ásia.

À luz dessas características básicas da modernidade, creio que o ecologismo contemporâneo pode assumir três perspectivas distintas: moderna conservadora, pré-moderna ou neo-moderna.

Existem, em primeiro lugar, correntes tecnocêntricas que crêm que todos os males ecológicos contemporâneos podem ser sanados com mais industrialismo e com mais progresso. Esta é a perspectiva da modernidade conservadora, que tem por marco a Revolução Industrial, especialmente sua razão instrumental e sua visão estreita da história, na qual predomina a crença no progresso linear baseado no desenvolvimento tecnológico e conduzido por uma mão invisível. A Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, já em curso, aprofundaria as conquistas da primeira, sendo o liberalismo e o individualismo suficientes para divisar, a partir do próprio mercado, solução para os problemas ecológicos contemporâneos.

Do lado oposto, encontram-se as correntes ecocêntricas. Elas elaboram uma crítica pertinente à modernidade conservadora, mas acabam negando qualquer noção de progresso, seu anti-humanismo desemboca no determinismo naturalista e parece-lhes válido propor que a própria modernidade deve ser abandonada. Deixam de lado valores modernos ainda não totalmente alcançados em muitos países, como o dos direitos do homem, pondo em seu lugar a noção de direitos da natureza. Não seria suficiente repensar o contrato social. Caberia realizar um novo tipo de contrato: o contrato natural. Existe aqui uma vã tentativa de transformar uma natureza mediada pelo imaginário humano no sujeito de um mundo e de uma história que só fazem sentido na estreita percepção humana. Nessa perspectiva pré-moderna, a ordem social e política seria determinada de fora, pela natureza, assim como na Idade Média por Deus, sendo a autonomia humana substituída pela heteronomia.

Finalmente, algumas perspectivas ecológicas, sem negarem os ideais básicos da modernidade, propõem um neo-humanismo ecológico. Entre, de um lado, a visão de uma pura descontinuidade histórica e da ausência de sentido nas ações humanas e, de outro, a de uma história linear em permanente progresso e perfeitamente controlável e controlada pelo homem, é possível conceber que as ações humanas tenham sentido e consequência, mesmo não sendo capazes de controlar o curso da história e exercendo-se num contexto de indeterminação social. Entre a noção de que o homem pode e deve controlar crescentemente a natureza e a de que é determinado pela natureza, é possível pensar que homem e natureza são uma só coisa, sendo os valores e direitos da natureza referidos ao homem. Entre o individualismo exacerbado e o holismo naturalista, situam-se a autonomia e o sujeito humanos.

Ivan Illich afirma que "dois terços da humanidade ainda podem evitar passar pela idade industrial, ao escolher agora mesmo um equilíbrio pós-industrial em seu modo de produção que as nações hiperindustriais serão forçadas a adotar como alternativa para o caos."¹³⁹ E acrescenta: "Para formular uma teoria sobre uma sociedade futura ao mesmo tempo muito moderna e não dominada pela indústria, será necessário reconhecer limites e escalas naturais. Devemos chegar a admitir que somente dentro de limites

podem as máquinas tomar o lugar dos escravos; além desses limites, levam a um novo tipo de servidão... Desde que esses limites sejam reconhecidos, torna-se possível articular a relação triádica entre pessoas, instrumentos e uma nova coletividade. **Tal sociedade, na qual as tecnologias modernas servem indivíduos politicamente interrelacionados em vez de administradores, chamarei de 'convivial'.**" ¹⁴⁰

Numa perspectiva neo-moderna, esta nova sociedade não nega o aperfeiçoamento da técnica e do saber. Se houve um distanciamento entre o homem e as técnicas que criou, se seu industrialismo se provou insustentável, se seu artificialismo pôs em risco a própria sobrevivência de seu mundo, então sua técnica e sua ciência foram pouco sábias e seu progresso foi em parte ilusório. Não se requer menos ciência, mas mais ciência. O que não se pode, contudo, é ter uma visão pré-concebida da ciência. O aperfeiçoamento tecnológico, encarado como positivo, não necessariamente se dá através de maior grau de artificialismo e de industrialização. O neo-humanismo ecológico propõe, no fundo, uma nova forma de relação com a ciência, com a técnica, com o progresso e, enfim, com a história, sem, contudo, negá-los.

A revisão da noção de progresso, em particular, tem implicação também para as relações entre os povos. A perspectiva neo-moderna se afasta igualmente de dois extremos: o que identifica a modernidade com o modelo de progresso material alcançado na Europa e nos Estados Unidos, cabendo aos demais países apenas a cópia daquele modelo e o que, no outro extremo, julga que, com o esgotamento desse modelo, melhor seria manter as culturas tradicionais fechadas e ensimesmadas. Segundo a visão neo-humanista ecológica, não há garantia de que a humanidade esteja caminhando no sentido do melhor (não há, portanto, garantia de progresso). No entanto, não se deve renunciar à possibilidade de maximizar as chances de que isto ocorra, pois as ações humanas são conseqüentes. Deste ponto de vista, entre a cópia e o ensimesmamento, é possível adotar uma postura verdadeiramente universalizante: procurar universalizar os valores locais com potencial de serem universalizados; importar todos aqueles adequados às realidades locais.

A revisão neo-humanista ecológica atinge também o conceito de desenvolvimento, que serviu inclusive como critério para a classificação dos países em escala internacional. A concepção do esforço de desenvolvimento, dentro das formulações tradicionais, compreendia a divisão entre um presente em que sacrifícios e danos ambientais eram considerados necessários e um futuro em que este sacrifício seria pago com desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento implicava blocos estáticos de tempo, o tempo presente do subdesenvolvimento e o futuro de desenvolvimento, funcionando a experiência dos países desenvolvidos como modelo de futuro. A passagem de um estágio a outro se daria num momento preciso, o da revisão ou superação da estrutura ou ordem econômica internacional. Pressupunha-se um relativo apagamento dos sujeitos nacionais, diante das realidades estruturais. Isto levava a uma atitude de espera. Era como se os países em de-

envolvimento não tivessem poder algum de gerar mudanças por si próprios na ordem internacional.

O conceito de desenvolvimento sustentável - que pode ser entendido simplesmente como o verdadeiro desenvolvimento, já que deixa de ser desenvolvimento aquele que não se sustenta - tenta romper com as formas de desenvolvimento nos moldes da experiência passada do Primeiro Mundo. Pretende distribuir o tempo de maneira uniforme, propondo que o que é válido para o presente deve ser para o futuro. O planejamento do desenvolvimento teria que preocupar-se não apenas com o problema econômico da distribuição dos recursos numa geração, mas também com a distribuição de um estoque limitado de recursos entre a atual e as futuras gerações. Numa perspectiva neo-humanista, a sustentabilidade do desenvolvimento deve repousar sobre o aproveitamento das condições de cada um, sobre a pluralidade de formas de aprimoramento espiritual e material, sobre o respeito às culturas locais e sobre formas imaginativas próprias para a preservação dos recursos naturais. Em suma, ela deve apoiar-se sobre sujeitos nacionais autônomos, que não utilizem a experiência presente dos países desenvolvidos como modelos de futuro, mas como formas de aprimoramento das próprias experiências nacionais.

Seria ilusório crer que, como o padrão de desenvolvimento da revolução industrial parece ter fracassado e deve ser revisto, os países em situação internacional desfavorável seriam os próprios países desenvolvidos, o futuro pertencendo àqueles que somente incorporaram tal padrão marginalmente, através de sua condição subdesenvolvida. Nenhuma nova forma de desenvolvimento pode fazer tábula rasa das conquistas do passado. É a partir do desenvolvimento industrial já alcançado que se passa para o novo industrialismo; é a partir das bases da revolução tecnológica do século XIX que se dão os avanços da nova revolução tecnológica; é sobre a base de conquistas científicas que se dão as novas revoluções científicas. Não há por que crer, portanto, que as mudanças por que passa o mundo e, em especial, a eventual revisão das formas de desenvolvimento estabelecidas tornem obsoleta a categoria política de países em desenvolvimento, já que inclusive existe o risco de que as desigualdades internacionais, em vez de diminuir, aumentem. Enquanto a desigualdade internacional continuar a existir de fato, a distinção entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, sua aglutinação política, bem como seus diferentes enfoques internacionais, poderão permanecer, mesmo que para alguns dentre estes países essa categorização deixe de fazer sentido, por razões políticas ou econômicas.

Os países em desenvolvimento não têm, porém, diante de si apenas as perspectivas da mera espera de uma nova ordem econômica internacional ou da assimilação uniformizadora do progressismo individualista que parece ainda predominar no mundo desenvolvido. Podem tentar seguir modelos próprios de desenvolvimento econômico, cultural ou tecnológico, o que se

traduziria em seu próprio benefício, com conseqüências também positivas para o meio ambiente, inclusive em sua expressão global. O ecologismo neo-humanista neste caso abre oportunidades para os países em desenvolvimento, ao mantê-los relativamente independentes de modelos pré-fixados de desenvolvimento no Norte e ao liberar sua imaginação e criatividade, favorecida, ademais, pelos laços que estabelecerem entre si. Mas seguir caminhos autônomos não implica fechamento nacionalista nem negação da interdependência entre os Estados; não significa aceitar a crença na auto-suficiência, mas conquistar a opção de escolha do que é adequado produzir, copiar ou importar.

Para os países desenvolvidos, é possível que a avaliação concreta das possibilidades históricas leve à conclusão de que o melhor cenário que se lhes apresenta é não perder os altos padrões de desenvolvimento já alcançados, assegurando, a partir de agora, que ele seja menos predador e ambientalmente mais sadio. Sua estratégia ambiental passa pela aceleração da revolução tecnológica, pela venda de tecnologia não poluente a outros países, pelo aumento das condicionalidades ambientais nos empréstimos de instituições multilaterais de desenvolvimento e alguns esforços ambientais globais que envolvam também países do Terceiro Mundo. Pode favorecer o congelamento das atuais desigualdades econômicas internacionais, ao enfatizar a necessidade de que, para que os padrões atuais de produção e consumo sejam minimamente sustentáveis nos países desenvolvidos e adicionalmente a seus esforços próprios de adaptação, outros países desistam de alcançar patamares semelhantes de produção e consumo. O conservadorismo pode vir a ser, assim, a ideologia mais adequada à estratégia ambiental dos países desenvolvidos.

A perspectiva própria dos países do Sul, ao contrário, parece ser a da mudança, não por mero mudancismo e busca do novo pelo novo, mas porque não podem conformar-se com sua situação social e econômica, com sua insuficiência tecnológica e financeira, nem com o desequilíbrio do uso dos recursos do Planeta. A questão do desenvolvimento econômico não desaparece para os países pobres, assim como a do aprimoramento cultural, moral ou político do homem. Sua estratégia ecológica não refletiria sua inserção atual no mundo e as aspirações de seus povos se não incorporasse o combate à pobreza e à fome; a reivindicação da adicionalidade de recursos para seus projetos ambientais; a posição favorável à transferência tecnológica do Norte para o Sul em condições mais vantajosas que as de mercado; a defesa da diversidade cultural e do desenvolvimento tecnológico autóctone e a democratização das estruturas de poder nacionais e internacionais.

Países em desenvolvimento aceitam às vezes como fatalidade sua condição periférica e dependente, o que faz com que se abram, de forma subordinada, aos modelos dos centros econômicos mundiais. Alternativamente, alguns dentre esses países optam pelo mimetismo e pela integração mais plena no mundo ocidental, tendendo até mesmo a desligar-se da noção de

Terceiro Mundo, pela crença de que estão no trilho seguro do desenvolvimento dos países do Norte, e substituindo a esperança de uma nova ordem pela da ascensão a novo lugar na ordem atual. Existe aqui uma tendência a adotar-se uma perspectiva neo-progressista, ou seja, a do padrão do humanismo clássico criticado pelo ecologismo. A integração forçada ou voluntária com o Norte tem sido, aliás, favorecida pela crise financeira internacional, que deixou os países devedores passíveis de terem suas políticas econômicas ditadas de fora. É provável nestes casos a manutenção das disparidades e da condição dependente e periférica do Sul em relação ao Norte, pois a teia de relações que se fortalece, dentro de um mesmo padrão de desenvolvimento, assegurará ao Norte o domínio de todo o processo de desenvolvimento do Sul, do que deverá ou não ser para ele transferido, impedindo ao mesmo tempo o surgimento de soluções autóctones.

A perspectiva neo-humanista, no plano internacional, pressupõe a existência de sujeitos nacionais autônomos, com capacidade criativa própria, agindo no âmbito de uma ordem internacional democrática. A liberdade política internacional deveria também conjugar-se a uma maior igualdade entre os Estados quanto ao aproveitamento dos recursos do Planeta.

Pode parecer um risco demasiado grande deixar na dependência de Estados nacionais a implementação de políticas ambientais globais. A maior democratização do sistema político internacional poderia favorecer países que optam pelo imobilismo. A alternativa, contudo, de reforçar a centralização decisória pode ter conseqüências ainda mais graves a longo prazo. Isto não é verdade apenas porque a diversidade cultural e de produção material pode melhor ajustar-se a considerações ambientais do que a uniformização ou porque as necessárias mudanças nas mentalidades e nos comportamentos não se conseguem através da coerção e sem a colaboração dos vários agentes individuais e coletivos.

Uma razão mais decisiva é que os problemas ambientais não são algo que possa ser resolvido de uma só vez. Surgem problemas novos à medida mesmo que a humanidade caminha para a solução dos problemas contemporâneos. Por isso tão importante quanto a implementação da solução correta para os problemas atuais de meio ambiente é a estrutura institucional para a solução dos problemas futuros. Tão importantes quanto a cooperação entre os Estados para solucionar problemas ambientais específicos, são as instituições políticas internacionais sobre as quais ela se funda, as bases morais e a forma dessa cooperação, que são o esteio do tratamento permanente dos problemas ambientais.

A consciência para a globalidade dos problemas ambientais decorre de uma globalização que tem base empírica. A internacionalização é um fenómeno observável sob vários prismas. As comunicações tornaram a Terra uma aldeia global. Os fluxos de recursos financeiros bem como os produtos se deslocam rapidamente em todo o mundo. Existe cada vez mais um único sistema económico internacional. Existem aspirações comuns, valores uni-

versais. Mais do que nunca, para a humanidade, a Terra é uma só. Sua imagem, vista dos satélites, sem dúvida simboliza estes novos tempos.

Por outro lado, a Terra são muitas. Não desaparecem os interesses nacionais, mesmo quando se coloca a questão da sobrevivência de toda a humanidade. Seria o mesmo que dizer que, porque existe um interesse nacional ou uma vontade geral, não há lugar para sujeitos individuais, quando, ao contrário, são eles a base para a existência mesma do vínculo nacional, social ou coletivo. As diferenças entre os homens, suas distintas condições, paixões e interesses, continuam a ser o fermento de suas lutas e composições políticas.

De forma semelhante, a existência de problemas globais que devem ser enfrentados através de um enfoque cooperativo entre os Estados não leva à aceitação da uniformização de objetivos ecológicos no mundo, não faz com que desapareçam interesses regionais ou nacionais e nem dissolve o clima de oposição entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A única forma de fazer com que tal oposição desapareça é tornar obsoleta a idéia de país em desenvolvimento, não pela simples crítica do conceito, mas pela virtual eliminação da profunda desigualdade econômica e social internacionais. Todos podem defender os interesses da humanidade e, ainda assim, ter cada um sua maneira particular de ver esses interesses. A agenda ambiental dos países em desenvolvimento não pode, por conseguinte, ser a mesma dos países desenvolvidos.

Além disso, é da própria resolução dos problemas entre os homens, é da superação da desigualdade e da injustiça e da criação de uma estrutura democrática estável, que depende a solução dos problemas maiores que afetam o mundo e que interessam a todos indistintamente. É importante ter presente o que já dizia O'Riordan, em seu artigo "Environmental ideologies", que o presente dilema global é "a inaceitável má distribuição de recursos, riqueza, poder e bem estar ambiental entre os povos do mundo" e que "é o tema da justiça social que é central ao debate ambiental."¹⁴¹ E acrescentava: "A presente 'crise ambiental' não é uma questão de poluição ou de escassez de recursos ou mesmo de caos econômico, é simplesmente de injustiça, a injusta distribuição de riqueza e de uso de recursos em relação à propriedade do valor do recurso. A acusação com a qual se confrontam as nações ricas e seus prósperos habitantes é seu direito moral de ser **tão ricos, tão poderosos, tão licenciosos** em seu consumo de recursos num mundo o qual evidentemente não pode tratar todos tão bem e na realidade não pode tolerar este desequilíbrio por muito mais tempo."¹⁴²

Embora desejável, sob vários aspectos, o neo-humanismo ecológico encontra enormes barreiras para se fortalecer, não apenas diante do anti-humanismo ecológico, mas sobretudo da persistência das formas tradicionais de encarar o progresso, o desenvolvimento, o sujeito humano na história e, em suma, a relação do homem com a natureza. Na atualidade, tudo indica que as soluções para os problemas ao mesmo tempo econômicos e ecológi-

cos da humanidade serão cada vez mais buscadas pura e simplesmente na reinvenção - pelas forças de mercado e estrutura empresarial das principais economias ocidentais - do progresso nos moldes daquele inaugurado pela revolução industrial.

É dominante, sobretudo nos meios empresariais, a crença na capacidade humana de vencer qualquer obstáculo econômico ou ecológico através da tecnologia. Não haveria, portanto, necessidade de alterar, a não ser através de uma revolução tecnológica, os modelos econômicos do capitalismo. Esta perspectiva, que parte da aceitação do presente, se vê como realista. Sua imagem de futuro não é senão a do presente e do moderno amplificados. Pretende resolver os problemas ambientais pela criação de mais artifício, mediante, por exemplo, soluções biológicas e genéticas para problemas ambientais decorrentes da industrialização e um industrialismo crescente em campos novos.

Alguns ecologistas crêem que essa perspectiva implicaria uma segunda morte da natureza. Para eles, não apenas a natureza como tal já morreu, mas ela pode morrer uma segunda vez, precisamente com as soluções trazidas pelos novos avanços científicos e tecnológicos. Enquanto o primeiro assassinato cometido pelo homem contra a natureza fora acidental, o segundo caracterizaria um crime premeditado.¹⁴³

Se entendermos, contudo, a natureza como "physis", ela não pode ser senão sempre natureza morta. Dizia o primeiro filósofo conhecido que criticou a idéia de natureza, Empédocles de Agrigento: "não há natureza para nenhuma das coisas mortais, nem nenhum fim em destruidora morte, mas somente mistura e dissociação das misturas, as quais os homens chamaram natureza."¹⁴⁴ Marx afirmava, por sua vez, em sua tese sobre Epicuro: "Os átomos são efetivamente a substância da natureza, de onde tudo brota e tudo se dissolve... Formam-se novos fenômenos, mas o próprio átomo permanece sempre no fundo como sedimento. Assim, quando se pensa o átomo de acordo com o seu puro conceito, é o espaço vazio, a natureza destruída, que é a sua existência... O átomo enquanto tal não existe senão no vazio. Assim, a morte da natureza tornou-se a substância imortal."¹⁴⁵ Entendida a natureza neste sentido da "physis", seria, assim, impossível distinguir a natureza limpa da natureza poluída. Além disso, o natural e artificial fariam parte de uma mesma natureza morta. Mas esta natureza morta não poderia ser oposta a uma natureza viva. Talvez neste sentido Nietzsche recomendava que "evitemos dizer que a morte seria o oposto da vida. O vivo não é senão um gênero do que está morto, e um gênero bastante raro."¹⁴⁶

Para que a natureza possa ter vida e morte é necessário que ela seja entendida não como "physis", mas em oposição à cultura, à civilização ou a tudo aquilo que é fabricado pelo homem. Neste sentido, seria possível afirmar que a natureza já foi viva, mas, segundo crêem muitos ecologistas, está moribunda ou, em grande parte, morta. O que se chama freqüentemente de natureza não é senão algo que já é produto de uma relação com o homem e

de cujo dinamismo os homens participaram através de sua intervenção. Num continente como o europeu, aquilo que se entende por natureza é algo que já foi modificado várias vezes pelo homem. O uso do solo, dos rios, a topografia, as plantações, até os animais tiveram uma interrelação por milhares de anos com a presença humana. Se a natureza existiu, é impossível determinar sua essência primeira e, em grande medida, já não mais existe. O historiador Lynn White Jr. conta, por exemplo, que certa vez Aldous Huxley discorria sobre os tristes resultados da ação humana sobre a natureza e, para ilustrar seu argumento, relatou seu regresso a região inglesa que conhecia de criança. A grama que outrora a recobria agora estava invadida por matagal. Os coelhos, que antes mantinham sob controle o crescimento deste matagal, haviam sucumbido a doença deliberadamente introduzida pelos fazendeiros locais para reduzir a destruição que provocavam em suas plantações. Lynn White Jr. interrompeu-o, então, "para assinalar que o próprio coelho tinha sido trazido como animal doméstico para a Inglaterra em 1176, presumivelmente para melhorar a dieta de proteína do campesinato."¹⁴⁷ Na realidade, chega a ser mesmo impossível determinar a natureza entendida como algo original, isento da intervenção humana. Talvez, por isso, dizia Clément Rosset, ao comentar a *Historia naturalis* de Plínio, o Velho: "nunca sabemos quem era a natureza; deveremos nos contentar em saber que ela foi assassinada."¹⁴⁸

Em três sentidos, portanto, a natureza está totalmente ou em parte morta, no da "physis", no da natureza como origem isenta da intervenção humana e no da natureza criada pelo homem. Nos três casos, a natureza morta não pode ressuscitar, já que, mesmo naquele em que se reconhece que ela viveu, seria necessária para isso a retroatividade do tempo. Será, então, que a natureza não existe e é impossível sua conservação ou preservação? Será que a única preservação possível é a da própria natureza morta ou a do artifício? Será que, diante destas naturezas mortas, nada podemos fazer e que as preocupações ecológicas se movem num universo ilusório?

A construção de diques pelos holandeses levou à morte da natureza, mas não se pode dizer com segurança que sua construção foi um mal para a população holandesa. "Por cerca de mil anos ou mais os frísios e holandeses têm recuado o Mar do Norte... Que tal se espécies de animais, aves, peixes, vida costeira, ou plantas morreram no processo?"¹⁴⁹ Os holandeses hoje em dia defendem a não poluição da atmosfera global para evitar que os mares subam em decorrência do aquecimento da Terra e, assim, preservar seu artifício. Será que deveríamos pedir que tentassem restabelecer os oceanos sob seus diques e reavivar as espécies possivelmente mortas com seu processo artificial de invasão do oceano? Em casos como estes, será que, de fato, o que é eticamente correto é preservar a natureza e, se for este o caso, que natureza, então, se deseja preservar? Em outro exemplo, como interpretar o salvamento "artificial" de baleias bloqueadas pelo gelo, como defesa da natureza ou reforço do artifício?

Qual será a natureza morta, já que aquela que significa a negação do artifício não é senão um artifício de segundo grau? Nenhum ecologista terá dúvida de dizer o que é natural e o que não é natural. A natureza que morre é aquela de espécies inteiras que desaparecem, seja no reino animal seja no vegetal, tratando-se, portanto, de preservar a diversidade das espécies. Pouco importa se um bosque foi totalmente plantado pelo homem em região onde nunca antes tivesse nascido uma árvore. O resultado será vida e natureza. A natureza não tem que ser a natureza original. A floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, foi plantada pelo homem e não passaria pela cabeça de qualquer ecologista defender, por isto, sua destruição. A natureza são as árvores, os animais, os rios, o homem; é, em geral, o rural. Não são as máquinas, nem as construções urbanas, nem o resultado das manipulações genéticas.

Mas o que une isto tudo, como critério de natureza para a ação do ecologista, senão uma visão ética e cultural? Se ele eventualmente aceitar a abertura de um canal ou a construção de um dique e reprovar a atitude de comer carne, obviamente o critério não será o da oposição do natural ao artificial. Se os leões, ao comerem carne, praticam um ato natural e se os homens não devem fazer o mesmo, a razão para isso será, não a da obediência à natureza, mas uma razão ética, cultural ou, caso assim se comprovasse, de saúde. Não se trata propriamente de defender a natureza, mas um estilo de vida.

Na realidade, nenhum dos conceitos de natureza pode ser utilizado com segurança como base para a conservação do meio ambiente. O critério da existência ou não de intervenção humana nos levaria a tentar restabelecer os mares sobre o território da Holanda. O conceito de natureza como "physis" não permite as diferenciações que o ecologismo faz entre a natureza limpa e a natureza poluída. Não é suficiente, por outro lado, imaginar os problemas ecológicos como equacionáveis unicamente a partir de uma criação (artificial) da natureza, através de modificações das composições químicas ou, em certos casos, da aplicação da tecnologia corretiva, já que algumas tecnologias novas colocam problemas éticos que não podem ser ignorados pela ecologia.

As questões ambientais, no fundo, não são redutíveis a uma química, assim como é inútil tomar como referência para o ideal ambiental um estado original. A pureza ou impureza não são valores absolutos, que tomam como referência um estado original não corrompido, que exista em si, independentemente do homem. Ao contrário, são relativas, em dados contextos sociais e históricos, à saúde humana, animal e vegetal ou a uma interrelação entre elas. Impossível, por exemplo, opor o alimento químico ao não químico, já que nada há que não seja químico, ou julgar o conteúdo químico de um alimento, a não ser por seus efeitos no organismo que o digere. Diz Stephen Cotgrove que "a poluição é... um conceito social... Como Mary Douglas coloca sucintamente, 'sujeira é matéria fora de lugar.'"¹⁵⁰ Há, segundo

ele, sempre uma questão de significado, já que o julgamento de que determinado nível constitui poluição vai além das leituras nos medidores.

É também inútil utilizar a extensão da intervenção humana como critério de julgamento para a deterioração ambiental ou tentar adaptar o homem a sistemas pensados com sua total ausência. É necessário reconhecer, como já assinalai, que o dinamismo natural pressupõe a participação humana, pelo menos quanto àquela natureza que o envolve e o circunda, pensando homem e natureza como uma só coisa e não numa relação de exterioridade.

Na realidade, as questões ambientais devem ser decididas em bases não apenas ecológicas ou mesmo econômicas, mas também políticas e morais. Ou talvez se deva dizer que o ecológico é essencialmente político e moral ou que ele deve ser subordinado ao universo da política e da moral. É também no terreno político e moral que podem melhor ser conjugadas as ações ambientais com outras que a humanidade julga igualmente importantes para sua preservação e desenvolvimento. O neo-humanismo ecológico, ao reconhecer ou tornar explícita a presença humana nas várias dimensões da questão ecológica, pode melhor situá-la nesta perspectiva moral e política.

NOTAS

1. Clément Rosset, *A anti-natureza*, p. 179-186, 202-205.
2. Norberto Bobbio, *Sociedade e estado na filosofia política moderna*, p. 49-50.
3. Martin Heidegger, "Ce qu'est et comment se détermine la physis." In: *Questions II*, p. 180.
4. Norberto Bobbio, *Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant*, p.88; Idem, *Sociedade e estado na filosofia política moderna*, p. 55.
5. Claude Lefort, "La naissance de l'idéologie et l'humanisme." In: *Les formes de l'histoire*, p. 265.
6. Alain Renaut, *L'ère de l'individu*, p. 14, 16 e 53.
7. Louis Dumont, *O individualismo*, p. 67, 75, 151, 161, 165 e 167.
8. Gerd Bornhein, *As origens antagônicas da ecologia*, p. 10.
9. David Pepper, *The roots of modern environmentalism*, p. 80.
10. Idem, *ibidem*, p. 84.
11. Michel Foucault, *Les mots et les choses*, p. 139; ver para esta discussão, o capítulo V, "Classer", p. 137 a 176.
12. Para uma análise do surgimento da ciência econômica, ver o capítulo VI, "Échanger", de *Les mots et les choses*, de Michel Foucault.
13. Aloisio Barboza de Araujo, *O meio ambiente no Brasil*, p. 6.
14. Anna Bramwell, *Ecology in the 20th. century*, p. 13 e 14. Em 1895, é fundado, por exemplo, na Inglaterra, o "National Trust", e em 1892 surge, nos Estados Unidos, a organização "Sierra Club". Para um histórico dessas organizações, ver Philip Lowe e Jane Goyder, *Environmental groups in British politics*. Ver também David Pepper, *The roots of modern environmentalism*, p. 14 e Stephen Cotgrove, *Catastrophe or cornucopia*, p. 2.
15. Anna Bramwell, *Ecology in the 20th. century*, p. 162.
16. Idem, *ibidem*, p. 161.
17. Idem, *ibidem*, p. 4.
18. David Pepper, *The roots of modern environmentalism*, p. 15.
19. Andrew Brennan, *Thinking about nature*, p.3.
20. Anna Bramwell, *Ecology in the 20th. century*, p. 13.
21. Sérgio Paulo Rouanet, *As razões do iluminismo*, p. 261.
22. Idem, *ibidem*, p. 270-271.
23. Daniel Cohn-Bendit, *De l'écologie à l'autonomie*, p. 89.
24. Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifeste du Parti Communiste*, p. 137.
25. São os casos, entre outros, de Abbie Hoffman, nos Estados Unidos, Daniel Cohn-Bendit, na França, ou de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, no Brasil.
26. Cf. Stephen Cotgrove, *Catastrophe or cornucopia*, p. 102-103, e T. O'Riordan, *Environmental ideologies*, p.6.
27. De resto, muitos ecologistas se definem como eco-socialistas. Sobre o tema do eco-socialismo, vide, entre outros, Martin Ryle, *Ecology and socialism*, e René Dumont, *Un monde intolérable e Seule une écologie socialiste*.
28. Mary Helena Allegretti, *Las organizaciones ambientales no-gubernamentales de America del Sur*, p. 5 e 6. Ver também Stephen Cotgrove, em *Catastrophe or cornucopia*, p. 5 e 6.
29. *Stephen Cotgrove, Catastrophe or cornucopia*, p. 6 e 7.
30. Holmes Rolston III, *Environmental ethics*, p. 35.

31. Idem, *ibidem*, p. 36-38. Embora, neste caso, se trate, para Rolston, de seguir a natureza no sentido homeostático (de homeostase), ou seja, agir de tal forma a não prejudicar a estabilidade do ecossistema, esta não é senão uma forma particular de seguir a natureza em sentido relativo.
32. Citado por Clément Rosset, *A anti-natureza*, p. 13.
33. Holmes Rolston, III, *Environmental ethics*, p.1.
34. Idem, *ibidem*, p.133.
35. Para uma análise das concepções recentes da ética ambiental, que resumirei a seguir, ver Holmes Rolston III, *Environmental ethics*; do mesmo autor, *Philosophy gone wild*; Roderick Frazier Nash, *The rights of nature*, e Joel Feinberg, *The rights of animals and unborn generations*.
36. Holmes Rolston III, *Environmental ethics*, p. 131.
37. Cf. Joel Feinberg, *The rights of animals and unborn generations*.
38. Clément Rosset, *A anti-natureza*, p. 35.
39. *As razões do iluminismo*, p.124-125.
40. Alain Renaut, *L'ère de l'individu*, p. 53, 55 e 57.
41. E. Cassirer, *Individu et cosmos dans la philosophie de la Renaissance*. Paris, Éd. de Minuit, 1983, p. 127. Apud Alain Renaut, *L'ère de l'individu*, p. 57.
42. Jürgen Habermas, *Modernity - An incomplete project*, p. 9.
43. Jürgen Habermas, *Modernity - An incomplete project*. Para a discussão mais geral sobre a modernidade, ver também, do mesmo autor, *Le discours philosophique de la modernité*.
44. Jürgen Habermas, *Modernity - An incomplete project*, p. 15.
45. Idem, *ibidem*, p. 14.
46. Martín Heidegger, *The end of philosophy*, p. 93.
47. Daniel Cohn Bendit, *De l'écologie à l'autonomie*, p. 54-55.
48. Cf. Cornelius Castoriadis, *De l'écologie à l'autonomie*, p. 21 e 22.
49. Lynton K. Caldwell, *US interests and the global environment*, p. 6-7.
50. Martín Heidegger, *L'époque des "conceptions du monde"*, p.115.
51. Cf. Alain Renaut, *L'ère de l'individu*, p. 61.
52. David Pepper, *The roots of modern environmentalism*, p.35.
53. Miguel Ozorio de Almeida, *Desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente*, p. 127.
54. Alain Renaut, *L'ère de l'individu*, p. 56, 61, 62 e 80.
55. Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, *La nouvelle alliance*, p. 267.
56. Idem, *ibidem*, introdução e conclusão.
57. Karl Deutsch, *Introduction*. In: *Ecosocial systems and ecopolitics*, p. 13.
58. Idem, *ibidem*, p. 25.
59. Robert G. Burton, *A philosopher looks at the population bomb*, p. 109.
60. Sérgio Paulo Rouanet, *As razões do iluminismo*, p. 268-269.
61. H. Stuart Hughes, *Sophisticated rebels*, p. 144 e 146.
62. Karl Deutsch, *Introduction*. In: *Ecosocial systems and ecopolitics*, p. 12.
63. Michel Serres, *Le contrat naturel*, p. 60.
64. Ignacy Sachs, *Environment and planning; a few directives for research and planning*, p. 36.
65. Idem, *ibidem*, p. 36.
66. E.F. Schumacher, *Small is beautiful*, p. 245 e 249.
67. C. B. Macpherson, *Property*, p. 199-200.
68. Idem, *ibidem*, p. 200-201. Ver também sobre o assunto C. B. Macpherson, *Democratic theory*, p. 120-140. Discuti a questão da propriedade privada e estatal, bem como as implicações de um novo conceito de propriedade, em "A propriedade como condição da liberdade?".
69. E. F. Schumacher, *Small is beautiful*, p.40.
70. Esta é uma das principais conclusões do livro de Nisbet *História da idéia de progresso*.
71. D. Meadows e outros, *The limits to growth*.
72. Idem, *ibidem*, p. 191.
73. Virginia I. Postrel, *Forget left and right - Our politics are breaking down into growth vs. green*.
74. Lynton K. Caldwell, 1992: *Threshold of the postmodern world*, p. 182.
75. *Environment and planning*. In: *Ecosocial systems and ecopolitics*, p. 33.
76. *Our common future*, p. 43. Trata-se do relatório preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelecida pelas Nações Unidas, cujos trabalhos foram presididos por Gro Harlem Brundtland, então líder da oposição no Parlamento da Noruega. O referido relatório foi acolhido pela 42a. Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1987.
77. Para uma discussão sobre as formas de operacionalizar essa revisão das contas nacionais, dentro do

enfoque do desenvolvimento sustentável, ver *Environmental accounting for sustainable development*, em especial o artigo de Salah El Serafy e Ernst Lutz, *Environmental and Resource Accounting*; an overview, p. 1-8. Ver também Henry M. Peskin, *Accounting for natural resource depletion and degradation in developing countries* e Robert Repetto e outros, *Wasting assets*; natural resources in the national income accounts.

78. *Our common future*, p. 43.

79. Aloísio Nunes de Almeida, *Desenvolvimento econômico e meio ambiente*, p.74.

80. Charles Pearson e Anthony Pryor, *Environment: North and South*, p. 347.

81. Idem, *ibidem*, p. 347.

82. Andrew Brennan, *Thinking about nature*, p. xiii.

83. Carlos Minc, *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*, p. 13.

84. José Lutzenberger, *Fim do futuro*, p. 16 e 17.

85. A expressão "Terceiro Mundo" foi utilizada pela primeira vez pelo professor francês Alfred Sauvy, em L' observateur, 14 de agosto de 1952.

86. Nigel Harris, *The end of the Third World*, p. 7.

87. Esta realidade contradizia a tese, por exemplo, de W.W. Rostow, que, em famoso livro sobre "as etapas do desenvolvimento econômico", chegou até a sugerir que se passariam 50 anos entre o "take-off" de um país e sua maturidade econômica. Assim, se admitíssemos que o Brasil teria iniciado seu "take-off" em 1930, em 1980 já seria um país desenvolvido.

88. Miguel Ozorio de Almeida, *Desenvolvimento Econômico e Preservação do Meio Ambiente*, p.127.

89. A principal reunião preparatória foi talvez a do Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento, realizada em Founex (Suíça), de 4 a 12 de junho de 1971. Foi também importante a contribuição, para a posição dos países em desenvolvimento, da reunião regional latino-americana, realizada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no México, de 6 a 11 de setembro de 1971.

90. Na questão do aproveitamento dos recursos de rios internacionais de curso sucessivo, o Brasil esteve, porém, relativamente isolado na Conferência de Estocolmo, em função de divergência inicialmente com a Argentina, que obteve apoio quase generalizado de outros países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia.

91. G.E. do Nascimento e Silva, *O Meio Ambiente e a Política Exterior*, p.59.

92. Vide pronunciamento do Chefe da Delegação brasileira na Conferência de Estocolmo, Ministro Costa Cavalcanti.

93. João Augusto de Araújo Castro, *Environment and development*, p.411.

94. Miguel Ozorio de Almeida, *Desenvolvimento Econômico e Preservação do Meio Ambiente*, p.134.

95. Ver Geraldo Holanda Cavalcanti, *Brasil y Mexico Países del Tercer Mundo?* p. 28, 29 e 32, que faz uma análise rigorosa do conceito de Terceiro Mundo e dos critérios para considerar um país parte do Terceiro Mundo.

96. Especialistas em biodiversidade estimam que 16 países concentram oitenta por cento da biodiversidade global e sete deles quarenta por cento (Brasil, Colômbia, Indonésia, México, Zaire, Madagascar e Austrália). Os demais são Peru, Equador, Venezuela, Tanzânia, Camarões, China, Burma, Malásia e Índia. Cf. informações levantadas por Russell Mittermeier, citadas em J. McNeely, R. Mittermeier e outros, *Conserving the world's biological resources*, p. 63.

97. E. F. Schumacher, *Small is beautiful*, p. 23.

98. João Augusto de Araújo Castro, *Environment and Development*, p. 402.

99. Por exemplo, a do primeiro apêndice de seu *Projeto da Paz Perpétua*, segundo a qual os poderosos não devem recusar nem suprimir de ninguém seu direito por aversão ou por piedade por outros e as máximas políticas não devem originar-se no bem estar ou na felicidade esperadas de sua aplicação, mas, ao contrário, originar-se na pura noção do dever de direito, quaisquer que sejam as conseqüências materiais que disso possam resultar.

100. A imagem da Terra como uma nave espacial, constituindo um sistema fechado com recursos limitados, foi primeiro utilizada, em 1965, por Kenneth Boulding em "The Economics of the Coming Spaceship Earth."

101. Roberto P. Guimarães, *Ecologia e política na formação social brasileira*, p. 15. A citação de Tyler Miller refere-se a *A Living in the environment*, Belmont, California, Wadsworth Publishing Company, 1979, p. 32.

102. Idem, *ibidem*, p. 16.

103. Grifo do autor. Carlos Minc, *op. cit.*, p. 32.

104. Ver, sobre o assunto, Aloísio Barboza de Araujo, *O meio ambiente no Brasil*, p.8 e 57-60. Como afirma este autor, o próprio Clube de Roma reconheceu mais tarde que, mais importante que a taxa de

- crescimento, é a taxa de exploração da natureza, podendo corresponder a uma mesma taxa de crescimento, múltiplas taxas de exploração da natureza. Ver também Ignacy Sachs, *Human Environment*. 105. *Environmental perspective to the year 2000 and beyond*, A/RES/42/186, 30 March 1988, p.22-23.
106. William S. Lind, *Prospects for NATO and Warsaw Pact Force Reductions; a grand strategic view*, p. 15.
107. Grifo do autor. Carlos Minc, *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*, p. 65.
108. Ver, entre outros, Charles Pearson e Anthony Pryor, *Environment: North and South*, p.2.
109. Idem, *ibidem*, p. 346.
110. Celso Furtado, *Análise do modelo brasileiro*, p. 111.
111. James Lovelock já havia publicado o artigo *Gaia as seen through the atmosphere* (*Atmos. Environ.* 6: 579-580) em 1972. Mas o que trouxe notoriedade ao conceito foi o lançamento do livro *Gaia. A New Look at Life on Earth* (Oxford, Oxford University Press) em 1979.
112. Edgar Morin, *Introduction à une politique de l'homme*, p.74.
113. Analisei mais a fundo estas questões em *O segredo e a informação*, p. 49-79, e principalmente em "A paz e a autodeterminação dos povos em Kant".
114. Raymond Aron, *Paix et guerre entre les nations*, p. 741.
115. Idem, *ibidem*, p. 733-734.
116. Jessica Tuchman Mathews, *Redefining Security*, p. 162.
117. Karl Deutsch, *Introduction*. In: *Ecosocial systems and ecopolitics*, p. 14.
118. Barbara Ward e René Dubos, *Only one earth*, p. xviii.
119. Clovis Brigagão, *Amazônia e Antártica: Diagnósticos de Segurança Ecológica*, p. 4.
120. O conceito foi também então discutido na Organização dos Estados Americanos e foi, na década de oitenta, retomado, igualmente sem êxito, no âmbito da Organização das Nações Unidas pela então União Soviética, que lançou a idéia de Segurança Econômica Internacional.
121. Veja-se, a título de ilustração, esta passagem: "Quando há erosão do solo das plantações, falta de abastecimento de água, e as florestas e a cobertura gramínea são exauridas, economias do Terceiro Mundo começam a emperrar ou estagnar, até mesmo a declinar... Quando o crescimento econômico desacelera ou para, tensões sociais emergem e os sistemas políticos se tornam desestabilizados. Frequentemente o resultado é distúrbio civil e franca violência, seja dentro de um país ou com países vizinhos. Este processo é de particular interesse em relação a países nos quais os Estados Unidos têm proeminentes interesses econômicos e de segurança." (Norman Myers, *Environment and security*, p. 24). Jessica Tuchman Mathews também crê que, quando não são consideradas determinadas tendências ambientais, "o declínio econômico resultante leva à frustração, ao ressentimento, à agitação interna ou até à guerra civil." (*Redefining security*, p. 167-168).
122. Jessica Tuchman Mathews chega, às vezes, a atribuir males políticos à perda de florestas, o que pode ser ilustrado pela conclusão de que "enquanto o Haiti não seja reflorestado, nunca será politicamente estável" (Idem, *ibidem*, p. 168). Ver também a já reproduzida citação de Norman Myers, em "Environment and security."
123. João Augusto de Araújo Castro, *Environment and Development*, p. 404.
124. Maurice F. Strong, *Proposal for a project on global security and multilateralism*, p. 18; Jessica Tuchman Mathews, *Redefining security*, p.175.
125. Entendido o patrimônio comum da humanidade como sendo necessariamente suscetível de apreciação econômica, o clima não poderia ser considerado patrimônio, embora seja um "global common". "Global common" não é um conceito jurídico aceito internacionalmente. Não se confunde com o conceito de "res nullius" ou de "res communis" e nem com o de patrimônio comum da humanidade. Enquanto aos mares e espaço exterior podem aplicar-se os primeiros dois conceitos ("res nullius" ou "res communis"), aos fundos marinhos e oceânicos além das jurisdições nacionais aplica-se o terceiro (patrimônio comum), que implica um mecanismo ou instituição supranacional para a gestão coletiva. À biodiversidade, por sua vez, aplica-se até hoje o princípio jurídico da soberania nacional do Estado sobre seus recursos naturais.
126. Dados do Worldwatch Institute. Ver Christopher Flavin, *Slowing global warming*, p.26.
127. Dados colhidos pelo Worldwatch Institute. Ver Christopher Flavin, *Slowing global warming*, p.29.
128. Study on the climatic and other global effects of nuclear war. Report of the Secretary-General (documento A/43/351 da Assembléia Geral das Nações Unidas). Ver também Jeannie Peterson, *Scientific studies of the unthinkable*, p. 60-61.
129. H. Jeffrey Leonard, *Environment and the poor*, p.19 e 23. Ver também sobre as relações entre pobreza e meio ambiente, N. Vijay Jagannathan, *Poverty, public policies and the environment*.

130. A expressão foi primeiro usada por Barry Commoner, em 1971. Ver também David Pepper, em *The roots of modern environmentalism*.
131. Koulas Mellos, *Perspectives on ecology*, p. 146.
132. Idem, ibidem, p. 146 e 148.
133. Robert G. Burton, *A philosopher looks at the population bomb*, p. 113.
134. Thomas Sowell, *Second thoughts about the Third World*, p. 42.
135. E. F. Schumacher, *Small is beautiful*, p. 36-37.
136. Para uma discussão mais aprofundada desta questão, ver João Almino, *A paz e a autodeterminação dos povos em Kant*.
137. A das drogas, por exemplo, que serviu como uma das justificativas para a intervenção norte-americana de dezembro de 1989 no Panamá. Para uma análise do tema das drogas no contexto da segurança política, ver Juan Gabriel Tokatlian, "Segurança e drogas."
138. Algumas correntes ecológicas, aliás, vêem uma contradição fundamental entre o liberalismo ou o neo-liberalismo e o ecologismo. Cf., entre outros, René Dumont, *Un monde intolérable; le libéralisme en question*.
139. Ivan Illich, *Tools for conviviality*, p. xxi.
140. Grifo do autor. Idem, ibidem, p. xxiv.
141. T O'Riordan, *Environmental ideologies*, p. 3.
142. Idem, ibidem, p. 7.
143. É o que creê, por exemplo, Bill McKibben, *The end of nature*, p. 166.
144. *Da natureza*, frag. 8. Apud: Clément Rosset, *A anti-natureza*, p. 131.
145. Karl Marx, *Différence de la philosophie de la nature chez Démocrite et Epicure*. Paris, Ducros, 1970, p.264-265. Apud Clément Rosset, p. 156.
146. Nietzsche, *Le gai savoir*, p. 193.
147. Lynn White, jr., *The historical roots of our ecologic crisis*, p. 75.
148. Clément Rosset, *A anti-natureza*, p. 264.
149. Cf. Lynn White, jr., *The historical roots of our ecologic crisis*, p. 77.
150. Stephen Cotgrove, *Catastrophe or cornucopia*, p. 25. A citação de Mary Douglas se refere a *Purity and danger; an analysis of concepts of pollution and taboo*, London, Routledge and Kagan Paul, 1966.

BIBLIOGRAFIA

1. OBRAS CITADAS

- AHMAD, Yusuf J., Serafy, Salah El e Lutz, Ernst (ed.), *Environmental accounting for sustainable development*. Washington, D.C., The World Bank, 1989.
- ALLEGRETTI, Mary Helena, Las organizaciones ambientales no-gubernamentales de America del Sur: objetivos, recursos, vinculaciones y actividades. Washington, D.C., Segunda Reunión de Consulta con Entidades Públicas y Organizaciones No-Gubernamentales vinculadas con la Protección Ambiental y la Conservación de Recursos Naturales, Banco Interamericano de Desarrollo, 24-26 de mayo de 1989.
- ALMEIDA, Alofsio Nunes de, "Desenvolvimento econômico e meio ambiente". In: *Meio ambiente*, São Paulo, CNPq, 1978, p. 73-81.
- ALMEIDA, Miguel Ozorio de, Desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, 14 (53/54):125-37, mar/Jun. 1971.
- ALMINO, João, A paz e a autodeterminação dos povos em Kant. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, PUC/RJ, jul/dez/ 1987, p.37-45.
- ALMINO, João, A propriedade como condição da liberdade? In: *Folhetim* n. 506. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 de outubro de 1986, p. 2-5.
- ARAÚJO, Aloisio Barboza de, *O meio ambiente no Brasil; aspectos econômicos*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.
- ARON, Raymond, *Paix et guerre entre les nations*. Paris, Calman-Lévy, 1972.
- BOBBIO, Norberto, *Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant*. Brasília, DF., Editora Universidade de Brasília, 1984.
- BOBBIO, Norberto e Bovero, Michelangelo, *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1986.
- BORNHEIN, Gerd, "As origens antagônicas da ecologia". In: *Idéias Ensaio; Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 11, 17 de setembro de 1989.

- BORNHEIN, Gerd, "Reflexões sobre o meio ambiente": um caso político. In: *Rev. Pau Brasil*, DAEE, São Paulo, n. 6, ano I, 1985.
- BOULDING, Kenneth, "The Economics of the Coming Spaceship Earth". In: H. Jarret (ed), *Environmental Quality in a Growing Economy*. Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1965.
- BRAMWELL, Anna, *Blood and soil; R. Walther Darré and Hitler's 'Green Party'*. Bourne End, 1985.
- BRAMWELL, Anna, *Ecology in the 20th. century; a history*. New Haven, Yale University Press, 1989.
- BRENNAN, Andrew, *Thinking about nature*. Athens, University of Georgia Press, 1988.
- BRIGAGÃO, Clóvis, *Amazônia e Antártica: Diagnósticos de Segurança Ecológica*. Seminário Los Cambios en el Sistema Internacional y los Nuevos Desafios a la Soberanía y la Seguridad de America del Sur, 11 a 14 de Julho de 1989, Santiago, Chile, patrocinado pela Comisión Sudamericana de Paz, Seguridad y Democracia.
- BURTON, Robert G., "A philosopher looks at the population bomb". In: Blackstone, William T. (ed.), *Philosophy & environmental crisis*. Athens, University of Georgia Press, 1974, p. 105-116.
- CALDWELL, Lynton K., 1992: "Threshold of the postmodern world". In: *A time to hear and answer*, essays for the bicentennial season. Alabama, The University of Alabama Press, 1977, p. 175-218.
- CALDWELL, Lynton K., *US interests and the global environment*. Muscatine, Iowa, The Stanley Foundation, Occasional Paper 35, February 1985.
- CAPRA, F., *The turning point*. London, Wildwood House, 1982.
- CARSON, Rachel, *Silent spring*. Greenwich, Connecticut, Fawcett Publications, 1962.
- CASTORIADIS, Cornelius et Cohn-Bendit, Daniel, *De l'écologie à l'autonomie*. Paris, Seuil, 1981.
- CASTRO, João Augusto de Araújo, "Environment and development: The case of the developing countries". In: *International Organization*, University of Wisconsin Press, V. 26 (2): 401-416, Spring 1972.
- CAVALCANTI, Geraldo Holanda, "Brasil y Mexico Países del Tercer Mundo?" *Revista Mexicana de Política Exterior*. Instituto Matias Romero de Estudios Diplomáticos, Secretaría de Relaciones Exteriores, Año 2, Num. 7, Abril-Junio, 1985, p. 26-34.

- COMMONER, Barry, *The closing circle; nature, man and technology*. New York, Knopf, 1972.
- COTGROVE, Stephen, *Catastrophe or cornucopia; the environment, politics and the future*. Chichester/New York, John Wiley & sons, 1982.
- DEUTSCH, Karl W., ed., *Ecosocial systems and ecopolitics; a reader on human and social implications of environmental management in developing countries*. Paris, UNESCO, 1977.
- DUMONT, Louis, *O individualismo; uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.
- DUMONT, René, *Un monde intolérable; le libéralisme en question*. Paris, Editions du Seuil, 1988.
- EHRlich P R, Ehrlich A H, *Population, resources, environment*. San Francisco, Freeman, 1972.
- FEINBERG, Joel, "The rights of animals and unborn generations". In: Blackstone, William (ed.), *Philosophy & environmental crisis*. Athens, University of Georgia Press, 1974, p.43-68.
- FERRY, Luc et Renaut, Alain, *La pensée 68; essai sur l'anti-humanisme contemporain*. Paris, Gallimard, 1988.
- FLAVIN, Christopher, *Slowing global warming; a worldwide strategy*. Worldwatch Paper 91. Washington, D.C., Worldwatch Institute, October 1989.
- Founex report: development and environment; report and working papers of a panel of experts convened by the Secretary General of the United Nations Conference on the Human Environment*. Paris, Mouton, 1972.
- FOUCAULT, Michel, *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1966.
- FURTADO, Celso, *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1982.
- GUIMARÃES, Roberto P., *Ecologia e política na formação social brasileira; trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Mecanismos de Controle Social para a Preservação do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro, CENDEC/SEPLAN/PNUD, 28 e 29 de outubro de 1987, 66 p. Mimeografado.
- HABERMAS, Jürgen, *Le discours philosophique de la modernité*. Paris, Gallimard, 1988.
- HABERMAS, Jürgen, "Modernity - An incomplete project". In: *The anti-aesthetic; essays on postmodern culture*. Port Townsend, Washington, Bay Press, 1983, p.3-15.

- HARDIN, Garret, "Tragedy of the commons". In: *Science*, 162, 1243-1248, 1968.
- HARDIN, Garret, "Living on a lifeboat". In: *BioScience*, 24, 10, 1974.
- HARRIS, Nigel, *The end of the Third World; newly industrializing countries and the decline of an ideology*. Middlesex, England, Penguin Books, 1987.
- HEIDEGGER, Martin, *The end of philosophy*. New York, Harper & Row Publishers, 1973.
- HEIDEGGER, Martin, "L'époque des conceptions du monde". In: *Chemins; qui nement nulle part*. Paris, idées/Gallimard, 1980, p. 99-126.
- HEIDEGGER, Martin, *The question concerning technology; and other essays*. New York, Harper & Row Publishers, 1977.
- HEIDEGGER, Martin, *Questions II*. Paris, Gallimard, 1968.
- HUGHES, H. Stuart, *Sophisticated rebels; the political culture of european dissent 1968-1987*. London, Harvard University Press, 1988.
- ILLICH, Ivan, *Tools for conviviality*. New York, Harper & Row, Publishers, 1973.
- JAGANNATHAN, N. Vijay, *Poverty, public policies and the environment*. Washington, D.C., World Bank, Environment Working Paper No. 24, december 1989.
- LEFORT, Claude, *Les formes de l'histoire; essais d'anthropologie politique*. Paris, Gallimard, 1978.
- LEONARD, H. Jeffrey et alii, *Environment and the poor: Development strategies for a common agenda*. New Brunswick (USA) and Oxford (UK), Transaction Books, Overseas Development Council, 1989.
- LIND, William S., Prospects for NATO and Warsaw Pact force reductions; a grand strategic view. Paper for Cato Institute Conference, NATO at 40, 24 p.
- LOVELOCK, James E., *Gaia as seen through the atmosphere*. Atmos. Environ. 6, 1972.
- LOVELOCK, James E., *Gaia. A New Look at Life on Earth*. Oxford, Oxford University Press, 1979.
- LUTZENBERGER, José, *Fim do futuro? manifesto ecológico brasileiro*. Porto Alegre, editora Movimento, 1978.

- MACPHERSON, C. B., *Democratic theory*; essays in retrieval. Oxford, Clarendon Press, 1984.
- MACPHERSON, C. B. (ed.), *Property*; mainstream and critical positions. Toronto, University of Toronto Press, 1987.
- MARX, Karl, *Manifeste du Parti Communiste*. In: *Oeuvres choisies*. Moscou, Editions du Progres, Tome premier, p. 111-142, 1976.
- MATHEWS, Jessica Tuchman, "Redefining security". In: *Foreign Affairs*, spring 1989.
- MCKIBBEN, Bill, *The end of nature*. New York, Random House, 1989.
- MCNEELY, Jeffrey A.; Miller, Kenton R.; Reid, Walter V.; Mittermeier, Russell, *Conserving the world's biological resources; a primer on principles and practice for development action*. Gland, Switzerland, 3 March, 1989, 121 p.
- MEADOWS, Donella H.; Meadows, Dennis L.; Randers, Jorgen e Behrens III, William W.; *The limits to growth*; a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. Universe Books, New York, 1974.
- MELLOS, Koula, *Perspectives on ecology*; a critical essay. New York, St. Martin's Press, 1988.
- MINC, Carlos, *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*, Petrópolis, Vozes, 1985.
- MORIN, Edgar, *Introduction à une politique de l'homme*. Paris, Editions du Seuil, 1965.
- MYERS, Norman, "Environment and security". In: *Foreign Policy*, Washington D.C, Number 74, Spring 1989, p. 23 a 41.
- NIETZSCHE, *Le gai savoir*. Paris, 10/18, 1977.
- NISBET, Robert, *História da idéia de progresso*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.
- O'RIORDAN, T., "Environmental ideologies". In: *Environment and planning*, A, vol. 9, p. 3-14, 1977.
- OUR COMMON FUTURE*; The World Commission on Environment and Development. Oxford, Oxford University Press, 1987.
- PEARSON, Charles and Pryor, Anthony, *Environment: North and South*; an economic interpretation. New York, Wiley-Interscience, 1978.
- PEPPER, David, *The roots of modern environmentalism*. London, Croom Helm, 1984.

- PESKIN, Henry M., *Accounting for natural resource depletion and degradation in developing countries*. Washington D.C., Environment Department Working Paper No. 13, World Bank, January 1989.
- PETERSON, Jeannie, "Scientific studies of the unthinkable; the physical and biological effects of nuclear war". In: *AMBIO*, Royal Swedish Academy of Sciences, Stockholm, vol. XV n. 2, 1986, p. 60-69.
- PLATON, *Oeuvres complètes*, I. Paris, Gallimard, Pléiade, 1984.
- POSTREL, Virginia I., Forget left and right - "Our politics are breaking down into growth vs. green". In: *The Washington Post*, April 1 1990.
- PRIGOGINE, Ilya e Stengers, Isabelle, *La nouvelle alliance; métamorphose de la science*. Paris, Gallimard, 1979.
- RENAUT, Alain, *L'ère de l'individu; contribution à une histoire de la subjectivité*. Paris, Gallimard, 1989.
- REPETTO, Robert; Magrath, William; Wells, Michael and others, *Wasting assets; natural resources in the national income accounts*. Washington, D.C., World Resources Institute, June 1989.
- RESOLUÇÃO 42/186 ("Environment Perspective to the Year 2000 and Beyond") da Assembléia Geral das Nações Unidas. A/RES/42/186, 30 de março de 1988.
- ROLSTON III, Holmes, *Environmental ethics; duties to and values in the natural world*. Philadelphia, Temple University Press, 1988.
- ROLSTON III, Holmes, *Philosophy gone wild; essays in environmental ethics*. Buffalo, New York, Prometheus Books, 1986.
- ROSSET, Clément, *A anti-natureza; elementos para uma filosofia trágica*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.
- ROUANET, Sérgio Paulo, *As razões do iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- RYLE, Martin, *Ecology and socialism*. London, Radius, 1988.
- SACHS, Ignacy, "Environment and planning; a few directives for research and planning". In: Deutsch, Karl, ed., *Ecosocial systems and ecopolitics*, Paris, UNESCO, 1977.
- SACHS, Ignacy, "Human Environment". In: J. Tinbergen (ed.), *Reshaping the International Order*. New York, E.P. Button, & Co. Inc., 1977.
- SCHUMACHER, E. F., *Small is beautiful; a study of economics as if people mattered*. London, Blond & Briggs, 1973.

- SERAFY, Salah El e LUTZ, Ernst, "Environmental and Resource Accounting; an overview". In: *Environmental accounting for sustainable development*. Washington, D.C., The World Bank, 1989, p. 1-8.
- SERRES, Michel, *Le contrat naturel*. Paris, Editions François Bourin, 1990.
- SILVA, G.E. do Nascimento e, O meio ambiente e a política exterior. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 30 (117/118): 57-63, 1987.
- SOWELL, Thomas, "Second thoughts about the Third World". In: *Poverty, prosperity and profit; controversies on economic development and the environment*. Armonk, New York, Executive Council on Foreign Diplomats, 1989, p. 41-51.
- STRONG, Maurice F., "Proposal for a project on global security and multilateralism, to be undertaken under the auspices of the World Federation of United Nations Associations" (WFUNA). January 24, 1989, 21 p.
- STUDY on the climatic and other global effects of nuclear war; report of the Secretary General. Forty-third session of the United Nations General Assembly, A/43/351, 5 May 1988.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel, Segurança e drogas. In: *Contexto internacional*. Rio de Janeiro, IRI/PUC, n. 7, jan/jun. 1988.
- WHITE, jr., Lynn, The historical roots of our ecologic crisis. In: *Dynamo and virgin reconsidered*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1976, p. 75-94.

2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- AB'SABER, A. N., "A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras". In: *III Simpósio sobre o cerrado*. São Paulo, E. Blucher/USP, 1971.
- ALMEIDA, Miguel Ozorio de, Economic development and the preservation of environment. Prepared for a panel of experts convened by the Secretary-General of the United Nations Conference on the Human Environment. Founex, Switzerland, 4-12 June 1971.
- ALMEIDA, Miguel Ozorio de, "O mito do equilíbrio ecológico". In: *O Correio da UNESCO*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, ano 1, n. 3, março de 1973.
- ALMEIDA, Miguel Ozorio de, Statement, as Representative of Brazil, on item 47 of the agenda: United Nations Conference on the Human Environment. II Committee, XXVI Session of the General Assembly. New York, November, 1971.
- ALMEIDA, Miguel Ozorio de, Statement, as Representative of Brazil, on item 47 of the agenda: United Nations Conference on the Human Environment. II Committee, XXVI Session of the General Assembly. New York, December 2, 1971.
- ALMEIDA, Miguel Ozorio de, Statement by the Head of the Brazilian Delegation to the World Population Conference, Plenary Session. Bucharest, August 26, 1974.
- ALMEIDA, Vera Pedrosa M. de, O meio ambiente dez anos após Estocolmo; a perspectiva brasileira. VIII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio-Branco, Paris, 1984, 152 p.
- ALMINO, João, "Economic development and environment". In: *Poverty, prosperity and profit*. Armonk, New York, Executive Council on Foreign Diplomats, 1989, p.193-201.

- ALMINO, João, *A idade do presente; tempo, autonomia e representação na política*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.
- ALMINO, João, *O segredo e a informação; ética e política no espaço público*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ALVIM, Paulo Tarso, *Tecnologias apropriadas para a agricultura na Amazônia*. Washington, D.C., Banco Interamericano de Desenvolvimento, 23 de maio de 1988, 76 p.
- BENCHIMOL, Samuel, *Amazônia: um pouco antes e além-depois*. Manaus, Editora Umberto Calderaro, 1977.
- BINSWANGER, Hans P., *Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon*. Washington, D.C., World Bank, April 1989.
- BLACKSTONE, William T. (ed.), *Philosophy & environmental crisis*. Athens, University of Georgia Press, 1974.
- BRAMBLE, Barbara J., e Millikan, Brent, *Dívida externa, democratização, e meio ambiente nos países em desenvolvimento*. Brasília, D.F., Seminário Recursos Externos em Projetos de Meio Ambiente, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 20 a 23 de junho de 1989, 8 p.
- BRIGAGÃO, Clóvis (ed), *Ecological security & peace*. IPRA newsletter, special issue, Vol. XXVII, n.1, January 1989.
- BRUNDTLAND Report, da Assembléia Geral das Nações Unidas. Documento A/42/427, de 4 de agosto de 1987.
- BUNKER, Stephen G., *Underdeveloping the Amazon; Extraction, unequal exchange, and the failure of the Modern State*. Chicago, The University of Chicago Press, 1988.
- BUSH, George, *Address at the Opening Ceremony of the Third Plenary Session of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Washington, D.C., February 5, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique e MULER, Geraldo, *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- CARVALHO, José Cândido de Melo, "Vida silvestre no Brasil". In: *Meio ambiente*. São Paulo, CNPq, 1978, p. 9-16.
- CASTRO, Josué de, "Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição". In: *O Correio da UNESCO*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, ano 1, n. 3, março de 1973.
- THE COCOYOC DECLARATION. UNEP/UNCTAD Symposium on "Patterns of resource use, environment and development strategies", Cocoyoc, Mexico, October 8-12, 1974.

- COLINVAUX, Paul. A., "The Past and Future Amazon". In: *Scientific american*, May 1989.
- DEVELOPMENT and environment. Report submitted by a panel of experts convened by the Secretary-General of the United Nations Conference on the Human Environment. Founex, Switzerland, 4-12 June 1971.
- DRUCKER, Peter F., *The new realities*. New York, Harper & Row Publishers, 1989.
- FERREIRA Reis, Arthur C., *A Amazônia e a coibiça internacional*. Rio de Janeiro, Editora Limitada, 1965.
- FERRI, Mário Guimarães, *Ecologia e poluição*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1976.
- FLETCHER, Susan R., Tropical deforestation and loss of biological diversity. In: *The global environment*. Washington D.C., CRS Review, Congressional Research Service, The Library of Congress, August 1989, p. 15-16.
- FUKUYAMA, Francis, "The end of history?" In: *The National Interest*, Number 16, Summer 1989, p. 3-18.
- FURTADO, Celso, *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975.
- GABEIRA, Fernando, "A idéia de um Partido Verde no Brasil". In: *Ecologia & política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 163-180.
- GALLOPIN, Gilberto C. , Sustainable development in Latin America: constraints and challenges. Bariloche, Argentina, Grupo de Análisis de Sistemas Ecológicos, July, 1989, 11 p., mimeografado.
- GALLOPIN, Gilberto C., Gutman, Pablo and Maletta, Hector, Global impoverishment, sustainable development and the environment. A report to IDRC. Bariloche, Argentina, Ecological Systems Analysis Group, March 3, 1989, 87 p., mimeografado.
- GRENE, Marjorie, A Note on Simberloff's "Succession of paradigms in ecology". In: *Conceptual issues in ecology*, edited by Esa Saarinen, Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing Company, 1982, p. 101-106.
- GOLDEMBERG, José e Pádua, Maria Tereza Jorge, Impacto ecológico negativo das usinas hidrelétricas e usinas nucleares, 8 p.
- GOLDSMITH E, Allen R, Allaby M, Davoll J, Lawrence S, "Blueprint for survival". In: *The ecologist*, n. 2, 50.

- GOODLAND, Robert, "Brazil's environmental progress in Amazonian development". In: *Man's impact on forests and rivers*. Manchester Univ. Press, 1985.
- GORBACHEV, Mikhail, Address at the Forty-third session of the United Nations General Assembly. New York, 7 december 1988, document A/43/PV.72, 8 december 1988.
- GORE, Al, "Our global eco-blindness; Earth's fate is the No. 1 national security issue". In: *The Washington Post*, Washington D.C., May 14 1989.
- GUIMARÃES, Roberto P., Ecopolitics in the Third World; politics, ecology and development planning in Brazil. Washington, D.C., XIVth. World Congress of the International Political Science Association, August 28 to September 1, 1988, 39 p.
- HALPERN, Daniel (ed.), *On nature; nature, landscape, and natural history*. San Francisco, North Point Press, 1987.
- HARDOY, Jorge E., Desarrollo urbano, 6 p., mimeografado.
- HARDOY, Jorge e Satterthwalte, P., Environmental problems in Third World cities, 71 p., mimeografado.
- HARTSHORNE, Charles, "The environmental results of technology". In: Blackstone, William T. (ed.), *Philosophy & environmental crisis*. Athens, University of Georgia Press, 1974, p. 69-78.
- HAY, John, "The nature writer's dilemma". In: *On nature; nature, landscape, and natural history*. San Francisco, North Point Press, 1987, p. 7-10.
- HECHT, Susanna e Cockburn, Alexander, *The fate of the forest; developers, destroyers and defenders of the Amazon*. London, Verso, 1989.
- HYNES, H. Patricia, *The recurring silent spring*. New York, Pergamon Press, 1988.
- IAMAMOTO, Jorge e Nakasu, Licurgo, "Agricultura e meio ambiente". In: *Meio ambiente*, São Paulo, CNPq, 1978, p. 37-44.
- IGLESIAS, Enrique, Development and the human environment. Prepared for a panel of experts convened by the Secretary-General of the United Nations Conference on the Human Environment. Founex, Switzerland, 4-12 June 1971.
- JAMES, Bernard, *The death of progress*. New York, Alfred A. Knopf, 1973.
- KENNAN, George F., Morality and foreign policy. In: *Foreign Affairs*, May, 1985.
- KENNEDY, Paul, *The rise and fall of the great powers*. New York, Random House, 1987.

- KEVLES, Daniel J., "Paradise lost". In: *The New York Review of Books*, Volume XXXVI, Number 20, December 21, 1989, p. 32-38.
- KUZNETS, S., "Underdeveloped countries and the preindustrial phase in advanced countries". In: *The economics of underdevelopment*. London, Oxford University Press, 1958, p. 135-153.
- KUZNETS, S., *Economic growth and structure; selected essays*. London, 1965.
- LAFER, Celso, *A reconstrução dos direitos humanos; um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.
- LAGO, Paulo Fernando, *Ecologia e poluição*. São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1975.
- LEFORT, Claude, *Essais sur le politique; XIXe.-XXe. siècles*. Paris, Seuil, 1986.
- LEVINS, Richard and Lewontin, Richard, "Dialectics and reductionism in ecology". In: *Conceptual issues in ecology*, edited by Esa Saarinen, Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing Company, 1982, p. 107-138.
- LOVELOCK, James E., The earth as a living organism. In: *Biodiversity*. Washington, D.C., National Academy Press, 1988 p. 486-489.
- LUTZENBERGER, José, *Ecologia; do jardim ao poder*. Porto Alegre, L & PM editores Ltda, 1985.
- LUTZENBERGER, José A., *Gaia*. In: *Política e meio ambiente*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986, p. 9-30.
- LUTZENBERGER, José A., *Pesadelo atômico*. São Paulo, CHED Editorial, 1980.
- MADDISON, Angus, *World economic performance since 1870*. s/d. 18 p. Mimeografado.
- MADDOX, John, *The doomsday syndrome*. London, Macmillan, 1972.
- MAHAR, Dennis J., *Government policies and deforestation in Brazil's Amazon Region*. Washington, World Bank, 1989.
- MANNISON, D.S., McRobbie, M.A. and Routley (edited by), *Environmental philosophy*. Monograph series, no. 2, Department of Philosophy, Australian National University, 1980.
- MCINTOSH, Robert P., "The background and some current problems of theoretical ecology". In: *Conceptual issues in ecology*, edited by Esa Saarinen, Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing Company, 1982, p. 1-62.
- MCPHEE, John, *The control of nature*. New York, Farrar, Straus, Giroux, 1989.

- MEIRELLES Filho, João, *Amazônia: o que fazer?* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1986.
- MELLO, José Carlos, *Meio ambiente; uma questão política*. I Encontro de empresários da Amazônia, agosto de 1989.
- MESSAGE of His Holiness Pope John Paul II for the celebration of the World Day of Peace. Vatican City, Libreria Editrice Vaticana, 1 January, 1990, 14 p.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo, *A questão ambiental no Brasil 1960-1980*. São Paulo, USP, 1981.
- MOREIRA, Marcílio Marques, "A Amazônia permanece como um real desafio brasileiro". *Gazeta Mercantil*, 10 de agosto de 1989.
- MOREIRA, Marcílio Marques, Discurso pronunciado, como chefe da delegação do Brasil, por ocasião da III Sessão Plenária do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas. Washington, D.C., 6 de fevereiro de 1990.
- MOYNIHAN, Daniel P., Statement, as United States Representative, in Committee II, on the United Nations Conference on the Human Environment. New York, XXVI General Assembly, November 29, 1971.
- MYERS, Norman, Not far afield: U.S. Interests and the global environment. World Resources Institute, 1987.
- NUNES, José Belizário, "Por uma política nacional do meio ambiente". In: *Meio ambiente*, São Paulo, CNPq, 1978, p. 83-91.
- NASH, Roderick Frazier, *The rights of nature; a history of environmental ethics*. University of Wisconsin Press, 1989.
- NOGUEIRA-BATISTA, Paulo, Environment: North-South Perspective. Statement by the Permanent Representative of Brazil to the United Nations at the Conference for Non-Governmental Organizations: "Environment and Development: Only One Earth" at the United Nations Headquarters. New York, September 15, 1989.
- NOGUEIRA-BATISTA, Paulo, Statement on item 82 (e): Environment, II Committee, XLII Session of the General Assembly, New York, 23 October 1987.
- NOGUEIRA-BATISTA, Paulo, Statement on Environment. II Committee, XLIII Session of the General Assembly, New York, november 1988.
- NOGUEIRA-BATISTA, Paulo, Environment and development. Statement, as head of the Brazilian delegation, before the United Nations Economic and Social Council (ECOSOC), 2nd. Regular Session. Geneva, July 13th., 1989.
- O'BRIANT, Walter H., "Man, nature, and the history of philosophy". In: Blackstone, William T., *Philosophy & environmental crisis*. Athens, University of Georgia Press, 1974, p. 79-89.

- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de, "Ocupação Humana". In: *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*, São Paulo, Brasiliense/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983, p. 144-322.
- PÁDUA, José Augusto (Org.), *Ecologia & política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.
- PASCHOAL, Adilson D., "Patenteamento de sementes: uma lição da história". In: *Política e meio ambiente*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986, p. 39-47.
- PATEL, S., *The economic distance between nations: its origin, measurement and outlook*. In: *The Economic Journal*, Vol LXXIV, n. 293, March 1964.
- PERICÁS, Bernardo, Discurso como Chefe da Delegação do Brasil à XV Sessão do Conselho de Administração do PNUMA. Nairobi, 15 de maio de 1989.
- PERICÁS, Bernardo, Palestra sobre Meio Ambiente e Relações Internacionais em reunião patrocinada pelo CNPq. São Paulo, 1989, 22 p.
- PERRIN, Noel, Forever virgin: "The American view of America". In: *On nature; nature, landscape, and natural history*. San Francisco, North Point Press, 1987, p. 13-22.
- PIDDINGTON, Kenneth W., Sovereignty and Environment, Address to Energy and Environmental Policy Center, Harvard University, May 8, 1989. Mimeografado.
- PIRAGES, Dennis, *Global ecopolitics; the new context for international relations*. North Scituate, Massachusetts, Duxbury Press, 1978.
- POVERTY, prosperity and profit; controversies on economic development and the environment*. Armonk, New York, Executive Council on Foreign Diplomats, 1989.
- RESOLUÇÃO 43/53 ("Protection of global climate for present and future generations of mankind") e Resolução 43/196 ("United States conference on environment and development") da Assembléia Geral das Nações Unidas.
- RIBEIRO, Darcy, *Os índios e a civilização; a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- RICUPERO, Rubens, A diplomacia do desenvolvimento: 1930-1989, 24 p.
- RUSCHI, Augusto, Considerações sobre o meio ambiente. In: *Carta mensal*. 28 (333): 45-65, dez. 1982.
- SAARINEN, Esa (edited by), *Conceptual issues in ecology*. London, D. Reidel Publishing Company, 1982.
- SACHS, Ignacy, Environmental quality management and development planning;

some suggestions for action. Prepared for a panel of experts convened by the Secretary-General of the United Nations Conference on the Human Environment. Founex, Switzerland, 4-12 June 1971.

SALATI, Eneas, "As águas da região amazônica". In: *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*, São Paulo, Brasiliense/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983, p. 15-44.

SALATI, Eneas, *Bacia amazônica*, 1989, 22 p., não publicado.

SCHWARTZMAN, Stephan e Malone, Michelle, "Os bancos multilaterais de desenvolvimento e o setor elétrico". In: *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988, p.63-75.

SHEVARDNADZE, E.A., Letter dated 30 April 1989 addressed to the Secretary-General. New York, United Nations General Assembly, Economic and Social Council, Document A/44/264, E/1989/73, 2 May 1989.

SHUBART, Herbert Otto Roger, "Ecologia e utilização das florestas". In: *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*, São Paulo, Brasiliense/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983, p. 101-143.

SIMBERLOFF, Daniel, "A succession of paradigms in ecology: essentialism to materialism and probabilism". In: *Conceptual issues in ecology*. Edited by Esa Saarinen, Dordrecht, Holland, 1982, p. 63-100.

SIMBERLOFF, Daniel, Reply. In: *Conceptual issues in ecology*. Edited by Esa Saarinen, Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing Company, 1982, p. 139-154.

SKOLIMOWSKI, Henryk, *Ecophilosophy*. Boyars, 1981.

SKOLIMOWSKI, Henryk, "Ecological humanism". In: *Tract*, No. 19 and 20, Sussex, s/d.

SOBRINHO, João Vasconcelos. "O grave problema ecológico da desertificação". In: *Meio ambiente*, São Paulo, CNPq, 1978, p. 37-44.

SOUTHWOOD, T.R.E., "Ecology; a mixture of pattern and probabilism". In: *Conceptual issues in ecology*. Edited by Esa Saarinen, Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing Company, 1982, p. 200-210.

SPROUT, Harold and Sprout, Margaret, *Towards a politics of the Planet Earth*. New York, Van Nostrand Reinhold Company, 1971.

STATE OF THE WORLD. Washington, Worldwatch Institute, 1989.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly, Development and conservation. In: Deutsch, Karl, ed., *Ecosocial systems and ecopolitics*, Paris, UNESCO, 1977.

- STRAUSS, Leo, *What is political philosophy? And other studies*. Chicago, University of Chicago Press, 1988.
- SUMMIT of the Arch, Economic Declaration, Paris, 16 July 1989.
- THE State of the Environment 1984; the environment in the dialogue between and among developed and developing countries. Report by the United Nations Environment Programme. Reviewed at a high-level group meeting. Geneva, 25-30 november 1983.
- THOMPSON, John B., *Studies in the theory of ideology*. Berkeley, University of California Press, 1985.
- VIDART, *Filosofia ambiental; epistemología, praxiología, didáctica*. Bogotá, editorial nueva américa, 1986.
- VIEIRA, Lizi, "A natureza não existe". In: *Idéias/Ensaio*s. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 14/1/90, p. 10-11.
- VIEIRA, Lizi, "Constituição e meio ambiente; as raízes e o sonho". In: *Ecologia & política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 139-162.
- VIOLA, Eduardo, *O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica*. Notre Dame, Illinois, University of Notre Dame, Kellogg Institute, 1987.
- WALLACE, David Rains, *The untamed garden and other personal essays*. New York, Collier Books, Macmillan Publishing Company, 1988.
- WARD, Barbara e Dubos, René, *Only one earth; the care and maintenance of a small planet*. New York, W. W. Norton & Company Inc., 1972.
- WARD, Barbara, *Progress for a small planet*. New York, W. W. Norton & Company, 1982.
- WILSON, E.O., editor, *Biodiversity*. Washington, D.C., National Academy Press, 1988.
- WIRTH, David A., Climate Chaos. In: *Foreign Policy*, n. 74, Spring 1989.

